



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MICHELE SANTANA PACHECO DE ALMEIDA

**AS EXPERIÊNCIAS NA TERRA DO OUTRO: AS PERCEPÇÕES DOS (AS)
ESTUDANTES GUINEENSES SOBRE ESTAR FORA DE SEU LUGAR.**

**SALVADOR
2019**

MICHELE SANTANA PACHECO DE ALMEIDA

**AS EXPERIÊNCIAS NA TERRA DO OUTRO: AS PERCEPÇÕES DOS (AS)
ESTUDANTES GUINEENSES SOBRE ESTAR FORA DE SEU LUGAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais–PPGCS, da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Paula Cristina Barreto.

SALVADOR
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santana Pacheco de Almeida, Michele
As experiências na Terra do outro: as percepções
dos(as) estudantes guineenses sobre estar fora de seu
lugar. / Michele Santana Pacheco de Almeida. --
Salvador, 2019.
124 f.

Orientador: Paula Cristina da Silva Barreto.
Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciências
Sociais) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade
Federal da Bahia, 2019.

1. Experiências. 2. Estudantes guineenses. 3.
Identidade. 4. Estranhamento. 5. Racismo. I. da Silva
Barreto, Paula Cristina. II. Título.

MICHELE SANTANA PACHECO DE ALMEIDA

**AS EXPERIÊNCIAS NA TERRA DO OUTRO: AS PERCEPÇÕES
DOS(AS) ESTUDANTES GUINEENSES SOBRE ESTAR FORA
DE SEU LUGAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em seis de setembro de dois mil e dezenove, pela Comissão formada pelos professores:


Prof(a). Dr(a). Cristiane Santos Souza (UNILAB)
Doutora em Antropologia Social pela UNICAMP


Prof(a). Dr(a). Dyane Brito Reis Santos (UFRB)
Doutora em Educação pela UFBA


Prof(a). Dr(a). Paula Cristina da Silva Barreto (FFCH - UFBA)
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho à Rilza Valentim (*in memoriam*) pelo empenho na
implantação do Campus dos Malês em São Francisco do Conde.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são muitos, por ter conseguido avançar na etapa final deste estudo que proporcionou meu crescimento enquanto pessoa, estudante e profissional que atua na área das Ciências Humanas, sobretudo, buscando contribuir para a ampliação do debate sobre os estudos que envolvem a população negra no Brasil. Somente aqueles (as) que estiveram ao meu lado dando apoio sabem do percurso que tracei ao longo dessa caminhada, percorrida por obstáculos e perseverança.

Com toda certeza não sou mais a mesma pessoa do começo do mestrado, cheia de dúvidas e inseguranças, muitos aprendizados foram construídos nessa caminhada, principalmente porque não estive sozinha nesse processo, uma vez que obtive o encorajamento e apoio de muitas pessoas que de alguma maneira me incentivaram, possibilitando que eu pudesse avançar cada vez mais durante o processo de pesquisa. Confesso que muitas vezes pensei em desistir, muitas dificuldades que se colocaram no trajeto fizeram com que eu questionasse se teria condições de continuar. Contudo, ao me deparar com minha história de vida, pude perceber que havia algo muito mais forte e verdadeiro que “gritava” dentro de mim na forma de encorajamento e estímulo.

Agradeço em especial à Deus por ser meu baluarte nos momentos mais difíceis. Mesmo com todas as dificuldades, a fé no criador foi e continuará sendo a força vital que move a minha existência e me faz acreditar que cada amanhecer significa uma nova chance. Portanto, desistir jamais!

Obrigada, meu amado filho Matheus, por ser minha inspiração e meu amor. Quantos momentos você teve paciência comigo, me ajudou nas transcrições, me encorajou quando o cansaço parecia enfraquecer a minha fé.

Agradeço muito ao meu companheiro Élcio, parceiro de vida. Quantas vezes você me fez perceber que eu tinha que ter pensamentos positivos, que eu conseguiria sim terminar este trabalho, justificava que esse estudo foi o que eu sempre quis fazer! Você sempre foi um marido

que acreditou em meu potencial, me encorajou nos momentos mais difíceis! Agradeço de coração por tudo!

Agradeço à minha família, pela força e incentivo. Se eu consegui ter uma formação universitária foi graças ao apoio imensurável de minha família que sempre me apoiou incondicionalmente em todos os momentos. Sem essa base, sequer teria conseguido ingressar e permanecer na universidade, sobretudo, concluir duas licenciaturas na UFBA. Agradeço em especial, à minha tia Cleria, obrigada por tudo o que a senhora fez por mim para que eu pudesse estudar, quantas vezes cuidou de meu filho para que eu conseguisse pegar a estrada para Salvador, de madrugada, de segunda a sexta, para ir à UFBA... se tive a oportunidade de cursar o mestrado foi porque lá atrás tive seu apoio para ter uma graduação. Nunca esquecerei o que fez por mim. Te amo muito.

Obrigada, professora Paula, por ter feito parte de minha vida acadêmica!! Em 2018, exatamente no mês de junho, a senhora me acolheu como orientanda, com toda a generosidade de um ser humano. Agradeço por ser essa profissional incrível que muito contribuiu enquanto orientadora e pessoa, criticando positivamente minha escrita, apontando minhas falhas, orientando na construção da pesquisa, com toda maturidade de uma pesquisadora referência nos estudos raciais. Professora Paula, tenho muito a lhe agradecer por esse trabalho ter sido realizado com a sua ajuda.

À banca de qualificação, professoras Dyane Brito Reis (UFRB) e Cristiane Santos Souza (UNILAB), agradeço muito pelas ricas contribuições à minha pesquisa. As referências para aperfeiçoar meu estudo com certeza possibilitaram ampliar a percepção sobre a temática, bem como direcionar minha caminhada na continuidade dos estudos sobre a população negra no Brasil.

Agradeço muito aos funcionários do DRCA/UNILAB por terem disponibilizado os dados quantitativos dos (as) discentes e docentes do Campus dos Malês.

À amiga, Ana Paula, que conheci no mestrado, agradeço muito seu apoio, me informando, refletindo comigo sobre os dilemas da pós-graduação, quantas vezes trocamos ideias, hein? Quantas mensagens

trocadas, reflexões feitas, lágrimas derramadas... Agradeço a confiança e amizade sincera no momento que eu mais necessitei.

Gostaria muito de agradecer aos (às) protagonistas deste trabalho, os (as) participantes da pesquisa que contribuíram com as entrevistas, obrigada por permitirem que suas vozes fossem ecoadas em meu estudo. Me solidarizo com as experiências de vocês e reafirmo meu compromisso em continuar contribuindo com as pesquisas sobre os (as) negros (as) no Brasil. Espero que meu estudo possa de alguma maneira ajudar nos debates acadêmicos sobre as experiências dos (as) estudantes oriundos de países da África, que estando fora de seu lugar de origem, sobretudo, na terra do outro, compartilham diferentes trajetórias no contexto de interação com diferentes nacionalidades.

Gostaria de agradecer a todos (as) que estiveram durante todo o processo ao meu lado, e, em especial, àqueles (as) que no plano espiritual continuam iluminando minha vida: meus avós, Aroldo e Margarida (*in memoriam*), meu tio Nelson (*in memoriam*) e minha amada mãezinha (*in memoriam*). Vocês foram essenciais em minha formação.

Por fim, agradeço imensamente a todos (as) que de alguma forma me ajudaram ao longo desse percurso.

Preconceito

Eu sou negro
Eu sou preto
Eu sou africano
Com muito orgulho

Nada nos possa deter mesmo que muitos nos diga que não
Sempre de cabeça erguida que vamos conquistar
Se dantes éramos levado para a Europa
Trazidos para as Américas
Usados como cobaias
Trabalhando como escravos
Mas agora, é a hora, da nossa afirmação

Negro no poder
Negro no poder
Por que de tanto preconceito?
Por que de tanta discriminação?
Podemos ter diferenças na cultura ou na cor da pele
Mas todos nós pertencemos a uma única raça “a raça humana”

Pra tu que és negro
Pra tu que não é racista
Ponha as mãos no ar e grita numa só voz
Não ao preconceito!
Não à discriminação!
Não ao preconceito!
Não à discriminação!

Podemos ter a diferença na cultura ou na cor
Unidos pela história somos todos iguais
O racismo é mau, quem negar leva tau-tau,
Eu sou africano, 100% black power
Tipo Tina Turner,
Com uma voz gigante,
Venho de São Tomé, pois aqui somos irmãos, vês?!

Sinta a pressão dessa pura mensagem,
Arte e imaginação, sentido sem bandidagem.
UNILAB nas costas, vamos abrir as portas,
Ignorando os preconceitos, firmando novos conceitos.

Sintonia lusófona em terreno brasileiro,
Harmonia autêntica para o mundo inteiro,
Clap-clap, batam as palmas, reflitam sobre o assunto,
Não a discriminação, é esse o bom conteúdo.

Ser negro é bom, transmito isso no som,
Independentemente da cor, escutem bem esse louvor.

Repitam aqui o refrão, deixa entrar no coração,
Somos a equipe de ação, prontos para a intervenção... ya!”

Podemos ter a diferença na cultura ou na cor
Unidos pela história somos todos iguais

Não viemos acorrentados em navios negreiros
Como no século passado não...
Chegamos aqui, uns de terno e gravata,
Relógio no pulso, cabeças raspadas, sei lá...
Se isso é que chamam de civilização.

Que cara é essa brow? Sou diferente?
Sou pra frente eu vou.
Qual é a parte da minha história que você não entendeu?
Por ser diferente não me faz teu inimigo,
Nossas diferenças que fazem do mundo, mundo.
Preciso de ti, sei que precisas de mim. Brow, sacou?

Negro ou negra
Também pode ser Pai ou mãe
Por isso pode ter
A diferença
Na cultura ou na cor
Mas que na verdade Somos todos iguais

Podemos ter a diferença na cultura ou na cor
Unidos pela história somos todos iguais

Somos todos iguais, meu irmão deixa de mania
Ouça bem este beat rap, este flow
Dito Buanh SD, pronto eu estou aqui -"eu não sou ninguém brother"
"vai, olha para mim, homem como tu, como qualquer um"
Homem malcriado, deixa de maldade não me trate assim, vai
Esquece minha raça, minha fala
Não importa se sou pobre e vivo na senzala ou no gueto
O que é certo mam aqui todos somos iguais
Vai, respeita seu brother, bora!

RESUMO

O presente estudo de natureza qualitativa tem como finalidade analisar as experiências dos (das) estudantes guineenses no contexto do município de São Francisco do Conde - Bahia. Para tanto, foram levantadas informações a partir da leitura de artigos, teses, dissertações e monografias que expõem as vivências dos (as) estudantes do continente africano em diferentes universidades brasileiras. Posteriormente, a coleta de dados realizada junto aos (às) estudantes do Campus do Malês, buscando traçar um perfil sócio-econômico (nacionalidade, etnia, língua(s), curso, auxílio estudantil, moradia), bem como dados sobre as dinâmicas e contextos das experiências destes discentes, a partir de questões que envolvem a percepção da população local sobre a África; visão dos (as) estudantes guineenses sobre o Brasil; situações de racismo/preconceito vivenciados no território brasileiro, em especial, em São Francisco do Conde – Bahia; relação com as diferentes nacionalidades; se existe racismo no país de origem; percepção sobre ser chamado (a) de africano (a); aspectos sobre o uso das línguas portuguesa e crioula; afinidades/diferenças culturais entre seu país de origem com o Brasil; percepção sobre ser estudante africano (a) no Brasil; adaptação ao município; dificuldades para integração; estranhamento. Desse modo, a presente pesquisa apresenta uma compreensão das experiências vivenciadas pelos (as) estudantes guineenses no município de São Francisco do Conde - Bahia, além de ser um espaço de apresentar as vozes dos sujeitos pesquisados. O presente estudo constitui-se como uma ampliação das discussões sobre as trajetórias de vida destes (as) estudantes na terra do outro, sobretudo sobre as relações de sociabilidades construídas nos diversos contextos de interação social.

Palavras-chave: Experiências – Estudantes guineenses – Identidade – Racismo – Preconceito – Sociabilidade – Choque cultural – Estranhamento.

ABSTRACT

This qualitative study aims to analyze the experiences of Guinean students in the context of the city of. Therefore, information was gathered from the reading of articles, theses, dissertations and monographs that expose the experiences of students from the African continent in different Brazilian universities. Subsequently, data collection was carried out with students from the Males Campus, seeking to draw a socio-economic profile (nationality, ethnicity, language (s), course, student aid, housing), as well as data on the dynamics and contexts of the experiences of these students, based on issues involving the perception of the local population about Africa; Guinean students' view of Brazil; racism / prejudice situations experienced in the Brazilian territory, especially in São Francisco do Conde - Bahia; relationship with different nationalities; if there is racism in the country of origin; perception about being called African; aspects of the use of Portuguese and Creole languages; cultural affinities / differences between your home country and Brazil; perception about being an African student in Brazil; adaptation to the municipality; difficulties for integration; strangeness. Thus, the present research presents an understanding of the experiences lived by Guinean students in the city of São Francisco do Conde - Bahia, besides being a space to present the voices of the research subjects. The present study constitutes an extension of the discussions about the life trajectories of these students in the other's land, especially about the relations of sociability built in the various contexts of social interaction.

Keywords: Experiences - Guinean students - Identity - Racism - Prejudice - Sociability - Culture shock - Strangeness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEA	Associação dos Africanos e Amigos da África
BHU	Bacharelado em Humanidades
BTS	Baía de Todos os Santos
CEAS	Centro de Aperfeiçoamento do Saber
CMA	Coletivo de Mulheres Africanas
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DEPIR	Departamento de Promoção da Igualdade Racial
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
MEC	Ministério da Educação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC – G	Programa Estudante Convênio de Graduação
PEC – PG	Programa Estudante Convênio de Pós-graduação
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
SEDUC	Secretaria da Educação
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Docentes e discentes internacionais – Campus dos Malês.....	30
QUADRO 02 – Docentes e discentes brasileiros – Campus dos Malês.....	30
QUADRO 03 – Perfil social dos estudantes guineenses.....	36
QUADRO 04 – Perfil socioeconômico - estudantes guineenses.....	37

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	– São Francisco do Conde - Região Metropolitana de Salvador.....	24
FIGURA 02	– Ilha de Cajaíba.....	25
FIGURA 03	– Zé Guaiamum, símbolo da atividade pesqueira quilombola.....	26
FIGURA 04	– Marisqueira.....	26
FIGURA 05	– Paparutas da Ilha do Paty.....	27
FIGURA 06	– Samba Chula Filhos da Pitangueira.....	27
FIGURA 07	– Inauguração do Campus dos Malês – Bahia.....	28
FIGURA 08	– 1ª turma de estudantes dos PALOP - Campus dos Malês.....	28
FIGURA 09	– Campus dos Malês – Bahia.....	29
FIGURA 10	– Novo prédio do Campus dos Malês – Bahia.....	29
FIGURA 11	– Grupos étnicos – Guiné-Bissau.....	36
FIGURA 12	– Mapa político da Guiné-Bissau.....	37
FIGURA 13	– Oficinas de penteados e turbantes africanos.....	56
FIGURA 14	– Partida de futebol – Campus dos Malês.....	57
FIGURA 15	– 1º presidente da ASEA – Semana da África.....	57
FIGURA 16	– Grupo de hip hop Bota a Fala – Campus dos Malês.....	68
FIGURA 17	– Grupo Bota a Fala no programa Conversa com Bial.....	68
FIGURA 18	– Palestra no CEAS.....	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade, município de São Francisco do Conde – BA, 2010.....	24
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1. DIÁSPORA CONTEMPORÂNEA - OS(AS) ESTUDANTES DOS PALOP NO BRASIL	40
1.1 A diáspora africana contemporânea.....	40
1.2 Os(as) estudantes dos PALOP e a língua oficial portuguesa.....	45
CAPÍTULO 2. A IDENTIDADE NEGRA AFRICANA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS COM OS(AS) BRASILEIROS(AS)	49
2.1 As experiências de ser negro (a) e africano(a) no Brasil.....	49
CAPÍTULO 3. MOVIMENTO DIASPÓRICO - DA GUINÉ-BISSAU PARA SÃO FRANCISCO DO CONDE	65
3.1 Estudantes guineenses em São Francisco do Conde.....	66
3.2 Ser mulher negra e africana em São Francisco do Conde.....	81
3.3 As experiências de estudantes guineenses em São Francisco do Conde.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	122

INTRODUÇÃO

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”
Nelson Mandela.*

A presente dissertação é o resultado de muitas inquietações que se formaram ao longo de uma vida estudantil e profissional. A escolha do tema de pesquisa reflete em grande parte questões provocadas pelas experiências vivenciadas desde o colegial até a vida acadêmica. Desse modo, apontar os caminhos que me direcionaram para a realização do presente estudo implica num processo de revisitar o passado como forma de relatar a trajetória que me fez chegar até aqui.

De fato, foi no colegial que dei os primeiros passos na construção de uma visão de negritude e identidade negra. Até então, acostumada com os constantes processos de alisamento do cabelo, sobretudo, por uma ausência de sentimento de pertença étnico-racial, foi no colégio que iniciei um processo de transformação de pensamento.

Durante o período estudantil cursei o Fundamental II e o Ensino Médio no Instituto Municipal Luiz Viana Neto, local onde conheci aquilo que poderia designar como uma “descoberta” da identidade negra. Tal processo não ocorreu de imediato, mas gradualmente através das intervenções das professoras Rita (Geografia), Áurea (Sociologia) e Cláudia (Artes), que lecionavam de uma forma em que as aulas tinham significado para mim, na medida em que discutiam questões referentes a população negra no Brasil, combate ao racismo e as diferentes formas de desigualdades.

Para a Semana da Consciência Negra, a escola promoveu diversas atividades voltadas à discussão do racismo e do preconceito no Brasil. Minha classe apresentou um documento do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá que abordava o combate à discriminação racial e intolerância religiosa. Tal experiência, para mim, foi de suma importância na medida em que passei a compreender a relevância de debater as questões raciais que afetam a vida da população afro-descendente no Brasil.

Após a conclusão do Ensino Médio, me preparei para ingressar na UFBA. Prestei vestibular e iniciei a graduação em Pedagogia. Na universidade, sentí falta de disciplinas obrigatórias que discutissem a questão étnico-racial. Como pretendia

fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado à essa questão, cursei duas disciplinas voltados ao tema, uma com a professora Dyane Reis Brito que discutia as políticas de ações afirmativas no Ensino Superior e outra disciplina sobre diferenças, direitos e desigualdades com a professora Rosângela Costa, que mais tarde se tornaria minha orientadora do TCC.

Elaborei meu trabalho de conclusão de curso a partir da análise da implementação da Lei 10.639/2006 no currículo de duas escolas públicas do município de São Francisco do Conde. Uma das escolas que desenvolvi a pesquisa está localizada numa comunidade remanescente quilombola. Ao longo da realização da monografia, percebi que a visão forjada de uma África exótica e pobre influenciava consideravelmente na percepção das pessoas sobre aquele território e sua população nativa. A noção sobre o continente africano é basicamente manipulada por uma ideologia eurocêntrica e por uma mídia que falsamente difunde informações deturpadas sobre aquele continente.

Interesse-me em analisar como as escolas ensinavam a história da África, a partir de quais materiais e estratégias didáticas professores (as) e coordenadores (as) pedagógicos (as) planejavam o processo de ensino - aprendizagem. Notei o quanto era imprescindível a implementação da referida lei tendo em vista a desconstrução do imaginário negativo sobre o continente africano.

Após a conclusão do curso de Pedagogia, iniciei a licenciatura em Sociologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, com a finalidade de dar continuidade aos estudos na área das Ciências Humanas, com foco nas questões étnico-raciais. Durante esse período, observei a pouca representatividade de professores (as) negros (as) lecionando nesse campus, bem como a baixa oferta de disciplinas voltadas à questão da população negra. Outro aspecto que chamou a minha atenção foi em relação à existência de poucos (as) docentes na FFCH – UFBA que lecionam disciplinas sobre tal temática.

Ao longo do curso, participei de pesquisas voltadas à população negra (população ribeirinha, marisqueiras e pescadores na Baía de Todos os Santos; populações tradicionais). De todo modo, o debate sobre questões voltadas à temática afro-descendente sempre esteve atrelado à minha formação, contribuindo cada vez mais para minha imersão no tema.

Em 2013, acompanhei, enquanto moradora de São Francisco do Conde, a implantação na UNILAB dos primeiros cursos EAD, da pós-graduação Lato Sensu, a

nível de especialização nas áreas de Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Ingressei como estudante da primeira turma da Especialização em Gestão em Saúde e como tema do Trabalho de Conclusão de Curso pesquisei o conhecimento das mulheres da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre o câncer de mama.

Posteriormente, atuei como tutora da Especialização em Gestão em Saúde, no período de 2014 a 2016 (Campus dos Malês), experiência que contribuiu de forma significativa para minha decisão em ingressar no mestrado. Minha vivência profissional como tutora me permitiu aproximar mais do convívio (no mesmo espaço social e acadêmico) com a população estudada, isso porque acompanhei de perto a chegada dos primeiros grupos de estudantes africanos (as) oriundos dos PALOP, condição que me proporcionou fazer uma observação cotidiana deste público, em diferentes situações e contextos. Além disso, como residente do município, pude acompanhar informalmente os conflitos decorrentes da presença destes (as) estudantes na localidade.

A partir dessa conjuntura dei início à pesquisa no Mestrado em Ciências Sociais (PPGCS-UFBA), onde busquei investigar as experiências dos (as) estudantes guineenses, em São Francisco do Conde, sobretudo, a fim de compreender como são construídas estas vivências no contexto de interação com as outras nacionalidades.

Com efeito, o presente estudo é de fundamental importância para ampliar o conhecimento sobre o tratamento dado ao negro na sociedade brasileira. Nesse sentido, vários trabalhos têm sido realizados por diferentes pesquisadores (as) de diversas universidades do Brasil, que têm se debruçado em analisar as experiências dos (as) estudantes dos PALOP na diáspora contemporânea; a ressignificação das identidades fora de sua terra; percepção sobre estar fora de seu lugar de origem.

Sobretudo, vários dilemas têm sido colocados neste campo de pesquisa, inclusive pela fase de instabilidade política no país que tem afetado consideravelmente a continuidade destes (as) estudantes no Brasil, pois o corte de verbas das universidades federais, bem como o atraso no pagamento de bolsas são fatores que provocam insegurança e instabilidade no campo educacional. Inclusive, porque o Campus dos Malês vivenciou uma fase de dificuldades e de uma possível integração à outra universidade federal, situação esta que ocasionou oposição por parte dos (as) docentes e discentes que se colocaram contra tal ação.

Diante do exposto, nota-se que a presente dissertação é de extrema relevância em virtude de possibilitar a ampliação da discussão sobre as experiências dos (as) estudantes dos PALOP no Brasil, que no contexto das relações sociais desenvolvem suas lutas cotidianas por afirmação e resistência.

O que os estudos apontam sobre as experiências dos (as) estudantes dos PALOP no Brasil

O campo de pesquisas sobre as experiências dos (as) estudantes dos PALOP no Brasil é amplo e diversificado, e tem contribuído de maneira oportuna no aprofundamento do tema. No entanto, embora tais estudos busquem analisar a presença do (a) africano (a) no país, cada qual aponta caminhos que direcionam ora para a dimensão sociabilidade e identidade, ora na análise do racismo e da xenofobia. Há outros estudos que abordam uma perspectiva da diáspora contemporânea, porém, cada um ampliando as discussões sobre o tema em questão: as experiências vivenciadas pelos (as) estudantes dos PALOP em terras brasileiras.

Embora cada estudo traga as especificidades próprias das trajetórias dos sujeitos sociais pesquisados em determinado lócus, as contribuições são relevantes no sentido de possibilitar identificar até que ponto tais pesquisas se afastam/aproximam da dissertação em questão, na medida em que amplia-se a percepção acerca da temática.

Desse modo, o levantamento bibliográfico sobre as categorias identidade, sociabilidade, diáspora contemporânea, racismo, estrangeiro, deu-se a partir da análise de vários trabalhos desenvolvidos nos últimos anos, que permitem a compreensão das experiências dos (as) estudantes dos PALOP no contexto relacional com os (as) brasileiros (as).

Nesse sentido, o estudo de Muller e Silva (2016) com os (as) estudantes dos PALOP em Brasília-DF e Cuiabá-MT, apontam para o reducionismo do termo africano (a) quando utilizado para definí-los (as), estigmatizá-los (as) ou homogeneizá-los (as) numa categoria continental. Ainda nesse aspecto, o estudo de Mungoi (2012) apresenta que os (as) estudantes dos PALOP são tratados a partir de uma identidade continental, homogênea.

No que tange a discussão sobre identidade, Hirsch (2009) em pesquisa

realizada com estudantes de Cabo Verde, no Rio de Janeiro, aponta sobre a identidade negociada no contexto relacional. Ainda nesse sentido, Gusmão (2011, 2012) expõe em seu estudo sobre estudantes luso-africanos (as) em Campinas e São Paulo, as categorias africano (a), negro (a) e estrangeiro (a). Em outro aspecto, Có (2013, p. 83) analisa que os (as) alunos (as) da Guiné-Bissau em Fortaleza/Ceará, são discriminados (as) por serem estrangeiro (a), africano (a) e preto (a).

Avançando sobre o tema, Maciel (2017) investiga a presença de estudantes estrangeiros (as) na cidade de Redenção, Ceará, buscando entender as ressignificações que guineenses produzem na terra do outro. Nesse sentido, investiga a identidade nacional no contexto da diáspora. Sobre tal aspecto, Peixoto (2014) ao analisar as experiências dos (as) estudantes da Guiné-Bissau, na Universidade Federal de Uberlândia, percebe as formas de sociabilidade construídas, assim como a ressignificação da identidade no processo de deslocamento temporário.

Seguindo essa discussão, Freitas (2013) apresenta uma pesquisa com estudantes da UNILAB, no Ceará, onde procura entender a identidade dos (as) estudantes dos PALOP nos processos da diáspora. Em outro aspecto, Morais e Silva (2012) discutem o termo diáspora, analisando o contexto relacional entre estudantes lusófonos e brasileiros (as).

No que tange à discussão sobre discriminação e preconceito, destacam-se os estudos de Candé (2015) que apresenta as situações de discriminação vivenciados (as) pelos (as) estudantes dos PALOP no Brasil; Ianni (2004) e sua pesquisa sobre o estigma relacionado a cor da pele; Langa (2014) e sua análise sobre as interações entre estudantes africanos e africanas em Fortaleza/Ceará, destacando o preconceito que se apresenta de maneiras distintas para homens e mulheres; Bendo (2016) e Bathillon (2016) que analisam as experiências vivenciadas pelos estudantes dos PALOP em São Francisco do Conde-Ba; Cereijido (2008) e sua abordagem sobre o estranhamento com relação ao estrangeiro.

Ampliando as discussões sobre o tema, o estudo de Kally (2001) analisa a experiência de estudantes africanos (as) em Santa Catarina e Salvador, buscando refletir sobre as diferentes situações de discriminação pelas quais tais estudantes vivenciam no Brasil. Assim, vários estudos analisam as experiências dos (as) estudantes dos PALOP no Brasil, tais como, Subuhana (2009) quando investigou

a presença de estudantes da África Lusófona, em São Paulo; Souza e Malomalo (2016) que analisam a discriminação vivida pelos (as) estudantes dos PALOP no Maciço do Baturité, Ceará; Okawati (2015) quando aponta as dificuldades vivenciadas pelos estudantes em decorrência da língua portuguesa; Mourão (2009, 2016) e sua pesquisa realizada com estudantes guineenses e cabo-verdianos, em Fortaleza e Redenção.

Com relação a mulher negra, os estudos de Carneiro (2003) abordam questões relacionadas à sexualidade e percepção sobre o corpo imerso nas relações tradicionalistas; Crenshaw (2002) aponta a mulher negra discriminada por ser mulher e negra.

Os estudos acima mencionados foram utilizados como aporte teórico para embasar a presente dissertação e servem para aprofundar as discussões sobre as experiências dos (as) estudantes dos PALOP, no Brasil, de modo a possibilitar a ampliação do estudo sobre o tema.

A Unilab como locus de estudo para os (as) estudantes dos PALOP no Brasil

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, uma das mais novas instituições federais de ensino superior do Brasil, foi criada pela Lei Federal nº 12.289/2010, tendo suas atividades acadêmicas iniciadas no Ceará em 25 de maio de 2011, Dia da África. (GOMES, 2013, p. 84)

A UNILAB é estruturada no princípio da cooperação solidária, e tem por missão a integração dos países pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe; Timor Leste (país asiático) e Portugal (Europa) (DIÓGENES, AGUIAR, 2013; SOUZA, MALOMALO, 2016).

A forma de ingresso na UNILAB se dá através de processos seletivos para todos os que pleiteiam as vagas na universidade. Os (as) brasileiros (as) ingressam através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC), mediante as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os estrangeiros são selecionados junto às embaixadas brasileiras nos países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), por meio de uma prova de redação e da avaliação de histórico escolar.

A criação da UNILAB se insere no contexto de expansão do ensino superior brasileiro (aumento de instituições e de vagas no ensino superior federal), de interiorização das universidades públicas no país. Nesse aspecto, a “ampliação do acesso à educação superior é parte deste movimento, onde a aspiração pela universidade passa a integrar o imaginário de famílias antes pertencentes aos setores mais pobres da população.” (GOMES, VIEIRA, 2013, p. 85)

A cidade de Redenção, no Ceará, foi escolhida para abrigar a sede da UNILAB por ser a primeira cidade do Brasil a abolir a escravatura, em 25 de março de 1883. A universidade está distribuída em 04 (quatro) unidades, localizadas em duas Cidades do Ceará - Redenção e Acarape, e uma na Bahia, em São Francisco do Conde. (GOMES, VIEIRA, 2013) A UNILAB destina 50% das vagas aos estudantes internacionais que falam a língua portuguesa e a outra metade é reservada aos estudantes brasileiros. (DIRETRIZES, 2010, p. 10)

O Campus dos Malês em São Francisco do Conde - breve contextualização histórica

“Depois do nascimento dos meus filhos, estou vivendo o momento mais emocionante da minha vida. Hoje a gente concretiza um dos mais belos capítulos de São Francisco do Conde. São páginas de autoestima e desenvolvimento, escritos para o povo de minha cidade.” Prefeita Rilza Valentim (DIÓGENES e AGUIAR, 2013, p. 113)

São Francisco do Conde é um município do Estado da Bahia que está localizado na Região Metropolitana de Salvador, a 67 km da capital. Possui uma população estimada em 39.338 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), sendo que mais de 90% se autodeclarou negra no último censo (2010). A cidade possui o PIB em R\$ 296.459,35 (IBGE, 2016), entretanto, mesmo com a riqueza oriunda do petróleo, o desenvolvimento não alcançou todo o território local. (SANTANA, 2011)

FIGURA 01 – São Francisco do Conde - Região Metropolitana de Salvador



Fonte: <https://goo.gl/maps/6Et8ZRsmCyNgeYj3A>

TABELA 01 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade, município de São Francisco do Conde – BA, 2010.

Branca	2.239
Preta	13.278
Amarela	711
Parda	16.878
Indígena	77
Sem declaração	
Total	33.183

Fonte: BENDO (2016, p. 17)

O município possui desde a sua origem, a herança de três povos que contribuíram com sua formação: os povos africanos, que chegaram ao local escravizados e difundiram o valor e a sabedoria da oralidade ao transmitir os saberes ancestrais. Em outro aspecto, possui um rico patrimônio colonial, composto por uma arquitetura barroca de sobrados, igrejas e engenhos, herdados dos povos europeus.

FIGURA 02 – Ilha de Cajaíba



Fonte: <https://www.candeiasmix.com.br>. 2016.

Além destes, há o saber popular dos povos indígenas (Tupinambás e Caetés) que contribuíram com seu modo de vida e conhecimento sobre o uso de ervas, vocabulário e culinária. (ESPÍRITO SANTO, 1998) Em sua formação histórica, observa-se que a economia da cidade foi baseada no ciclo da cana-de-açúcar que deu início ao desenvolvimento econômico da área. Posteriormente, no século XX, a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) alterou a economia local. (SANTANA, 2011; SANSONE, 2006)

O município possui uma área de reserva de Mata Atlântica, com manguezais, que se constituem como fonte de sobrevivência das comunidades tradicionais da região, tais como, pescadores e marisqueiras que utilizam das técnicas da pesca e do marisco e perpassam através da oralidade aos seus descendentes, tradição herdada dos ancestrais africanos.

Desse modo, a africanidade está presente na formação social do povo franciscano, exemplo é a presença de comunidades remanescentes quilombolas no distrito do Monte Recôncavo, no povoado de Dom João, em São Francisco do Conde, marcando a resistência negra na época da escravidão.

FIGURA 03 – Zé Guaiamum, símbolo da atividade pesqueira quilombola



Fonte: <https://museuafrodigital.ufba.br>. 2016.

FIGURA 04 - Marisqueira



Fonte: <https://museuafrodigital.ufba.br>. 2016.

São Francisco do Conde é uma cidade histórica, tendo sua trajetória marcada pelo período colonialista que dominou o território brasileiro entre os séculos XVI e XIX. Sua formação tem estreita relação com a história nacional, inclusive foi parte importantíssima nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. O município possui uma rica diversidade cultural herdada dos povos africanos, a exemplo do samba chula, patrimônio imaterial.

FIGURA 05 – Paparutas da Ilha do Paty



Fonte: <https://gshow.globo.com>. 2018.

FIGURA 06 – Samba Chula Filhos da Pitangueira



Fonte: <http://reconcavo.blogspot.com>. 2007.

O Campus dos Malês, localizado no município de São Francisco do Conde-BA, iniciou suas atividades acadêmicas em fevereiro de 2013 com a oferta do curso de graduação em Administração e pós-graduação Lato Sensu em Gestão pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade a distância. Posteriormente, em 2014, com o curso presencial de Bacharelado em Humanidades (BHU) e Letras, ofertados aos brasileiros e estudantes oriundos dos CPLP.

A escolha do nome é em referência à Revolta dos Malês que foi um movimento de resistência que ocorreu em janeiro de 1835 na capital baiana, Salvador, protagonizado por africanos muçulmanos de língua iorubá, chamados de “nagôs”.

FIGURA 07 – Inauguração do Campus dos Malês - Bahia



Fonte: <http://www.unilab.edu.br>. 2014.

FIGURA 08 – 1ª turma de estudantes dos PALOP - Campus dos Malês



Fonte: <http://www.unilab.edu.br>. 2014.

São Francisco do Conde foi escolhida para a implantação do Campus dos Malês, da UNILAB, por fazer parte do Recôncavo Baiano, território que apresenta uma alta concentração de afrodescendentes. O município tem uma população predominantemente composta por negros, e tem como influência marcante em sua formação social e histórica a cultura herdada dos povos da África.

O Campus dos Malês possui dois pavimentos com 10 salas de aula, laboratório de informática, auditório com 132 lugares, rampa de acessibilidade que dá acesso ao pavimento superior, enfermaria, refeitório, cantina, biblioteca, banheiros, quadra poliesportiva coberta e área administrativa. (DIÓGENES, AGUIAR, 2013)

Para implantação do campus foi necessário a parceria com a UFBA, a UFRB e a Prefeitura de São Francisco do Conde, sendo que esta fez a doação de 55 hectares de terra para construção da cidade universitária. (DIÓGENES,

AGUIAR, 2013, p. 86, 113) Enquanto ocorre a construção dos novos prédios do Campus dos Malês, as aulas funcionam no prédio doado pela prefeitura e nos espaços de sala de aula das escolas do município.

FIGURA 09 – Campus dos Malês - Bahia



Fonte: <http://www.unilab.edu.br>. 2013.

FIGURA 10 – Novo prédio do Campus dos Malês - Bahia



Fonte: <http://baianafm.com.br>. 2019.

Docentes e discentes do Campus dos Malês estão distribuídos nas seguintes nacionalidades e cursos, conforme os quadros abaixo:

QUADRO 01 – Docentes e discentes internacionais – Campus dos Malês

Curso	Discentes			Nacionalidade	Docentes		
	Feminino	Masculino	Total		Feminino	Masculino	Total
CIÊNCIAS SOCIAIS				Alemanha		1	1
Angola	1	4	5	Cabo Verde	1	3	4
Cabo Verde	1	1	2	Colômbia	1		1
Guiné Bissau	14	19	33	Congo		1	1
São Tomé e Príncipe	3	1	4	Cuba		1	1
Total	19	25	44	Espanha		1	1
HISTÓRIA				Guiné-Bissau		2	2
Angola		1	1	Italia	1		1
Guiné Bissau	2	6	8	Moçambique		2	2
São Tomé e Príncipe		1	1	Portugal		1	1
Total	2	8	10	Total	3	12	15
HUMANIDADES							
Angola	11	23	34				
Cabo Verde		1	1				
Guiné Bissau	25	31	56				
Total	36	55	91				
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA							
Angola	1	9	10				
Guiné Bissau	10	17	27				
Total	11	26	37				
PEDAGOGIA							
Angola		2	2				
Cabo Verde	5	2	7				
Guiné Bissau	8	12	20				
São Tomé e Príncipe	1		1				
Total	14	16	30				
RELAÇÕES INTERNACIONAIS							
Angola	7	11	18				
Cabo Verde		3	3				
Guiné Bissau	9	21	30				
Moçambique	1	2	3				
São Tomé e Príncipe	5	1	6				
Total	22	38	60				
Total	104	168	272				

FONTE: DRCA – UNILAB (2019)

QUADRO 02 – Docentes e discentes brasileiros – Campus dos Malês

Brasil	Mas	Fem	Total
Docentes	25	50	75
Discentes	242	684	926

FONTE: DRCA – UNILAB (2019)

Nota-se que no Campus dos Malês há a presença majoritária de estudantes oriundos da Guiné-Bissau, seguido de Angola. As entrevistas realizadas no presente estudo apontam que há uma ampla divulgação do processo seletivo da UNILAB entre os (as) guineenses, e que pelo fato da universidade ofertar o auxílio estudantil, tais discentes optam por escolherem o Brasil para estudar, embora estudar aqui não tenha sido a 1ª opção da maioria dos entrevistados que apresentaram o interesse em estudar na Europa ou Estados Unidos.

Percurso metodológico da pesquisa

A presente dissertação, de natureza qualitativa, teve como método a etnometodologia, que considera a realidade social construída na prática cotidiana pelos atores sociais em interação. A etnometodologia “entende que as ações desenvolvidas pelos atores é guiada pelo seu raciocínio prático, fruto dos momentos particulares vivenciados e experimentados a cada ato interacional.” (GUESSE, 2003, p. 158-159). Para Guesse (2003) as ações sociais somente adquirem sentido quando são compreendidas pelos atores que interagem no mundo social.

No decorrer da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico de estudos sobre a experiência de estudantes africanos (as) no Brasil, publicados em artigos, livros, dissertações de mestrado, teses e monografia. Desse modo, através da seleção, análise e interpretação de estudos voltados à temática em questão, buscou-se aprofundar o entendimento acerca do tema. O referencial teórico orientou na aproximação com o objeto de estudo, auxiliando a compreendê-lo no percurso de construção da pesquisa.

Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura a partir de trabalhos que tratam das experiências dos (as) estudantes dos PALOP no Brasil. Foram encontrados diversos estudos desenvolvidos no Ceará, por pesquisadores (as) que se debruçaram em investigar as experiências dos (as) estudantes dos CPLP nos *campi* da UNILAB. Além destes, foram encontrados outros estudos sobre o tema, porém a partir de experiências de estudantes africanos (as) em outras universidades (FREITAS, 2013; GUSMÃO, 2012, 2013; HIRSCH, 2009; LANGA, 2014; MACIEL, 2017; MOURÃO, 2009, 2016; MULER e SILVA, 2016).

Na pesquisa, optou-se por adotar o percurso metodológico que mais se aproxima dos significados atribuídos pelos atores às diferentes situações vividas pelos mesmos, possibilitando-lhes partilhar suas experiências mais significativas e reais do cotidiano, relacionadas aos aspectos que tratam das questões de identidade, sociabilidade, experiências compartilhadas entre africanos (as) e brasileiros (as) no contexto relacional. Sobretudo, a finalidade da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. O ambiente social investigado é relevante para o estudo e contribui para a seleção dos (as) entrevistados (as) que fazem parte do lócus da pesquisa.

Nas ciências sociais empíricas, a pesquisa qualitativa é uma metodologia de coleta de dados que contribui na descoberta de pontos de vista sobre os fatos, tanto do (a) entrevistado (a) quanto do entrevistador (a). (GASKELL, 2015, p. 64-65) Nesse sentido, compreender a vida dos (as) entrevistados (as) e de grupos sociais específicos é condição *sine qua non* da pesquisa qualitativa.

A fim de atender a perspectiva do objeto pesquisado, isto é, as experiências dos (as) estudantes guineenses vivenciadas no contexto do município de São Francisco do Conde, o presente estudo se caracteriza como estudo de caso, pois trata-se de uma pesquisa que envolve os(as) estudantes de um local específico a ser analisado: UNILAB, cujo público-alvo são os(as) estudantes guineense.

Segundo Peixoto (2014) “o estudo de caso objetiva alcançar uma compreensão ampla do grupo de referência: sua identidade, suas relações e suas atividades intra e extragrupo; ao mesmo tempo, procura “[...] desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais”. (BECKER, 1999, p. 118 apud PEIXOTO, 2014, p. 32-33)

No estudo em questão, optou-se por realizar entrevista individual, pois esta é indicada quando o objetivo da pesquisa é explorar em profundidade o mundo da vida do indivíduo. Entretanto, a entrevista não seguiu um padrão rígido, apenas com as perguntas estabelecidas no roteiro de perguntas semi-estruturado, pois houve momentos em que foi necessário incluir outras questões a fim de conseguir mais informações do (a) entrevistado (a). Neste aspecto,

Fundamentalmente, em uma entrevista em profundidade bem feita, a cosmovisão pessoal do entrevistado é explorada em detalhe. Embora tais pontos de vista pessoais reflitam os resíduos ou memórias de conversações passadas, o entrevistado possui o papel central no palco. É a sua construção pessoal do passado. No decurso de tal entrevista, é fascinante ouvir a narrativa em construção: alguns dos elementos são muito bem lembrados, mas detalhes e interpretações falados podem até mesmo surpreender o próprio entrevistado. Talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos. (GASKELL, 2015, p. 75)

Nesse sentido, a escolha da entrevista justifica-se pelo fato de que esta é mais viável na análise da realidade social, permitindo ao entrevistado apresentar suas respostas com mais liberdade. Assim, através da entrevista é que há a exploração mais aprofundada da percepção do (a) entrevistado (a) sobre o tema do estudo.

Com efeito, a entrevista qualitativa permite a análise da realidade social sob a perspectiva dos atores sociais envolvidos no contexto da investigação. Esse aspecto é oportuno no que tange a compreensão das experiências vivenciadas pelos sujeitos sociais no aspecto relacional, onde há a diversidade de pontos de vista que precisam ser compreendidos, assim como os conflitos inerentes nesse contexto.

De fato, através da entrevista é possível desvendar as percepções dos indivíduos sobre suas experiências sociais, atendendo assim, de maneira mais apropriada às finalidades da pesquisa, uma vez que expõe a diversidade de opiniões. Por isso que,

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (GASKELL, 2015, p. 65)

Assim, a entrevista consiste em relatos das experiências vividas pelos sujeitos, que expressam em suas falas os sentidos e significados de suas práticas sociais, tendo como dimensões o modo de ser e estar na vida em sociedade.

Peixoto (2014) considera que “a entrevista é como um “[...] processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. (HAGUETTE, 1992, p. 86 apud PEIXOTO, 2014, p. 34)

A entrevista “possibilita acessar dados objetivos e subjetivos igualmente importantes. Cabe ao pesquisador avaliar “[...] o grau de correspondência das suas afirmações com a ‘realidade objetiva’”, e observar no âmbito da entrevista, reações conflitantes ou não e considerar atitudes, opiniões, valores, comportamentos e expressões não verbais.” (HAGUETTE, 1992, p. 86 apud PEIXOTO, 2014, p. 34)

A entrevista seguiu um roteiro de perguntas semiestruturadas, porém flexível, na medida em que se adequava a algumas situações, tais como: incluir novas questões a partir das demandas do (a) entrevistado (a), ou quando a

resposta foi antecipada, não havendo, portanto necessidade de fazê-la. Desse modo, a entrevista teve como finalidade proporcionar espontaneidade aos (às) informantes na hora das respostas, bem como um ambiente propício a liberdade para expor as percepções sobre o tema. Assim, foi desenvolvido um roteiro com questões centrais desejável que os entrevistados abordassem em suas falas. Tal roteiro resultou não apenas “[...] da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação [...] sobre o fenômeno social que interessa” (TRIVINÕS, 1991, p. 63)

Nesse sentido, a técnica da entrevista se apresenta como instrumento relevante para pesquisas que têm a natureza deste trabalho, já que possibilita ao (à) pesquisador (a) esclarecer ambiguidades e equívocos no momento da coleta dos dados, na medida em que permite reformular perguntas, captando informações diretamente da fala dos informantes (LAKATOS & MARCONI, 1982).

As perguntas da entrevista são um convite ao (à) entrevistado (a) para expor com suas palavras o tema em questão, além de possibilitar ao (à) pesquisador (a) obter esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes com sondagens apropriadas e questionamentos específicos.

Para tanto, a construção do roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B) deu-se a partir de questões sobre o perfil social dos (as) discentes dos PALOP, bem como das experiências destes estudantes em São Francisco do Conde. O roteiro de entrevista utilizado contém dois blocos de perguntas abertas, sendo o primeiro voltado a caracterizar o perfil social do (a) discente e o segundo bloco com questões que buscam investigar: quem são esses estudantes? Por que escolheram o Brasil? Como vivem no Brasil? Como é a experiência na UNILAB? Como é a relação com os (as) brasileiros (as)? Qual a imagem que tinham do Brasil antes de vir estudar e qual a imagem construída após as vivências com os brasileiros? O que é ser africano (a) e negro (a) no Brasil?, dentre outras questões. Foi elaborado um termo de consentimento apresentando os objetivos da pesquisa, o sigilo das informações e a permissão da gravação da entrevista.

A partir do roteiro de entrevista e do termo de consentimento deu-se início o trabalho de campo, na própria UNILAB, onde foi apresentada a pesquisa e solicitada a participação dos (as) interessados (as). O contato ocorreu de duas formas: com pessoas conhecidas que intermediaram a aproximação com os (as) entrevistados e contactando outros (as) estudantes no pátio da universidade.

Como espaço para realização das entrevistas foi utilizado a área externa da universidade.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e as respostas foram agrupadas com a finalidade de caracterizar o perfil social do (a) entrevistado (a) e suas percepções e experiências no Brasil, em específico, no município de São Francisco do Conde. A partir dos dados obtidos foi possível verificar a forma de relacionamento entre guineenses e brasileiros(as) e entre os próprios estudantes dos PALOP; a percepção sobre África a partir de experiências relatadas pelos (as) discentes, vivenciados desde o início da chegada ao município; adaptação ao local; dificuldades encontradas; as situações de conflitos vividos na instituição e na cidade; a integração; a moradia, dentre outros fatores.

Inicialmente foram entrevistados (as) 12 estudantes – 11 guineenses e 1 angolano, no período de duas semanas, no mês de fevereiro de 2018. Desses entrevistados, 10 eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Entretanto, foi necessário fazer um recorte de modo a especificar melhor o estudo tendo em vista que a maioria dos entrevistados pertenciam a uma nacionalidade – no caso a Guiné-Bissau. Além disso, foi necessário o retorno ao campo (realizado no dia 21 de agosto de 2019) a fim de coletar informações com participantes do sexo feminino de modo a ampliar o quantitativo de mulheres no estudo.

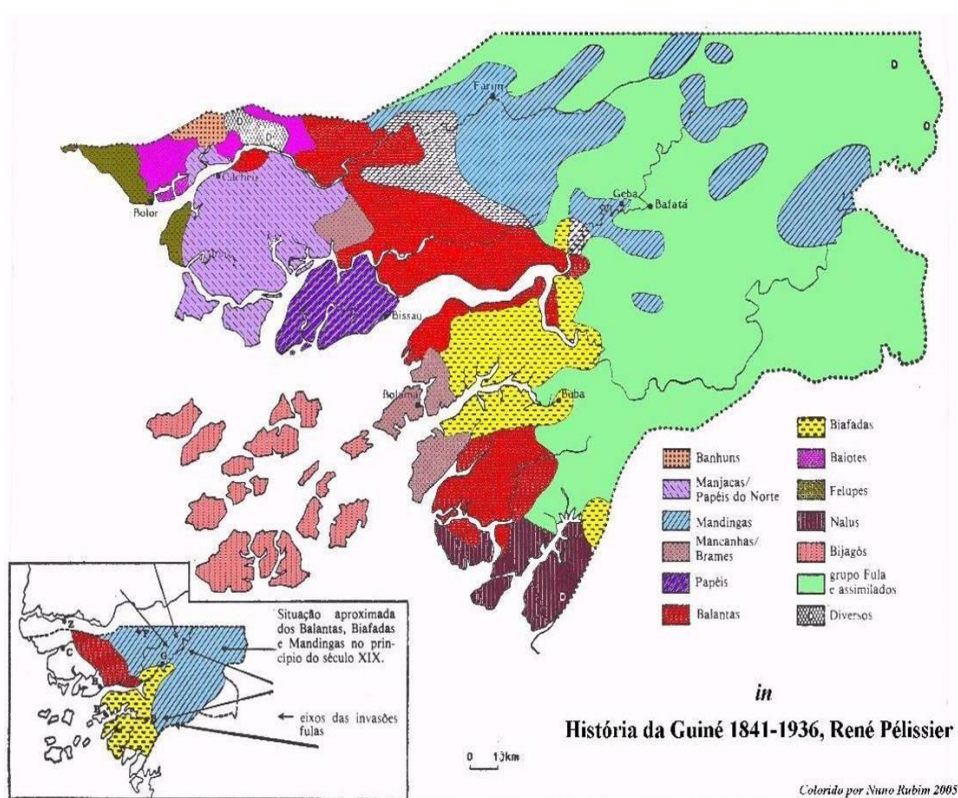
Das pessoas contactadas (em 21 de agosto de 2019), duas estudantes guineenses se dispuseram a participar da pesquisa, sendo que uma delas faz parte do Coletivo de Mulheres Africanas (CMA) de São Francisco do Conde. A participação dessa entrevistada foi de fundamental importância para o estudo, por pertencer a um coletivo representativo das demandas das estudantes africanas do Campus dos Malês. Com o recorte de participantes estabelecido na pesquisa, o estudo passou a ser formado a partir da seguinte composição: 13 estudantes guineenses entrevistados (as), dos quais 9 são do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Com relação as informações obtidas com participantes do sexo feminino será incluído também os dados secundários obtidos a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Bacharelado em Humanidades, realizados pela estudante angolana Margarida Bendo (2016) e pela estudante guineense Aldine Bathillon (2016), com estudantes dos PALOP do Campus dos Malês, em São Francisco do Conde.

QUADRO 03 - Perfil social dos (as) estudantes guineenses

Entrevistado	SEXO	País	Etnia	Religião	Idioma
1	MAS	GB	Balanta	Cristão	Português, crioulo, inglês, francês, espanhol e balanta
2	MAS	GB	Balanta	Católico	Português e crioulo
3	MAS	GB	Papel	Católico	Português, crioulo, inglês e francês
4	MAS	GB	Manjaco	Católico	Português e crioulo
5	FEM	GB	Papel	Evangélica	Português e crioulo
6	MAS	GB	Papel	Católico	Português, crioulo, francês e inglês
7	MAS	GB	Mandinga	Muçulmano	Português, crioulo, inglês e mandinga
8	MAS	GB	Manjaco	Católico	Manjaco, crioulo, francês e português
9	MAS	GB	Balanta	Católico	Português, crioulo, inglês e balanta
10	MAS	GB	Fula	Muçulmano	Português, crioulo, inglês, francês, espanhol e fula
11	FEM	GB	Papel	Católica	Português e crioulo
12	FEM	GB	Biafada	Católica	Inglês, francês, português e crioulo
13	FEM	GB	Bibian	Católica	Português, francês, bibian e crioulo

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados na entrevista. 2018.

FIGURA 11 – Grupos étnicos – Guiné-Bissau



Fonte: <https://images.app.goo.gl/UwpasYHJQCWzPs237>

FIGURA 12 – Mapa político-administrativo da Guiné-Bissau



Fonte: <https://images.app.goo.gl/ZTETpvx4g4qWJKZt6>.

Os (as) estudantes guineenses entrevistados (as) são oriundos de diferentes etnias, a maioria adeptos do cristianismo e políglotas. Essa diversidade cultural reafirma a concepção de que não é possível homogeneizá-los numa categoria, uma vez que tais discentes possuem diferentes trajetórias de vida, sentir, pensar e agir, valores, costumes e hábitos herdados da cultura nativa.

QUADRO 04 – Perfil socioeconômico – estudantes guineenses

Entrevistado	Curso	Ano	Renda	Moradia
1	BHU	2014	AUXÍLIO	Compartilhada
2	BHU	2015	AUXÍLIO	Compartilhada
3	BHU	2014	AUXÍLIO	Não compartilhada
4	BHU	2014	AUXÍLIO	Não compartilhada
5	BHU	2017	AUXÍLIO	Compartilhada
6	BHU	2014	AUXÍLIO	Compartilhada
7	BHU	2014	AUXÍLIO	Compartilhada
8	BHU	2014	AUXÍLIO	Compartilhada
9	BHU	2014	AUXÍLIO	Compartilhada
10	BHU	2014	AUXÍLIO	Compartilhada
11	BHU	2014	AUXÍLIO	Compartilhada
12	BHU	2015	AUXÍLIO	Compartilhada
13	BHU	2016	AUXÍLIO	Compartilhada

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos dados coletados em entrevista.

Os resultados da pesquisa foram organizados da seguinte maneira: o capítulo 1 apresenta uma breve contextualização da diáspora africana que remonta ao período escravocrata a partir da migração forçada dos (as) africanos (as) ao Brasil, perpassa a conjuntura pós - independência dos países da África e sua necessidade em suprir a carência de recursos humanos qualificados, até chegar nos dias atuais. Nesse aspecto, a migração contemporânea para fins estudantis desde a segunda metade do século XX constitui-se como um fator preponderante de entrada de estudantes africanos (as) no Brasil.

Ainda no referido capítulo discute-se a língua oficial portuguesa nos países lusófonos, bem como as barreiras linguísticas decorrentes das particularidades dos povos falantes do idioma (variações regionais). Paralelo a isso, a língua crioula usada no contexto relacional entre os estudantes (as) da Guiné-Bissau no processo de manutenção de seus costumes.

No capítulo 2 apresenta-se uma discussão a partir das categorias “ser negro (a)” e “ser africano (a)”, contextualizadas a partir dos termos identidade negra, identidade nacional e identidade continental. Nesse ínterim, discute - se a identidade no contexto da sociabilidade entre africanos (as) e brasileiros (as).

O capítulo 3 aborda as experiências dos (as) estudantes guineenses em São Francisco do Conde, no que se refere à percepção sobre ser negro (a) e africano (a), aspectos referentes às relações sociais, situações de preconceito e discriminação, bem como a adaptação/integração ao local.

A partir dos dados obtidos, nota-se que o campo de pesquisa sobre as experiências dos (as) estudantes dos PALOP é amplo, na medida em que possibilita ao (à) pesquisador (a) avançar em diferentes vertentes, conforme exposto pelos diversos estudos que foram desenvolvidos nos últimos anos. Contudo, ao se debruçar sobre as diferentes pesquisas sobre os (as) estudantes dos PALOP, observa-se que cada um carrega em si dimensões características de seu estudo, cada qual buscando abordar os aspectos mais relevantes.

Desse modo, embora as experiências dos (as) estudantes dos PALOP no Brasil sejam múltiplas, não podemos generalizá-las como se fossem modelos padronizados e rígidos de vivências. As diferenças se dão a nível territorial, de trajetórias, modos de sentir, viver e pensar as situações que se colocam no cotidiano das relações sociais dos atores envolvidos no contexto de sociabilidade. Sobretudo, a heterogeneidade deve ser refletida também nesse aspecto, isto é,

nos diferentes sujeitos sociais que carregam memórias, crenças, hábitos, valores, e que na terra alheia dialoga e diverge com outras culturas no processo relacional.

É preciso compreender que as pesquisas aqui mencionadas são olhares diversos sobre a problemática dos (as) estudantes dos PALOP em diferentes lugares do Brasil, sobretudo apresentam diferentes perspectivas sobre o tema em questão. Seguindo esse direcionamento, o presente estudo analisa as experiências dos estudantes guineenses na cidade de São Francisco do Conde, Bahia, buscando compreender a identidade no contexto de sociabilidade. O tema é relevante na medida em que amplia as discussões sobre a referida temática.

CAPÍTULO 1 – DIÁSPORA CONTEMPORÂNEA - OS(AS) ESTUDANTES DOS PALOP NO BRASIL

*“Muita fome de conhecimento nos arruína!
Nossa pátria se envelhece.
O trem de sonhos nos esperava para partir!
Juventude se enlouquece para imigrar!
Abrindo braços e som de tambor,
Para alcançar o trem de sonhos!”
Naentrem Sanca*

No século XX, a presença maciça de estudantes dos PALOP no Brasil tem sido resultado dos acordos de cooperação entre o governo brasileiro e os países que têm como língua oficial o português. Além disso, nota-se que o interesse na escolha do Brasil para fins estudantis vai desde a questão do idioma comum, ao recebimento de bolsas para permanência ao longo da estadia no país.

Desse modo, na atualidade observa-se um novo movimento diaspórico a partir da entrada destes estudantes que buscam formação superior para que posteriormente retornem ao seu país de origem qualificados para se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, algumas questões se colocam como reflexão para aprofundamento do estudo: no contexto da diáspora contemporânea, a identidade negra, africana, precisa ser ressignificada no contexto de sociabilidade? Por estar fora de seu lugar de origem os gineenses usam o crioulo como forma de resgatar uma parte de sua cultura?

1.1 A DIÁSPORA AFRICANA CONTEMPORÂNEA

No período colonial, o deslocamento forçado do povo africano através do tráfico transatlântico no sistema escravocrata consistiu na forma de entrada da população negra no Brasil. Do século XVI ao XIX as migrações forçadas encurtaram as distâncias transatlânticas entre os continentes americano e africano durante esse período. Assim, “as relações entre o Brasil e boa parte da África foram estabelecidas em meio a vários processos sócio-históricos. O primeiro, que se estendeu por três séculos, foi a escravidão.” (KALY, 2001, p. 111).

Segundo Kaly (2001) em estudo que analisa a experiência de estudantes africanos (as) em Santa Catarina e Salvador nos anos 90, no período pós-abolição da escravatura o Brasil manteve relações comerciais com países do Norte da África e com a África do Sul. Porém, a partir de 1960 começa a migração de

africanos (as) oriundos (as) de países recém independentes, bem como a abertura de embaixadas dos países de Senegal e Gana em território brasileiro, o estabelecimento de convênios técnicos que propiciaram a chegada de estudantes africanos (as) para fins estudantis.

Os atuais migrantes africanos (as) se encontram inseridos numa nova configuração social, no sentido de que o deslocamento voluntário para fins estudantis constitui-se como um fenômeno contemporâneo. Isso porque o país tem sido um local de recebimento de um alto contingente de estudantes africanos (as) que chegam para fins estudantis através de programas de parcerias entre o Brasil e outros países (Programa Estudante Convênio de Graduação - PEC-G; Programa Estudante Convênio de Pós-graduação – PEC-PG e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP).

Se antes a travessia entre África e América se dava no contexto escravocrata, na atualidade o movimento migratório se insere na conjuntura de busca por uma formação humana qualificada para o mundo profissional. A oportunidade de estudar no Brasil tem se constituído como alternativa acessível para a obtenção do diploma de nível superior em instituições federais, com auxílio de moradia e alimentação para permanência ao longo do curso.

Por outro lado, nota-se que os (as) estudantes que vem ao Brasil cursar uma graduação ou pós-graduação compartilham de experiências vividas no contexto da imigração estudantil e nos processos de transformações identitárias a partir da sociabilidade e das interações afetivas que vão sendo construídas cotidianamente. “Envolve ser africano, estrangeiro e negro” que ressignifica sua identidade “fora do lugar” e “constroem diferentes redes sociais de apoio, que assumem diferentes configurações.” (GUSMÃO, 2012, p. 18, 26).

Desse modo, é pertinente observar que vários elementos contribuem nas experiências destes sujeitos sociais, que implica na forma de falar, vestimenta, costumes, modo de ser que conseqüentemente entram em choque cultural com todo um sistema diferenciado de cultura, ao mesmo tempo em que articulam uma rede de coletividade de apoio para adaptação na terra do outro. “Assim no cotidiano desta diáspora, emergem diferenças identitárias entre os próprios imigrantes que se distinguem, segundo o país de origem e seu nível de riqueza, região de origem (se é rural ou urbana), classe social, nível de renda familiar e prestígio social”. (LANGA, 2012, apud BENDO, 2016, p. 49)

O país tem muita influência nesse estranhamento porque tem países que possuem um reconhecimento maior que os outros em termos de desenvolvimentos econômico e infraestrutura como o caso de Angola que possui uma das maiores produções de petróleo da África e tem um prestígio muito grande dentro da União Africana (UA). (BENDO, 2016, p. 49)

Portanto, compreender a experiência dos estudantes dos PALOP na diáspora contemporânea envolve entender as formas de sociabilidade e redes de ajuda; formação dos grupos; afinidades/diferenças culturais; compartilhamento de experiências; formas de enfrentamento das adversidades cotidianas; construção de espaços de interação; processos de estranhamento resultantes do choque cultural, bem como adaptação a outras culturas.

A diáspora africana contemporânea tem ganhado força a partir dos acordos de cooperação para fins estudantis, entre Brasil e países africanos. (LANGA, 2014) O termo diáspora tem sido ressignificado na atualidade, assim, “a ideia de diáspora emerge como forma de expressar um sentido mais aberto de pertencimento” (MORAIS e SILVA, 2012, p. 173) e quando é usado para designar os “fluxos migratórios de estudantes dos PALOP para o Brasil” adquire uma configuração baseada no conceito de “multilocalidade”, pressupondo que o sujeito faz parte de mais de um “limite geopolítico específico”. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 174)

Moraes e Silva (2012) ao analisarem a situação de estudantes africanos (as) na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UnB) destacam que o termo diáspora geralmente tem sido utilizado pelos (as) estudantes que estão no Brasil há um certo tempo, ao passo que os (as) estudantes que estão no país para cursar a graduação se consideram como estrangeiros (as). Desse modo, a dimensão dada pelo (a) estudante à sua condição no Brasil varia conforme seu tempo no país.

Outro aspecto tem relação com o projeto de vida do (a) estudante africano (a) no Brasil (MORAIS e SILVA, 2012, p. 174), que inclui permanecer para dar continuidade à pós-graduação ou mesmo retornar à sua terra de origem. Assim sendo,

A autoqualificação de alguns estudantes como estrangeiros no Brasil pode ainda ser produto da força dos vínculos mantidos com seu país de origem e do projeto de a ele retornar. Por outro lado, para aqueles que estão fora de casa há mais de dez anos, tais laços e projetos de retorno estão menos claros, ao mesmo tempo que já

se conectaram mais intensamente a outras redes de sociabilidade no Brasil. Daí reconhecerem-se como sujeitos em diáspora. O ir e vir possibilitado pela condição econômica de muitos daqueles que se consideram em diáspora reconfigura as relações e as expectativas diante de seu país de origem. Mesmo retornando à terra de origem, as experiências no Brasil e, muitas vezes, também em outros países, fazem essas pessoas qualificar seu pertencimento nacional por meio de novas lentes. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 174).

Nesse processo de estadia no Brasil, para fins estudantis, são as experiências e perspectivas dos (as) estudantes africanos (as) que definirão a percepção sobre ele enquanto um (a) estrangeiro (a) com previsão de retorno após a conclusão do curso, ou um sujeito que fazendo parte da diáspora vê no país possibilidades de permanência.

O sentimento de pertença fica mais intenso no Brasil, pois os (as) estudantes sentem a necessidade de afirmação identitária, segundo considerou uma jovem moçambicana: “ser moçambicana no Brasil é totalmente diferente de ser uma moçambicana em Moçambique. Aqui somos e queremos ser mais moçambicanos do que nunca. O sentimento de pertença fica mais forte”. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 175)

O contato com o outro coloca em questão a própria configuração de identidade, nas experiências com o novo, com o diferente. Isso “expõe a insegurança de se ‘saber quem sou eu?’” (MORAIS e SILVA, 2012, p. 176) Desse modo, os deslocamentos ou migrações para fins estudantis possibilitam que a subjetividade dos sujeitos seja influenciada pelas relações contínuas, pelas trajetórias construídas, pelas trocas de experiências.

Estar longe de sua terra natal faz com que o sujeito se depare com sua identidade nacional e continental, sua condição enquanto estrangeiro (a) em outros contextos relacionais, nas condições de permanência ou retorno ao país de origem. Assim, ao refletir sobre sua condição no Brasil, “a identificação pela cor da pele [...] provoca mudanças profundas na maneira como repensam seu lugar na sociedade, sendo identificados por termos antes inexistentes em seu repertório simbólico pós-colonial, tais como “negro”, “africano” e “estrangeiro”. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 177)

Tal aspecto implica tanto na percepção sobre si, quanto na forma como construirá o relacionamento com o outro. Se na terra natal tais estudantes eram identificados (as) por sua etnia, no Brasil, a diferenciação/classificação se dá pela

categorização unificadora numa única nomenclatura: negro (a). (MORAIS e SILVA, 2012)

Hirsch (2009) em pesquisa realizada com estudantes de Cabo Verde, no Rio de Janeiro nota que antes de ser imigrante, o (a) estudante africano (a) é um emigrante que traz consigo aspectos de sua terra natal que permeiam sua forma de vida. Desse modo, as experiências que se constroem no contexto social “leva a reflexão sobre o corpo [...] socialmente construído” e “um lugar primordial das identidades”. (HIRSCH, 2009, p. 75) A identidade expressa na corporalidade resulta de um processo relacional e passa por um processo de reelaboração e adaptação a partir desse movimento constante. (HIRSCH, 2009)

Em outro aspecto, a escolha do Brasil para fins estudantis se ampara em diferentes aspectos, sendo a influência midiática um fator preponderante na configuração da escolha. Morais e Silva (2012) abordam que das entrevistas realizadas ficou explícito que

As redes sociais pelas quais esses estudantes circulam em seus países de origem operam como condicionantes importantes na conformação de suas escolhas. Vários estudantes, tanto em Brasília como em São Paulo, alegam também serem as novelas brasileiras da Rede Globo de Televisão um grande motivo para querer estudar no País [...] As imagens relacionadas ao Rio de Janeiro parecem tão arraigadas na mente dos estudantes que, quando chegam a Brasília ou a São Paulo, é grande a surpresa com a nova realidade que lhes salta aos olhos, como o frio paulistano, as favelas ou o fato de a capital do País não possuir mar e praias. Mesmo quando o estudante entra em contato com as histórias de pessoas que já estiveram aqui, é através das novelas que se cria, em grande medida, o referencial do que eles pensam encontrar. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 177-178)

Assim, as motivações para a vinda ao Brasil para fins estudantis são potencializadas ideologicamente pela representação nacional através dos diferentes meios de comunicação que reforçam a ideia de um cenário paradisíaco. (HIRSCH, 2009) A percepção sobre uma terra paradisíaca influencia na chegada destes estudantes, na medida em que se deparam com um lugar totalmente oposto ao que imaginavam. Tal aspecto reflete de certa forma no processo de adaptação inicial ao local, pois a frustração na chegada impacta quando nota-se as disparidades entre morar na capital e morar no interior do país.

Essas dinâmicas migratórias que o Brasil faz parte, trazem uma nova realidade ao país, já que os (as) estudantes constroem laços de família com brasileiros (as), permanecem para dar continuidade na pós-graduação, outros

estabelecem vínculos de trabalho. (MORAIS e SILVA, 2012) Nesse sentido, Gusmão (2011, 2012) expõe em seu estudo sobre estudantes luso-africanos em Campinas e São Paulo, que estes não “se pensavam” como africanos (as), mas no Brasil passam a se assumir e “constroem uma identidade nova, capaz de unir o diverso” para “estabelecer a solidariedade”. (GUSMÃO, 2013, p. 56)

Será que na terra alheia os (as) estudantes dos PALOP sentem a necessidade de ressignificarem suas identidades? Como conseguem unir nacionalidades tão diversas em torno de um ideal comum que contribua no processo de sociabilidade, integração? Tais questões surgem ao longo do estudo como parte do processo de reflexão sobre o tema, que não se esgota nessas problemáticas.

1.2 OS(AS) ESTUDANTES DOS PALOP E A LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

A relação entre Brasil e os países lusófonos baseada no elemento comum – a língua portuguesa – remete à identidade e aspectos linguísticos compartilhados entre si. Assim sendo, o idioma aproxima tais países, histórica e culturalmente.

A língua portuguesa, oficial nos países que foram colonizados por Portugal, é outro elemento a ser analisado no que se refere à identidade. Isso porque devido as particularidades históricas e culturais de cada país, predomina a diferença na pronúncia das palavras, bem como, no estrangeirismo presente no vocabulário.

No países lusófonos (Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) ex-colônias de Portugal, o idioma português é o oficial, mesmo com os diferentes sotaques e a diferença na pronúncia das palavras.

De fato, a língua é mutável, e não segue padrões rígidos. Dessa forma, nota-se que há uma diversidade de dialetos e línguas nos países africanos lusófonos, e, no caso do Brasil, as palavras apropriadas culturalmente, que foram incorporadas ao vocabulário nacional a partir das trocas culturais, representam as especificidades das diversas culturas. “As várias formas de expressão, os sotaques distintos utilizados e os diferentes significados são responsáveis pelos estranhamentos iniciais que, com o tempo de vivência no Brasil, começam a ganhar sentido.” (OKAWATI, p. 386, 2015)

No que se refere aos países lusófonos africanos, observamos a língua

crioula como um idioma recorrente nos diálogos dos (as) estudantes oriundos destes lugares. Nesse sentido, nota-se que a língua portuguesa, em algumas situações têm se apresentado como obstáculo àqueles que não apresentam fluência, principalmente nas situações acadêmicas que exigem do (a) estudante a norma culta da língua. (OKAWATI, 2015) Da mesma forma, Bendo (2016) considera que

A língua é um dos fatores que leva ao estranhamento entre os estudantes africanos na cidade; mesmo sendo estudantes de países de língua oficial portuguesa, nem todos eles tem a mesma língua em comum como o caso dos cabo-verdianos e os guineenses que têm o crioulo como primeira língua, usada no seio familiar e no dia a dia, eles só aprendem o português na escola ao serem alfabetizados. A língua que eles usam para se comunicarem é o crioulo, e tanto na cidade quanto na própria Universidade eles falam o crioulo, e isso gera muito estranhamento por parte de outros estudantes africanos que não falam o crioulo como o caso de estudantes de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. (BENDO, 2016, p. 50)

De fato, a língua se apresenta como um elemento marcante no processo relacional, tanto entre estudantes da África, quanto entre estes com os (as) brasileiros (as). Ainda nesse aspecto, nota-se que os sotaques indicam quem é estrangeiro (a) e quem é brasileiro (a). Com efeito, ao analisar a situação de estudantes africanos (as) no Brasil, Morais e Silva (2012) percebem que,

São recorrentes, entre os estudantes, as dificuldades com o manejo da língua durante, pelo menos, os dois primeiros semestres de estudo, de modo que alguns se sentem, inclusive, envergonhados de se manifestarem, por temerem repreensões de seus colegas e professores. Muitos estudantes relatam a falta de tolerância de muitos docentes com suas deficiências linguísticas, o que agrava ainda mais o quadro de insegurança e incertezas que marcam os primeiros meses de sua inserção no Brasil. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 168)

Desse modo, a língua se torna uma barreira no processo inicial de adaptação, por isso, as dificuldades são recorrentes nesse período. (OKAWATI, 2015) Embora a língua oficial nos países lusófonos seja o idioma português, a língua crioula é a mais utilizada nas interações entre os (as) guineenses e cabo-verdianos (as). Nesse sentido, Morais e Silva (2012) observam que

Embora oriundos de países em que o português é o idioma oficial do Estado, para muitos desses alunos a utilização dessa língua estava restrita a situações de estabelecimento de relações burocráticas com a administração pública em espaços como escolas, embaixadas, órgãos do governo. Para aqueles oriundos de Cabo

Verde e de Guiné- Bissau, por exemplo, toda a comunicação em seu cotidiano familiar e de amizades era feita em crioulo. Por outro lado, os estudantes angolanos, moçambicanos e são-tomenses afirmam que, mesmo em contextos familiares, a língua portuguesa é a mais utilizada. Alguns dos estudantes de todas essas nacionalidades conhecem outras línguas de seus países, principalmente pela convivência com pessoas mais velhas da família, como avós e tios, mas dificilmente conversam fluentemente e frequentemente por meio delas. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 168)

Por outro lado, nota-se que a língua crioula é restrita aos (às) alunos (as) cabo-verdianos (as) e guineenses, ao passo que, os (as) alunos de outras nacionalidades que não utilizam esse idioma usam o português nos processos de comunicação. Então, há os que usam o crioulo e aqueles que não utilizam, geralmente divididos em grupos por afinidade.

Enquanto alunos de Cabo Verde e Guiné-Bissau frequentemente conversam entre si em crioulo nas universidades, aqueles vindos de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe o fazem em português. As línguas faladas entre os estudantes oriundos dos PALOP nas universidades são instrumentos de identificação e diferenciação: 1) na relação entre eles próprios; 2) na relação entre eles e os estudantes brasileiros; e, por fim, 3) na interação entre eles e os colegas não brasileiros de outras nacionalidades. Estudantes de Guiné Bissau e Cabo Verde conversam em crioulo na maioria das situações em que a convivência é estabelecida entre eles. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 168-169)

Em outro aspecto, o uso do crioulo influencia a sociabilidade entre os (as) estudantes de diferentes nacionalidades, pois também acaba sendo uma barreira no processo de relacionamento que ocasiona tanto no isolamento, quanto na divisão em grupos.

Mesmo quando há brasileiros ou estrangeiros de outra nacionalidade, aqueles que se relacionam em crioulo não deixam de fazê-lo na presença desses. Essa é, pois, uma das razões levantadas pelos estudantes brasileiros para justificar o fato de muitos estudantes estrangeiros dos PALOP viverem isolados entre si. Segundo aqueles, a maior causa da não socialização entre brasileiros e africanos é a língua que estes falam somente entre eles – o crioulo. Os alunos dos PALOP, por outro lado, confrontados com a questão do distanciamento em relação aos colegas brasileiros, atribuem a estes a falta de iniciativa e interesse em aproximar-se, já que são os anfitriões. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 169)

Essa dificuldade em compreender o crioulo não ocorre apenas entre brasileiros (as) e africanos (as), mas também entre os (as) estudantes africanos (as) entre si, já que nem todas as nacionalidades dos PALOP utilizam o crioulo em sua terra natal.

Em situações nas quais se encontram uma maioria de cabo-verdianos ou guineenses e poucos angolanos, moçambicanos ou são-tomenses, as conversas certamente são em crioulo. Presenciamos um encontro entre estudantes guineenses e três angolanas, em que estas não entendiam nada do que seus colegas falavam, ficando muito insatisfeitas com isso. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 169)

Por outro lado, a não utilização da língua crioula contribui na interação entre estudantes de nacionalidades que não falam esta língua, com os (as) brasileiros (as), tendo em vista o idioma comum a estes povos sendo o português. Assim,

Os estudantes oriundos de países como Moçambique e Angola, nos quais a utilização da língua portuguesa em contextos urbanos é mais sedimentada, tendem a interagir mais proximamente com os estudantes brasileiros justamente em função das habilidades linguísticas das quais dispõem. (MORAIS e SILVA, 2012, p. 169)

Contudo, em outras ocasiões ocorre a interação entre os (as) estudantes de diferentes nacionalidades, uma vez que o processo relacional não é rígido, e portanto, está sujeito às necessidades dos sujeitos. Se por um lado a língua une, por outro lado separa os indivíduos. A língua portuguesa apresenta uma diversidade nas variadas formas de expressão decorrentes das nacionalidades que partilham do idioma português. Essa variedade não indica que há incompetência por parte daqueles (as) que não se adequam ao português padrão, contudo expressa a heterogeneidade presente na língua falada, como resultado das experiências de vida dos sujeitos sociais. (OKAWATI, 2015)

Para Morais e Silva (2012) a sociabilidade é mais fácil de ser construída quando os (as) estudantes compartilham da mesma nacionalidade, fator que influencia na configuração da moradia em grupo, nas relações afetivas, bem como nos momentos de lazer. Não é porque fazem parte de um mesmo continente que os (as) estudantes africanos (as), de diferentes nacionalidades devam ser vistos como uma comunidade unificada, pelo contrário, são grupos constituídos de uma diversidade cultural que os caracteriza. A partir das experiências em contato com o novo é que as trajetórias vão sendo ressignificadas no contexto relacional.

De fato, é na relação com o outro, sob um território novo, que as histórias são compartilhadas e vividas. A partir daí, os sujeitos expressam sua compreensão de ser e estar no mundo. O indivíduo é também um sujeito social, que carrega em si tanto as marcas de uma identidade própria, como de uma coletividade plural, com significados simbólicos atribuídos pelas experiências em conjunto com seus pares.

CAPÍTULO 2 - A IDENTIDADE NEGRA AFRICANA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS COM OS(AS) BRASILEIROS(AS)

*“A perda da identidade e de humanidade,
A imigrante se torna Negra
O imigrante se torna Negro
A imigrante se torna Africana
O imigrante se torna Africano
O/A imigrante sem nome, o/a estranho/a!”
Naentrem Sanca*

Na condição de estudantes universitários (as) em deslocamento temporário, os (as) estudantes dos PALOP não se constituem como sujeitos homogêneos, mas sim indivíduos possuidores de uma diversidade que inclui língua, saberes, práticas, modos de pensar o mundo, valores e costumes, herdados de seu povo. Dessa forma, torna-se oportuno compreender a identidade nacional no cerne das experiências compartilhadas no meio social. Será que as experiências têm mostrado situações de preconceito, discriminação ou xenofobia? O que as experiências vividas pelos estudantes dos PALOP em São Francisco do Conde têm revelado?

2.1 AS EXPERIÊNCIAS DE SER NEGRO (A) E AFRICANO (A) NO BRASIL

As experiências dos (as) estudantes africanos (as) devem ser compreendidas a partir das relações construídas no cotidiano social com a população local, bem como entre os (as) próprios (as) estudantes africanos (as). Isso porque os (as) estudantes de diferentes nacionalidades da África, cada qual com sua cultura, em contato com um novo ambiente sociocultural, cujos “valores e discursos identitários [...] são reconstruídos cotidianamente em função das experiências vividas” (MUNGOI, 2012, p. 127), dentro de um processo relacional novo, tanto no sentido de território, quanto no sentido de diversidade humana.

Nesse sentido, a **identidade** é uma “construção social e dinâmica, que atores sociais utilizam diferentes formas e estratégias de negociação para a construção e reconstrução de suas identidades sociais e etnicorraciais”. (MUNGOI, 2012, p. 126) Assim, os (as) estudantes africanos (as) passam a ter contato com elementos da cultura local, assim como aspectos específicos de sua

cultura passam a fazer parte do contexto do outro. Ao conviver com culturas tão diferentes da sua, tais discentes buscam adaptação à nova realidade, num movimento que envolve “negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente ser assimilada por elas e sem perder completamente suas identidades” (HALL, 2011, p. 52, apud BENDO, 2016, p. 51)

Bendo (2016) e seu estudo realizado em São Francisco do Conde com estudantes dos PALOP, aponta questões que surgem na pesquisa: “*De onde sou agora?* É a pergunta feita pelos estudantes depois de trocarem culturas, hábitos e costumes com os brasileiros e africanos de outras nacionalidades, no Brasil, eles primeiro recebem o *status de africano*.” (BENDO, 2016, p. 51)

Estar fora do lugar ainda que seja temporário ou definitivo, dá ao *estudante africano* a sensação de já não saber o seu real pertencimento, vendo que eles não estão no seu país de origem sentem-se como se estivessem num lugar completamente estranho, porque no Brasil eles são apenas *africanos ou angolanos*, ao mesmo tempo tem o Brasil como um lugar de pertencimento também, pois os estudantes adquirirão novos hábitos e costumes que mesmo voltando em casa não serão vistos também como os mesmo indivíduos que um dia partiram, eles também já não se sentirão pertencentes àqueles lugares. BENDO, 2016, p. 51-52)

Os (as) estudantes dos PALOP são tratados a partir de uma nomenclatura continental (africanos/as), na medida em que há a redução homogeneizadora que padroniza e desconsidera as diferentes peculiaridades inerentes às diversas nacionalidades. Desse modo, as especificidades culturais destes estudantes são negligenciadas. Nesse sentido, Muller e Silva (2016) em estudo realizado com estudantes dos PALOP em Brasília-DF e Cuiabá-MT apontam para o reducionismo da categoria africano (a) quando usado para demarcar os (as) estudantes dos PALOP.

A percepção generalizante sobre a África negligencia as múltiplas identidades dos povos oriundos deste continente, nega trajetórias e particularidades inerentes a cada povo. Por outro lado, a depender da situação, o termo africano pode denotar um sentido pejorativo e estigmatizante. (MULLER E SILVA, 2016, p. 66)

Na sociedade brasileira, no que se refere ao imaginário social sobre a África, é comum os discursos acerca de um continente exótico, refletindo a homogeneização e desconhecimento sobre aquele território vasto em extensão e culturas. Nesse aspecto, “é possível afirmar que a construção do imaginário social

brasileiro é marcado por uma perspectiva que ora silencia completamente sobre a África e os africanos, ora os percebe como sinônimos do atraso e da barbárie.” (MULLER, SILVA, 2016, p. 65) O fato de serem oriundos de um continente historicamente explorado pelos europeus, que possui países com altos níveis de pobreza extrema, guerras, conflitos étnicos, regimes ditatoriais, o imaginário social desse lugar é permeado por uma dimensão inferiorizante. Assim,

Por serem africanos, estes estudantes são considerados como “estrangeiros de segunda categoria” e, portanto, em condições abaixo dos brasileiros, fato que cria decepções na maior parte destes estudantes que concebiam o Brasil como um “paraíso terrestre”. (MUNGOI, 2012, p. 137)

Com efeito, a percepção da África no imaginário social, e, conseqüentemente, a representação do (a) negro (a) na sociedade brasileira, ambos de maneiras estereotipadas e estigmatizadas influenciam no contexto relacional. (OKAWATI, 2015) Souza e Malomalo (2016) em estudo com estudantes dos PALOP no Maciço do Baturité, Ceará, percebem que uma África exótica e propagadora de doenças é outro preconceito disseminado por aqueles (as) que desconhecem a realidade do continente. (SOUZA, MALOMALO, 2016, p. 279).

No caso brasileiro, a ideologia eurocêntrica predominou na formação de uma **identidade negra** encarada como negativa, que renegada desde a sua origem se coloca como entrave para o reconhecimento étnico de pertencimento. Assim, através das categorias cognitivas, do caráter ideológico que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades (MUNANGA, 2008) Do mesmo modo, no imaginário social, predominou desde então, os modelos mentais herdados dessa construção deturpada de identidade. (CUNHA, 2010).

Nesse sentido, torna-se oportuno uma reflexão acerca do processo de construção relacional entre africanos (as) e brasileiros (as) no contexto social em que a população negra local ainda desenvolve a percepção e o reconhecimento de uma identidade negra. Nesse ínterim, Munanga (2008) traz como problemáticas as seguintes questões reflexivas:

Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento? Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços? (MUNANGA, 2008, p. 15)

O estranhamento perante o *outro* expressa “concepções naturalizadas, folclorizadas em meio a um imaginário que, socialmente construído, revela o lugar da África e dos africanos para os brasileiros.” (GUSMÃO, 2011, p. 202) Nesse sentido, a homogeneização do continente africano e o desconhecimento sobre a África contribuem para a proliferação de discursos carregados de estereótipos. Assim, Candé (2015) evidencia que há uma

Homogeneidade discursiva em relação ao continente africano, como é que a África era vista, a homogeneidade. África era vista às vezes como um país, outra vez associada a doenças, fome, primitivismo. Muitas pessoas na universidade chegam a questionar se a gente não tem saudade dos leões, lobos do nosso país, como se a gente convivesse com esses animais no mesmo lugar. Praticamente não se tem noção do que é o continente africano, como é que se estruturam as sociedades africanas. (CANDÉ, 2015)

Além disso, quando se trata do (a) estrangeiro (a), o surgimento “de um outro diferente, que vem de outro lugar e tem outros hábitos e crenças, provoca uma resposta particular [...] Essa diferença desperta desconfiança e agressividade [...]” (CEREIJIDO, 2008, p. 61) Desse modo, o estranhamento ocorre tanto em relação à pessoa quanto em relação ao seu território de origem.

O preconceito acerca do que é a África (que para alguns é um país) reflete a ausência de conhecimento da diversidade do continente, das etnias e diferentes dialetos que fazem parte da pluralidade cultural dos povos africanos. Isso porque não se trata de uma “comunidade de iguais”, de um todo homogêneo, mas sim de um grupo de indivíduos de diferentes origens étnicas e culturais. (GUSMÃO, 2013)

De fato, “é comum os estudantes se depararem com percepções generalizantes nas quais o seu continente desponta como um todo homogêneo, destituído da imensa singularidade e diversidade que lhes é característico, como se fosse um único lugar.” (MULLER, SILVA, 2016, p. 65) A partir do imaginário de uma África singular e homogênea é que os (as) estudantes são identificados (as) por uma identidade continental, isto é, africanos (as) e não pela nacionalidade. (MULLER, SILVA, 2016)

Ainda nesse sentido, Muller e Silva (2016) analisam as experiências vivenciadas pelos (as) estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que ingressaram nas instituições de ensino superior brasileiras através do Programa Estudante de Convênio de Graduação (PEC-G). Ambas observam que os (as) estudantes passam a ser agrupados indistintamente a partir

da cor da pele. Assim, “o fato de serem todos pretos” faz com que sejam vistos indistintamente como se fossem os mesmos, oriundos de um único local.” (MULLER, SILVA, 2016, p. 66)

A origem africana certamente é um diferencial nas relações sociais, principalmente quando nos referimos ao que se fala e se pensa sobre o africano, a imagem construída e disseminada. Porém, a cor da pele aparece como um elemento agrupador. O que se pode afirmar a partir disso é que, ora os estudantes são vistos porque são africanos, ora porque são negros. (MULLER, SILVA, 2016, p. 67)

Se no país de origem, tais estudantes são ligados à etnia de seu povo, no Brasil, passam a ser unificados (as) a partir do viés africano. Nesse sentido, passam a vivenciar “uma identidade continental atribuída” (MUNGOI, 2012, p. 127) em suas novas vivências em terra brasileira. Essa identidade africana passa a ser referência no trato social, isto é, na sociabilidade construída cotidianamente. O (a) africano (a) passa a ser o termo de identificação do (a) estudante, independente de sua nacionalidade.

Nesse aspecto, Kaly (2001) ao refletir sobre as experiências vivenciadas na década de 90, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Federal da Bahia, considera que

Os chamados estudantes africanos que vieram para o Brasil deixaram suas respectivas famílias, os seus bairros e cidades, como Mancagne, Peul, Serere, Diola, Ibo, Banto, Soninké, Bambara, Dioula, Ewe, Touare, Dinka, pegaram o avião como senegaleses, guineenses, camaronenses, gaboneses, marfinenses, argelinos, egípcios, cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, são-tomeenses, e aqui chegaram como africanos. No país que os acolheu, as diversidades culturais, linguísticas e étnicas são eliminadas e eles se vêem reduzidos à categoria de monogrupo. Enquanto os estrangeiros europeus, asiáticos e norte americanos são tratados a partir de suas nacionalidades próprias, os da África, não. Somos africanos, com tudo o que isso carrega de negativo. (KALY, 2001, p. 112- 113)

Para Mungoi (2012, p. 128), a identidade africana entendida na perspectiva relacional com os (a) brasileiros (as), aponta para um aspecto importante: a identidade concebida em torno da africanidade. Nesse aspecto, ao usarmos o termo “africano (a)” implica no reconhecimento do que diferencia cada um levando em conta sua história e origem, no sentido de evitar cristalizar o termo desconsiderando as trajetórias individuais, bem como os costumes específicos de cada povo.

A identidade africana se coloca como real para estes estudantes, carregada de sentidos e significados resultantes do contexto relacional de sociabilidade construída com novos sujeitos sociais e ambientes diversos. É importante ressaltar que a identidade africana é vista a partir de elementos ligados ao costume adquirido na terra natal, como “jeito de ser, pensar”, aos traços fenotípicos como “cor da pele”, aos aspectos culturais como “traje, penteado, postura corporal” (MUNGOI, 2012, p. 129).

Reconhecer tais elementos simbólicos torna-se essencial na afirmação identitária destes estudantes. As diferenças culturais observadas na forma de falar, vestimenta, estilo musical, culinária e festejos, são ressignificados no contexto relacional, tanto na afirmação das identidades individuais, quanto na incorporação de elementos culturais do Brasil às particularidades de cada um. Por outro lado, as especificidades distingue os (as) africanos (as) dos (as) brasileiros (as), porque evidencia as diferenças de cada povo.

É importante pensar a identidade tanto no aspecto global quanto individual, porque cada uma será requisitada a depender no contexto da situação. Isso requer compreender que no que se refere às particularidades, é preciso perceber o jeito de falar, pensar, agir do indivíduo; no que se refere ao aspecto universal, considera-se os costumes e valores herdados da cultura de origem, entretanto é oportuno pensar que as identidades universal e particular não se excluem, mas sim, influenciam-se mutuamente. Isso porque o modo de pensar o mundo e agir sobre ele diz muito sobre o contexto cultural no qual o indivíduo é formado.

No cerne da sociabilidade vivida entre estudantes africanos (as) e brasileiros (as), através dos festejos em comemoração à independência nacional dos países da África, há interação entre brasileiros (as) e africanos (as) que compartilham experiências diversas (história, música, dança, etc.) nesses eventos. A função social dessas festas para os (as) africanos (as) é poder reviver a cultura de origem, além de ser um modo de afirmação da identidade e pertencimento a um grupo. (GUSMÃO, 2011)

Nas festas africanas há a presença do estilo musical dos países da África, os(as) participantes utilizam vestimenta e adereços típicos de sua terra de origem, demarcando sua identidade cultural. E mesmo nesses momentos há a separação entre grupos por nacionalidades. “O dia a dia cansativo e solitário desaparece, e os (as) estudantes se encontram com os conterrâneos para se *sentir em casa*, com

os amigos, as músicas, as danças e muitos pratos típicos.” (GUSMÃO, 2011)

Mediante os eventos culturais, os (as) estudantes africanos (as) expressam a cultura e os costumes de seu povo. Como exemplo, temos a comemoração ao Dia da África que é celebrado anualmente em 25 de maio. Tal evento propicia o intercâmbio estudantil entre africanos (as) e brasileiros (as). Assim, através dessa comemoração há a integração entre os membros da comunidade acadêmica.

Dentre as ações desenvolvidas na Semana da África, tem a partida de futebol como forma de integrar os (as) alunos (as) através do esporte; oficinas voltadas à indumentária africana, tais como turbante, trança, adereços e vestimenta, cujo valor simbólico remete à terra de origem. A Semana da África organizada pela comunidade acadêmica apresenta uma série de atividades artístico-culturais, gastronômicas e esportivas, buscando garantir que os costumes africanos sejam afirmados num contexto de respeito e valorização.

Assim, propicia-se um ambiente de trocas culturais entre as diferentes nacionalidades e a valorização das diversas culturais que convivem diariamente no contexto acadêmico (dentro e fora da universidade), mas que não tem a oportunidade de estreitar os laços sociais.

FIGURA 13 – Oficinas de penteados e turbantes africanos



Fonte: <http://www.unilab.edu.br>. 2016.

FIGURA 14 – Partida de futebol - Campus dos Malês



Fonte: <http://www.unilab.edu.br>. 2016.

FIGURA 15 – 1º presidente da ASEA – Semana da África



Fonte: <http://www.unilab.edu.br>. 2016.

Outro elemento marcante na sociabilidade tem relação com a língua crioula utilizada pelos (as) estudantes guineenses quando estão em grupo. Além disso, há uma maior interação grupal por parte de estudantes da mesma nacionalidade, isso por causa da afinidade originada pelo país natal.

Por outro lado, é comum observar alunos (as) reunidos (as) por nacionalidade - angolanos (as), guineenses, moçambicanos (as), cabo-verdianos

(as), brasileiros (as) -, isso porque a “etnicidade é vista como uma linguagem na medida que permite a comunicação entre os grupos. Muitos acreditam que a condição de africano lhes fornece um *status* diferenciado e menos desconfiança comparativamente aos negros brasileiros.” (MUNGOI, 2012)

Nesse aspecto, o termo africano (a) pode ser considerado na medida em que for respeitado a diversidade de etnias, culturas, identidades individual e coletiva dos indivíduos que fazem parte da África. A identidade africana pode se constituir como uma entre muitas “identidades possíveis”. (MUNGOI, 2012, p. 128)

Ao se apropriar da categoria “africano (a)” como forma de identidade e identificação, é preciso considerar os elementos que reforçam tais dimensões, a saber, o modo de ser, a afinidade linguística, cultural, a subjetividade, fatores que potencializam e ressignificam os processos identitários do indivíduo. (OKAWATI, 2015).

Nesse aspecto, a **identidade** africana é ressignificada no contexto de diferenciação dos grupos, de um lado os (as) brasileiros (as) e de outro, os (as) estrangeiros (as). Com isso,

[...] o fato de todos estudantes serem provenientes do mesmo continente não deve ser visto como um elemento homogeneizador de suas identidades. A heterogeneidade destes estudantes se verifica em vários níveis, o que torna impossível traçar um perfil homogêneo dos mesmos. O aspecto comum entre eles é o fato de todos serem estudantes universitários, estrangeiros e vistos pela população que os acolheu como africanos. Esta atribuição confere um certo sentido à esta africanidade e assume um papel central na vida cotidiana destes universitários. (MUNGOI, 2012, p. 136)

A identidade deve ser considerada como uma dimensão pertinente no contexto relacional, pois adquire um caráter múltiplo diante das diferentes situações que se colocam constantemente - identidade nacional, identidade continental e identidade racial, conforme Mungoi (2012). De fato, “a identidade étnica se constrói de forma contextual e na relação com outras identidades sociais, sendo sempre negociada, de modo que a visão externa co- determina a forma como o próprio grupo étnico se (re)constrói.” (HIRSCH, 2009, p. 77)

A presença dos (as) estudantes africanos (as) nos faz refletir acerca das identidades nacional e continental, que de todo modo são reivindicadas no contexto relacional cotidiano, ora na afirmação identitária de indivíduos e grupos,

ora no fortalecimento do coletivo no cerne da sociabilidade.

Em outro aspecto, inseridos numa sociedade onde os negros estão propensos a sofrer preconceito em virtude da tonalidade da cor da pele, os (as) estudantes (africano (a)/estrangeiro (a)/negro (a)) vivenciam experiências que evidenciam um tratamento diferenciado. Segundo Santos (2001, p. 3), o preconceito consiste numa “atitude negativa em relação a alguém, [...] uma atitude antecipada e desfavorável contra algo.”

Kaly (2001) ao observar a influência da cor da pele na forma como o indivíduo é tratado no Brasil, reconhece que “quanto mais escura é esta, pior é o tratamento. Mesmo sendo estrangeiros, a cor da pele lhes atribui uma carga negativa, depreciativa e inferiorizante.” (KALY, 2001, p. 115-116)

Segundo Kaly (2001) a cor da pele é um fator homogeneizador dos (as) estudantes da África em relação aos (as) brasileiros (as), pois a cor negra os expõe aos mesmos tratamentos dispensados aos (as) negros (as) brasileiros (as):

Mas o que caracterizaria todos esses estudantes tão diferentes? A cor da pele. São quase todos pretos. Se a cor da pele constitui, para o olhar do brasileiro, o elemento homogeneizador desses estudantes (somos vistos e tratados como provenientes de um mesmo país), essa mesma cor já os coloca nas camadas sociais mais inferiorizadas, mais humilhadas e hostilizadas da sociedade brasileira: os pretos nativos. Quem são esses pretos nativos? Pessoas vivendo à margem da cidadania. Pessoas periféricamente integradas à sociedade brasileira. Os estudantes africanos pretos recebem, basicamente, os tratamentos dispensados aos pretos brasileiros; isto é, são tratados como se fossem necessariamente pessoas pobres, analfabetas, perigosas, faveladas, ignorantes. Os tratamentos racistas, inferiorizantes e estereotipados, que fazem parte da vida cotidiana dos estudantes pretos, são dispensados por brasileiros de todas as camadas sociais e de todas as tonalidades de pele. A grande maioria dos brasileiros acha-se « superior » aos africanos. Cabe salientar que humilhar aquele que é tido como inferior é uma prática constante. Parece que a « respeitabilidade » se adquire com a humilhação dos outros. (KALY, 2001, p. 113)

Assim sendo, observa-se que a marca indelével da cor (os traços fenotípicos) homogeneiza os (as) negros (as) que vieram da África e os (as) negros (as) brasileiros (as), no imaginário social, constituindo, assim, um elemento que influencia no tratamento, em diferentes contextos sociais, a partir de discursos e práticas. Ainda seguindo essa discussão, a professora da Unilab, Artemisa Candé (2015) cita como exemplo uma experiência vivenciada em Salvador:

Teve em Salvador. Eu estava saindo do prédio onde morava e encontrei uma senhora que me perguntou quanto eu cobrava para fazer a faxina. Eu estava saindo arrumada para ir para a faculdade – eu estava fazendo o doutorado, inclusive –, aí ela me perguntou: “Me diga, moça, quanto vocês cobram pela faxina?” Eu disse “Hum?”, eu perguntei ainda “oi?”, e ela “Quanto é que vocês cobram pra fazer a faxina, eu tô procurando uma faxineira”, eu disse “Eu não faço faxina aqui não, eu moro aqui”. Aí o porteiro reforçou, dizendo “Ela é doutora”, e então ela ficou toda errada com a situação, mas eu acho que são questões circunstanciais, a gente vai passar por essas questões de ser confundida com empregada doméstica – nada contra a profissão – mas não é só. Somos confundidas com babá, com outras coisas, menos com o nível acadêmico que a gente está exercendo. Isso ainda é recorrente nessa sociedade, constantemente a gente precisa disputar o espaço. Mesmo dentro da universidade, sendo doutora e professora, a gente precisa acionar sempre o mecanismo de legitimação desses espaços que a gente conquistou. (CANDE, 2015)

Subuhana (2009, p. 19) em sua pesquisa sobre a presença de estudantes da África Lusófona, em São Paulo aponta que “são vários os ambientes sociais como prédios residenciais, ônibus, supermercados, restaurantes, em festas, dentro da universidade, entre outros que obrigam esses estudantes a refletir sobre a sua condição de preto”, situação desconhecida em sua terra natal. Desse modo, a cor da pele se torna uma referência para designar a origem e a **identidade** do indivíduo, sobretudo, a partir da generalização. Nessa perspectiva, ser africano (a) e negro (a) coloca-o (a) numa situação em que pode sofrer estigma ou ser depreciado (a). (MULLER, SILVA, 2016) Assim,

As estigmatizações depreciativas podem estar relacionadas às repetidas histórias sobre um povo e um lugar e no hábito de estereotipá-los e percebê-los de forma indistinta, como um todo que, simplesmente por compartilharem a mesma cor da pele ou local de origem, possuem as mesmas características de existência, independentemente de fatores históricos, sociais e culturais. (MULLER, SILVA, 2016, p. 67)

Com efeito, o conhecimento que aprendemos sobre determinado lugar contribui para a construção da percepção sobre aquele território e, conseqüentemente, em relação às pessoas que dele fazem parte, como se possuíssem uma história única. Essas pessoas são encaradas como o exótico, o “outro” que evitamos nos relacionar. (MULLER, SILVA, 2016)

Ser estudante negro (a) e africano (a) no Brasil implica em dois aspectos sobre a identidade que não podem ser negligenciadas: a identidade negra e a identidade continental deste indivíduo. Assim, “a **identidade negra** é entendida,

aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” (GOMES, 2003, p. 171)

Em outro aspecto, o estereótipo e o estigma social reforçam o preconceito sobre questões mais amplas que envolvem a etnicidade. Ainda nesse sentido, Candé (2015) reconhece:

E eu comecei a ter acesso às questões raciais discutidas no Brasil, até então uma questão distante da minha convivência. Então, a gente vem pro Brasil, a maioria dos africanos, não vou dizer quase todos, não sabe ou desconhece a questão racial no Brasil, que existe essa tamanha discriminação e desigualdade racial. A gente passa, na chegada, a sentir isso na pele, não só como negra, também como africana, um outro fator que é o desconhecimento total da África nesse país. Então você passa a ter dupla discriminação: você é discriminada pela cor da pele e pela procedência, por ser africana. (UNILAB, 2015)

De fato, tais situações fazem com que os (as) estudantes se sintam como sujeitos deslocados na terra do outro, daquele que num primeiro momento lhes é familiar, pela história, pela ascendência, mas que se torna diferente por não reconhecer a sua identidade étnica diante do seu semelhante, por não compartilhar do interesse em valorizá-lo e valorizar-se enquanto sujeitos partícipes de uma mesma conjuntura social reprodutora das relações de opressão e exclusão.

Kaly (2001) reflete sobre a vida cotidiana dos (as) estudantes africanos (as) no Brasil, quando estes, juntamente com os caribenhos ingressaram na universidade. Na época, observou que a grande maioria dos (as) discentes daquela universidade eram brancos (as), notando, inclusive que a presença de pretos (as) se dava através dos (as) funcionários (as) que lá trabalhavam em funções de baixo prestígio social. Estes (as), ao se depararam com a presença de estudantes africanos (as), demonstraram alegria por sentirem-se representados (as) naquele espaço e por perceberem que os (as) pretos (as) também seriam capazes de fazer parte daquele ambiente acadêmico como estudante.

No cotidiano da universidade, estes (as) funcionários (as) estabeleciam contato com os (as) estudantes africanos (as), relatavam a situação dos (as) afro-descendentes, de modo que Kaly (2001) pôde compreender o porquê da ausência da representatividade preta na academia. No contexto dessa experiência, Kaly

(2001) relata um episódio marcante sobre a organização das refeições para atendimento da nova clientela (os (as) estudantes africanos/as) no restaurante universitário. Narra o desconhecimento e visão estereotipada da comunidade universitária que dispôs de uma grande quantidade de bananas para sobremesa, na crença errônea de que essa era a preferência alimentar do grupo dos (as) estudantes africanos (as). Associado a isso, Kaly (2001) nota os olhares observadores dos (as) brasileiros (as) na hora da refeição

Outro aspecto relatado por Kaly (2001) diz respeito à língua portuguesa. A descrença por parte dos (as) docentes sobre a aprendizagem da língua era expressa pela surpresa quando constatavam o aprendizado dos (as) estudantes. O espanto refletia a descrença no potencial deles (as) em relação ao aprendizado da língua.

No cotidiano de sala, Kaly (2001) relembra as tentativas da coordenadora em passar a ideia de que no Brasil havia uma boa convivência racial, até o dia em que um episódio de racismo vivido por um músico, bem como, a palestra de um docente negro sobre a situação da população afro-brasileira, a fizeram ter mais cautela ao falar sobre a suposta democracia racial no Brasil.

Kaly (2001) constata que no âmbito do espaço acadêmico, havia uma baixa representatividade de estudantes pretos (as) na universidade. Nota a presença de pessoas pretas exercendo funções na faxina, na vigilância, como motorista. Inclusive, nos cursos mais concorridos notou a predominância de pessoas brancas.

Kaly (2001) observa que a baixa presença de estudantes negros (as) nos cursos de medicina, direito, engenharia, por exemplo, remonta ao século XIX, se perpetuando até os dias atuais. Percebe o tratamento inferior dispensado ao (à) negro (a) na sociedade brasileira, mesmo aquele que ocupa uma privilegiada posição social.

Nesse sentido, compreende-se que o peso do estigma sobre a tonalidade da cor da pele constitui-se como elemento intrínseco das relações sociais no Brasil. Segundo Ianni (2004, p. 23) o estigma bloqueia “relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns aos outros, indivíduos e coletividades.” Isso porque a marca fenotípica é transformada em estigma “o que se manifesta na xenofobia, etnicismo, preconceito, segregação racismo.” (IANNI, 2004, p. 23)

Desse modo, o estigma é expresso em estereótipo “com o qual se assinala, demarca, descreve, qualifica, desqualifica, delimita ou subordina o ‘outro’ e a ‘outra’, indivíduo ou coletivo”, sendo que o estigmatizado é um “estranho, exótico, estrangeiro, alheio a nós.” (IANNI, 2004, p. 24) Nesse ínterim, o (a) estigmatizado (a) “elabora e reelabora a sua identidade: no contraponto com a alteridade, na dinâmica das relações, processos e estruturas hierarquizadas, desiguais, com as quais os que mandam ou desmandam empenham-se em preservar a lei e a ordem.” (IANNI, 2004, p. 25)

Para Ianni (2004, p. 25) o indivíduo estigmatizado constrói e reconstrói sua consciência a partir da relação entre o eu e o outro, compreendendo como a situação social “implica decisivamente a ideologia e a prática dos que discriminam.” Na medida que toma consciência crítica da realidade há um processo de transformação, de ruptura. Nesse contexto, o indivíduo transforma-se nas formas de sociabilidade e forças sociais. (IANNI, 2004)

Ainda nessa perspectiva, o estudo de Mungoi (2012) com estudantes africanos (as) aponta que:

A cor da sua pele lhes remetia a um lugar pouco prestigiado na sociedade brasileira. Trata-se de um lugar marcado pela exclusão social, discriminação racial, pelos estereótipos que não coincidem com a realidade social vivenciada pelos estudantes africanos nos seus países. Muitos estudantes ressaltaram que quando convivem em espaços frequentados majoritariamente por brancos, acabam tendo a sensação de que sua presença é questionada. Para a maior parte dos estudantes a discriminação racial é mais visível quando estes transitam por lugares frequentados por pessoas com alto poder aquisitivo, como *shoppings*, supermercados ou lojas. Alguns estudantes destacaram nas suas falas que a discriminação racial, mesmo não sendo explícita, ou seja, manifestada verbalmente, está implícita nas atitudes dos funcionários e das pessoas desses locais. Na maior parte dos relatos percebe-se que os estudantes são vistos com desconfiança, menosprezados ou simplesmente ignorados por causa da cor da sua pele. Identificaram-se igualmente casos de estudantes que já foram interpelados pela polícia por terem sido confundidos com bandidos ou traficantes. (MUNGOI, 2012, p. 134)

Assim, ser negro (a) no Brasil implica conviver com a tensa complexidade do tratamento diferenciado nos diferentes contextos sociais, de modo que envolve desde a afirmação da identidade negra, a luta cotidiana na busca por reconhecimento e valorização. De outro modo, envolve a reflexão acerca da complexidade em ser negro (a), estrangeiro (a) e africano (a), pois estas dimensões identitárias são mútuas, isto é, não se excluem, mas se completam no conjunto das relações construídas no âmbito social.

Ser negro (a) e africano (a) na terra do outro implica em ser tratado (a) como estrangeiro (a) e ser confundido (a) com um (a) afro-brasileiro (a), isso porque o (a) estudante africano (a) negro (a) é identificado (a) como estrangeiro (a) quando sua fala expressa o sotaque típico de quem não é nativo. Contudo, aceitação e rejeição do indivíduo, a depender do reconhecimento/identificação implica na forma do tratamento recebido no meio social. No contexto da sociabilidade, assumir a nomenclatura “africano” permite unir o “diverso que representam e estabelecer a solidariedade possível entre diferentes” vistos como “iguais”. (GUSMÃO, 2011, p. 194)

Desse modo, na medida em que se juntam em grupos nas redes de solidariedade, os sujeitos compartilham entre si aspectos comuns vivenciados na terra do outro. Assim,

Os próprios sujeitos ao falarem da vida que se vive na terra brasileira, de como se unem e de como se distanciam nas singularidades de suas histórias pessoais e coletivas, nas histórias das muitas Áfricas que o brasileiro desconhece revelam os pontos que marcam os modos de se ser e de estar no Brasil. (GUSMÃO, 2011, p. 195)

Por outro lado, a vivência na terra do outro influencia na configuração de uma nova forma de “ser, estar e viver” sobre o mundo. Isso decorre das experiências vivenciadas pelos (as) estudantes africanos (as) no contexto relacional com outros (as) brasileiros (as). Para Gusmão (2011),

Por seus novos modos, pela forma de vestir-se, comportar-se, ele próprio já não mais se reconhece plenamente no grupo de origem. Estranham-se naquele mundo e são, também, estranhados pelos que ficaram naquele mundo. Vêem-se a si mesmos como sujeitos modernos, globalizados e portadores de perspectivas e valores de uma outra ordem que se contrapõem aos valores e costumes próprios dos contextos mais tradicionais. Percebem que já não são mais inteiramente dali, mas também sabem que não são das terras onde estão, em busca de novos rumos por meio dos estudos e de qualificação profissional. Nestas, são, sobretudo, estrangeiros e depois, *africanos* e negros. Na África, o que são: angolanos, moçambicanos, caboverdianos, guineenses, saotomenses. São balantas, fulas, papel, quimbundos, ovibundos, crioulos, mestiços sem referência étnica e, assim por diante. (GUSMÃO, 2011, p. 195)

Assim, as transformações identitárias decorrem de um contínuo processo resultante das trocas culturais e da apropriação de elementos da cultura do outro, cujo valor simbólico é constituído de sentidos e significados para os atores envolvidos. Por outro lado, a vida coletiva entre africanos (as) e brasileiros (as)

não acontece sempre de forma fraternal, pois nas relações há conflitos e concorrência, próprio das relações sociais.

Com efeito, as dimensões que envolvem os aspectos étnico-raciais e as identidades nacional e continental são elementos que aparecerão ao longo do estudo como base para aprofundarmos a reflexão acerca do tema.

CAPÍTULO 3 – MOVIMENTO DIASPÓRICO – DA GUINÉ-BISSAU PARA SÃO FRANCISCO DO CONDE

*Longe vão irmãos e irmãs com uma interrogação.
Medo do desconhecido, tristeza invade a alma,
Com sonhos no coração, sorriso no rosto, dizendo adeus!
Deixando família, por outra família!*

*Bem vinda/o imigrante, vida nova!
Promessas e enganoso! Racismo nos persegue!
Fome e desemprego nos destroem!
Lágrimas se secaram!"
Naentrem Sanca*

Ao chegar em um território desconhecido para fins estudantis, os (as) estudantes guineenses se deparam com a novidade do lugar, conhecer novas pessoas, precisam lidar com a língua, bem como o choque cultural quando seus valores, costumes e crenças são postos diante de outras culturas diferentes da sua. Assim, o processo de adaptação ocorre de forma diferente para cada indivíduo, e nesse momento torna-se importante a solidariedade dos (as) colegas para o enfrentamento das adversidades que surgem no caminho.

Nesse sentido, os grupos que se formam no decorrer da permanência no país vão sendo construídos no cotidiano de conflitos e diálogos, nas trocas e nos embates. Aos poucos, as redes de sociabilidade vão sendo tecidas a partir das afinidades e experiências compartilhadas.

As experiências de ser estudante guineense em São Francisco do Conde não será igual às vivenciadas por outros (as) estudantes guineenses espalhados (as) pelas universidades desse país. Embora apresentem semelhanças em alguns aspectos, no que diz respeito às questões referentes ao preconceito e/ou discriminação, questões identitárias e de sociabilidade, ainda assim é preciso situar as experiências de indivíduos/grupos que compartilham entre si os conflitos e as trocas nas relações sociais.

3.1 ESTUDANTES GUINEENSES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

A presente pesquisa teve como recorte analisar as experiências dos (as) estudantes guineenses em São Francisco do Conde. No processo de coleta de dados, realizei 13 entrevistas com estudantes da Guiné-Bissau, ingressantes na Unilab entre 2014 e 2017.

Os (as) estudantes foram contactados (as) no pátio da universidade, durante o intervalo das aulas e nas horas livres. As entrevistas duraram em torno de 20 minutos a 1 hora. Ao longo do contato inicial, foi oportuno ter uma abordagem que propiciasse aos (as) estudantes sentirem-se à vontade para expressar seus sentimentos e percepções sobre as relações vivenciadas na universidade e na localidade.

As perguntas transitaram em diferentes aspectos do cotidiano desses sujeitos, que perpassaram desde a análise do processo de chegada ao Brasil, às experiências vivenciadas inicialmente (por exemplo, procura por moradia acessível financeiramente, auxílio estudantil, adaptação, choque cultural, saudade da terra), as interações entre as diferentes nacionalidades, as redes de solidariedade, a formação de grupos, os conflitos, a afirmação da identidade.

Não houve resistência por parte dos (as) estudantes guineenses na participação das entrevistas. Ao apresentar os objetivos do estudo, notou-se o interesse dos (as) discentes sobre o tema, como uma oportunidade de dar espaço às suas vozes. Em outro aspecto, nota-se que de diferentes maneiras as percepções sobre estar fora do lugar de origem propiciou estratégias de expor as experiências, a exemplo da formação do grupo musical de hip hop conhecido como Bota a fala: hip hop, reconhecimento e *Paidéia* democrática, que integra um projeto de extensão da UNILAB, criado em 2015. O grupo utiliza a linguagem musical para debater questões raciais, estereótipos de gênero, educação e diversidade e é coordenado pelo docente da Unilab, Marcos Carvalho Lopes. Pelo trabalho desenvolvido, o grupo tem conquistado visibilidade ao se apresentar em diferentes eventos. Recentemente foi entrevistado por uma importante emissora de TV.

FIGURA 16 – Grupo de hip hop Bota a Fala – Campus dos Malês



Fonte: <http://www.unilab.edu.br>. 2018.

FIGURA 17 – Grupo Bota a Fala no programa Conversa com Bial.



Fonte: <http://www.unilab.edu.br>. 2017.

Através da música, os (as) estudantes buscam desconstruir a visão estereotipada que boa parte dos (as) brasileiros (as) têm do continente africano, na medida em que apresenta que a África é um continente composto por vários países, cada um com suas histórias, costumes, etnias e possui uma rica diversidade. Desse modo, é oportuno evidenciar a importância desse grupo no que tange à afirmação da identidade africana, à função social de denunciar e combater o preconceito, tão presente no cotidiano destes jovens.

Associado a isso, o projeto visa romper com pressupostos acadêmicos tidos como universais, em favor de uma educação democrática, com a participação da comunidade acadêmica composta por indivíduos de diferentes nacionalidades, que no processo relacional ressignifica sua identidade.

Com efeito, as vozes desses (as) estudantes não podem se calar diante das difíceis trajetórias que vivenciam na terra do outro. Mas, será mesmo que este território pertence a alguém como proprietário, possuidor dos discursos e práticas? O que fazem os (as) estudantes guineenses para se auto-afirmarem como sujeitos detentores de direitos (enquanto ser humano, estudante)? Quais as estratégias individuais e grupais de enfrentamento à resistênica local, as dificuldades impostas pela conjuntura social, econômica, política e cultural?

Durante análise das entrevistas foi possível identificar que houve um processo de estranhamento da população local em relação ao estrangeiro e também houve estranhamento dos (as) estudantes guineenses em relação à cultura local, bem como à forma que foram tratados pelos munícipes por causa da cor da pele, bem como origem africana. Nota-se que os caracteres físicos são motivos de tratamento diferenciados e de aversão.

Sobre tal aspecto, Bendo (2016) estudante angolana do Campus dos Malês, ao pesquisar sobre o estranhamento provocado pela presença dos (as) africanos (as) no município, aponta que

Com a chegada dos estudantes africanos em São Francisco do Conde, logo notou-se que eles não eram tratados como iguais pelos munícipes. Os estudantes em quase todos os momentos eram e são vistos como o *outro*, o de lá ou sempre como o africano na cidade. A existência de uma história em comum entre brasileiros e o continente africano, não foi suficiente para que os estudantes africanos se sentissem acolhidos em casa.” (BENDO, 2016, p. 13)

Tal fato corrobora com os estudos de Langa (2014) e Mourão (2009, 2016) sobre o preconceito vivenciado pelos (as) estudantes dos PALOP em Fortaleza, Ceará. Por outro lado, evidencia o estudo de Có (2013, p. 83) realizado no mesmo local, quando considera que tais estudantes são “triplamente discriminados: como estrangeiro, africano e preto.”

Além disso, os sotaques dos (as) estudantes guineenses que falam o idioma português de um jeito diferente da forma falada no Brasil e a língua crioula que é reproduzida entre eles quando estão em grupos, são alguns fatores que têm causado uma certa aversão ou estranhamento por parte dos (as) brasileiros (as) em relação a eles. Nesse sentido, foi possível identificar através dos relatos, as situações de preconceito vivenciadas pelos (as) estudantes guineenses, sobretudo, porque tais aspectos tem influenciado diretamente nas relações entre estes sujeitos.

Durante o tempo que atuei como tutora na UNILAB (2014-2016), bem como na ida a campo para coleta de dados, presenciei os (as) estudantes dos PALOP sempre juntos, em grupos, e, como esse fato chamou a minha atenção, perguntei aos (as) entrevistados (as) sobre a relação que eles (as) têm com os (as) estudantes brasileiros (as). Os (as) entrevistados (as) relataram que no início eram mais próximos, contudo, várias situações geraram desentendimentos e que as relações já não eram mais como no início.

Os fatores foram vários, desde o modo de ser do povo franciscano, a aspectos referentes a cultura local, o recebimento de auxílios, fato que provocou discórdias, já que alguns estudantes brasileiros não foram contemplados. Nesse sentido, Gusmão (2013) considera que

[...] o sujeito negro e africano sofre processos, nos quais a questão da origem e da cor da pele se juntam outros aspectos como elementos-suportes de ações racistas e discriminatórias. Por parte dos brasileiros, a discriminação se coloca, não apenas com relação à origem e a cor, mas em razão de serem os estudantes africanos, sujeitos de benefícios propostos pelos acordos bilaterais de seus países com o Brasil, o que lhes facilita o acesso à educação, nomeadamente de nível superior. Para muitos brasileiros, tal fato soa como privilégio e ofensa, já que para os nacionais o ingresso em uma universidade exige superar barreiras nem sempre em condições de serem transpostas. (GUSMÃO, 2013, p. 60)

Algumas informações preliminares apontam diferentes práticas de preconceito e discriminação, exclusão, ora de forma sutil, ora de forma explícita. Contudo, tais ações evidenciam estereótipos homogeneizadores, tanto de visões distorcidas do lugar (África), quanto do indivíduo (africano (a)/estrangeiro (a)). Isso corrobora com o estudo de Có (2013) que apresenta a percepção homogeneizadora dos (as) brasileiros (as) em relação aos (as) estudantes da Guiné-Bissau, cujo país possui uma ampla diversidade étnica, embora sejam vistos destituídos dessa heterogeneidade.

Com efeito, a reação a todo esse processo resulta em situações de sofrimento para o (a) estudante (as), que se sente impotente por não saber lidar de imediato com a situação, principalmente quando recebe apelidos pejorativos, ou quando escuta comentários relativos a aparência. Sobre esse aspecto, Bendo (2016) observa ao investigar a situação dos (as) estudantes dos PALOP em São Francisco do Conde que

A chegada desses estudantes não foi um *mar de rosas*, porque o município não estava preparado para receber os estudantes, em termos de conhecimento sobre a África, por parte dos munícipes; o que gerou um grande estranhamento, da mesma forma, os estudantes africanos também, na sua maioria, não foram preparados nos seus respectivos países de origem sobre o que era o Brasil e sua realidade. Mas será que o motivo para tanto estranhamento na cidade foi mesmo só a falta de preparo dos munícipes em relação ao que era a África ou os africanos e as africanas? Porque, para muitos brasileiros, mesmo sabendo o que é África ou africanos nunca esperam um comportamento “civilizado” de um africano, porque por mais que eles tenham a informação sobre alguns países africanos, suas realidades e os modos de vida, ainda assim se comportam como se não fosse verdade tudo aquilo que aprenderam sobre África. (BENDO, 2016, p. 29)

Para combater o preconceito foi preciso criar estratégias de enfrentamento como o estabelecimento de parcerias com instituições públicas local, a exemplo do Departamento de Promoção da Igualdade Racial (Depir) e Secretaria da Educação (SEDUC) que através de ações voltadas à comunidade buscam propagar o conhecimento sobre a África, bem como discutir temas ligados ao racismo, preconceito e xenofobia.

FIGURA 18 – Palestra no CEAS



Fonte: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br>. 2015.

Outro aspecto relevante foi a criação da Associação dos Africanos e Amigos da África (ASEA) pelos alunos que chegaram na primeira turma, em 2014. Presidida pelo discente Beto Infandé, essa associação foi criada com o objetivo de desmistificar o conhecimento distorcido do continente africano, propagar informações sobre o continente, de modo a desconstruir as visões estereotipadas. Além disso, apoiar os (as) estudantes no processo de adaptação ao local, isso porque a diáspora tem resultado em diferentes formas de organização dos estudantes, tais como associação, fundação, movimento, enfim, ações de mobilização que tratam das questões dos estudantes dos PALOP. (LANGA, 2014)

Sobre esse aspecto, nota-se que

Os estudantes africanos sabem que não são unitários, mas que também tem muitos aspectos que lhes une, pelo fato de serem africanos no município, por isso dentro da universidade se criou a Associação dos Estudantes e Amigos da África, abreviadamente designada por (ASEA), objetivando pura e simplesmente representar os estudantes, membros e defender os seus interesses, da política educativa, na elaboração de legislação sobre o ensino e nas atividades de ação social escolar, finalmente, as ações visa à aproximação mais efetiva entre os membros integrante na associação, em particular os estudantes africanos, estes com estatuto especial (estrangeirismo) no sentido de acompanhar seus cotidianos, no território brasileiro. (BENDO, 2016, p. 49)

Conforme relatado, o processo de adaptação inicial da primeira turma de estudantes dos PALOP em São Francisco do Conde foi difícil em virtude da falta de estrutura do Campus dos Malês para recebê-los (as), pois a universidade era nova, estava em vias de implantação. Inclusive a demora para receber o auxílio estudantil foi motivo de preocupação com relação à permanência deles na cidade, já que o aluguel do imóvel era alto e os (as) estudantes recém chegados não tinham condição financeiras para alugá-lo. A ausência de infraestrutura local também surge no estudo de Muller e Silva (2016) que expõem as dificuldades locais para acolhida dos (as) estudantes; atraso no recebimento da bolsa; custo de vida na cidade de residência.

A dificuldade de moradia foi um dos motivos que contribuiu para que os (as) estudantes alugassem imóveis em grupos, formando assim, redes de ajuda mútua desde a fase de adaptação inicial, perpassando o período de estadia no município. Em outro aspecto, é oportuno considerar a vivência no mesmo local entre pessoas desconhecidas, com costumes e hábitos diferentes. Assim,

A experiência de morar com estudantes de outros países africanos, para uns é vista como negativa e muito chato, porque são pessoas que nunca tinham antes visto na vida, mesmo sendo do mesmo continente não partilham a mesma cultura e nem hábitos e costumes; e para outros como positiva, porque eles alegam existir nessa experiência troca de cultura entre vários estudantes africanos. (BENDO, 2016, p. 48)

Ainda nesse aspecto, Bendo (2016) reconhece que o município não estava preparado para receber os (as) estudantes dos PALOP, tanto na questão da moradia, quanto no comércio, lazer:

Além do estranhamento, os estudantes africanos se deparam com outros problemas na cidade, a exemplo do acesso a moradia. O município não estava preparado, em termos de infraestrutura, para receber um número grande de moradores vindos de fora, mesmo morando em grupos de dois ou mais pessoas, a moradia ainda continua sendo um problema para os estudantes. Entretanto, um dos maiores problemas enfrentados pelos estudantes é a falta de lazer e comércio na cidade sendo que a sua maioria, alguns destes estudantes estrangeiros vieram de *zonas urbanas* nos seus países, e estavam acostumados com um padrão de vida e rotina bem diferentes das encontradas em São Francisco do Conde. (BENDO, 2016, p. 29)

Associado a essas dificuldades, os (as) estudantes guineenses da primeira turma vivenciaram uma situação difícil com os munícipes quando foram acusados de estarem recebendo verba da prefeitura. Segundo Bendo (2016) “o povo da cidade começou a dizer que os africanos estavam a receber dinheiros da prefeitura quantias como mais de 3.000 reais. E o povo se revoltou contra os africanos e começaram as discriminações e as xenofobias.” (BENDO, 2016, p. 25)

De acordo com a diretora do Campus dos Malês, Miriam Reis¹, no município não tem residência universitária, embora a prefeitura tenha feito a doação de um terreno para construção. Contudo, a falta de recursos tem inviabilizado a realização deste empreendimento. Devido às dificuldades, a UNILAB tem lançado editais de acolhimento para os estudantes estrangeiros, bem como o pagamento de bolsas para os alunos que acolhem tais estudantes em suas residências.

Miriam Reis relata que para que as aulas ocorram, a prefeitura colabora com a UNILAB através de espaços emprestados para o funcionamento das disciplinas dos cursos presenciais, embora sem as condições mais adequadas do ponto de vista acadêmico em virtude da pouca infraestrutura que impacta na qualidade do ensino, nas condições de trabalho e estudo.

A construção de dois prédios que já possuem cerca de 80% concluídos, entretanto com a paralisação na obra não há previsão de entrega à comunidade acadêmica para o funcionamento das aulas.

¹ Entrevista disponível em: <https://atarde.uol.com.br/muito/noticias/2034525-mirian-reis-precisamos-reescrever-a-historia-da-africa-no-brasil-a-partir-do-reconcavo>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

Pelas dificuldades encontradas inicialmente é que surgem as redes de ajuda (MULLER E SILVA, 2016) sem a qual os (as) estudantes guineenses não teriam condições (econômicas, sociais e psicológicas) de seguirem adiante. Nesse aspecto, as redes de solidariedade entre brasileiros (as) e guineenses e entre os próprios discentes da Guiné-Bissau é um elemento primordial para a permanência destes estudantes no Brasil.

Em outro aspecto, nota-se que os órgãos públicos do município, bem como a própria UNILAB não conseguiram de imediato construir um trabalho de base previamente à chegada destes estudantes, de modo a possibilitar desmistificar a visão da população local, baseada em estigmas e estereótipos sobre o continente africano.

Ainda nesse sentido, os grupos dos (as) estudantes foram formados a partir de demandas e afinidades, sendo propício ao enfrentamento de situações de preconceito e racismo. Essas redes de solidariedade foram sendo tecidas dentro e fora da universidade. Tal fato também é evidenciado no estudo de Gusmão (2013, p. 56) quando coloca que são criadas “redes de ajuda, de colaboração e de apoio.”

Com efeito, o desconhecimento dos acordos de cooperação técnica entre Brasil e países da CPLP e da forma de seleção destes estudantes reforçam o questionamento feito pela população local sobre o direito a vaga na UNILAB pelos (as) estudantes africanos (as). De acordo com a entrevista foi exposto que a população franciscana não compreendia a conquista da vaga pelos estudantes internacionais, de forma que gerou descontentamento por parte de alguns moradores. Desse modo, a falta de conhecimento reforça discursos e práticas carregadas de preconceito.

Nota-se nas falas dos (as) entrevistados (as) o desconhecimento sobre o continente africano por boa parte dos moradores que expõem uma percepção de África como disseminadora de doenças, de nativos que convivem com leões, das constantes guerras que exterminam populações, etc., reforçando assim uma visão folclórica, naturalizada e exótica daquele território. Isso corrobora com o que Gusmão (2013, p. 56) considera acerca do desconhecimento do continente africano naturalizado a partir de uma visão exótica.

Nesse sentido, Bendo (2016), ao investigar os processos de estranhamento vividos pelos estudantes africanos, na cidade de São Francisco do Conde, aponta que

Quando surgiu o surto da epidemia da Ebola em 2014 na República da Guiné Conacri, e depois se espalhou em alguns países da África, como Serra Leoa, Nigéria, e mais tarde se alastrou também para a República Democrática do Congo, os africanos sofreram mais discriminações, por parte da população que dizia que todos estavam contaminados com a doença e que iriam contaminar também o município, surgiram falas como de alguns moradores dizendo que os estudantes africanos precisavam voltar para os seus países de origem, ou ficarem em quarentena, que o pessoal da saúde deveria sair colando nas portas das casas dos africanos exames que mostrava quem realmente não estava contaminado. Os estudantes africanos começaram a ir às escolas do município e distritos dar palestras e falar mais do continente, mostrar mais da cultura africana. (BENDO, 2016, p. 26)

Sobre essa situação, no contexto do município de São Francisco do Conde “os africanos chegaram e tiveram que repetir todos os exames que já tinham feitos em seus países e fazer outros mais, porque para o africano as pessoas sempre vão olhar de uma forma diferente do tipo: estão com uma doença grave.” (BENDO, 2016, p. 26)

De fato, é oportuno compreender os processos identitários construídos nas trajetórias desses (as) estudantes, que enfrentam dificuldades na afirmação da negritude, na condição de estrangeiros (as) num lugar até então desconhecido. Conforme Gusmão (2013, p. 55) tais estudantes estão imersos numa “complexa rede de operações, decisões e negociações que ordenam representações sociais, alimentadas por ser de lá (África) estar aqui (Brasil), mas que não se limita a esse aspecto.” Além disso, a formação de grupos por afinidade étnica/nacionalidade é um elemento determinante dessas relações.

O choque diante dessa demanda de ter de se auto afirmar nasce aqui e a partir desse choque também surge a questão do que é ser africano, porque os estudantes africanos dentro dos seus países sabem que são angolanos, cabo-verdianos, etc., logo é africano, mas chegar no Brasil e vivenciar uma realidade muito diferente do habitual levou muitos dos estudantes a pensar muito do que realmente significa ser africano, agora com um olhar de fora para dentro, o que tem possibilitado muitos a se conhecerem melhor e entender que ser africano no Brasil é muito diferente de ser africano dentro do continente. (BENDO, 2016, p. 36)

Se grande parte da população brasileira possui uma visão de uma África exótica, fruto das informações que são veiculadas na grande mídia, da mesma forma, os (as) estudantes entrevistados (as) apresentaram uma visão distorcida do Brasil. Na percepção deles, o país retratado na mídia televisiva é de um lugar violento, com altas taxas de homicídio, com favelas.

Em outro aspecto, o Brasil também é representado na TV como um lugar bonito, a exemplo da praia do Leblon, das festas, como o carnaval. Esse caráter festivo corrobora com o estudo de Langa (2014, p. 114) que retrata a forma como o Brasil é visto pelos (as) estudantes africanos (as), que inclui “um lugar exótico, país do carnaval e da sexualidade liberada, caracterizado pela diversidade sexual e de gênero.” A percepção de território revela um caráter distorcido da realidade brasileira, sobretudo quando dá a ideia de homogeneidade das características territoriais.

De certa forma, tais estudantes passaram por um estranhamento quando chegaram a uma localidade diferente daquela que imaginaram. Ao chegar em São Francisco do Conde se depararam com uma cidade com características típicas do interior, com um comércio pouco desenvolvido quando comparado com a capital Salvador. Tais fatores influenciaram consideravelmente na dificuldade de adaptação, sobretudo, tal situação potencializou os momentos de revolta e insatisfação por terem saído de sua terra natal.

Com isso, muitos pensaram em desistir e retornar ao seu país de origem, porém, foram convencidos a ficar e enfrentar as dificuldades iniciais. Inclusive, essa dificuldade inicial influenciou no desempenho acadêmico, e até mesmo para alguns que não tem um português tão fluente, a língua se tornou uma barreira a mais. Tais situações são confirmadas pelo estudo de Muller e Silva (2016) que analisam as dificuldades de adaptação dos (as) estudantes em decorrência da língua, da falta de estrutura para residir na cidade, questões financeiras.

Em outro aspecto, no que se refere às questões culturais, os estudantes ressaltam que alguns elementos da culinária local são parecidos com a culinária de sua terra de origem. Em relação à forma de dançar do povo brasileiro, os (as) estudantes guineenses acham que o samba se parece com a forma de dançar de sua terra natal, embora achem diferente alguns estilos de dança do nosso povo, bem como tipos de danças que vulgarizam a mulher.

Outro fator que chamou atenção foi em relação às relações homoafetivas. Os (as) estudantes guineenses entrevistados (as) afirmaram que não é comum esse tipo de relação em sua terra natal, inclusive, reagiram inicialmente com estranhamento a esse tipo de relacionamento, contudo relatam que já conseguiram se adaptar a este aspecto da cultura local. Esse fato corrobora com o estudo de Langa (2014, p. 106) que aponta que os “africanos desenvolvem

olhares estigmatizantes em relação à população composta por gays, lésbicas, bissexuais e travestis (LGBT).”

Com respeito aos relacionamentos afetivos e sexuais entre africanos (as) e entre estes com os brasileiros (as) os guineenses comentaram que em São Francisco do Conde há casos, inclusive a existência de estudantes africanas gestantes ou com filhos nascidos no município. Esse fato mostra que as relações não são rígidas e que os indivíduos produzem novas experiências no decorrer da vida em sociedade, embora estejam imersos em culturas diferentes da sua. Tal aspecto é apontado no estudo de Langa (2014) que considera a existência de relacionamentos entre africanos (as) e brasileiros (as) no Ceará.

A forma de se vestir da mulher brasileira, de falar e se comportar difere da maneira das estudantes guineenses e mesmo que estas adquiram uma conduta diferente daquela de origem, passam a sofrer críticas por parte de seus conterrâneos que não aprovam o comportamento contrário aos costumes da terra natal. Dois estudantes entrevistados afirmaram que algumas alunas africanas já estão se vestindo e se comportando iguais às brasileiras. Nesse, aspecto, Gusmão (2013) considera que

Por seus novos modos, pela forma de se vestir, se comportar, ele próprio já não mais se reconhece plenamente no grupo de origem, ao mesmo tempo, se estranha naquele mundo. Do mesmo modo que é estranhado pelos que ficaram naquele mundo. Vê a si mesmo como sujeito moderno, globalizado e portador de perspectivas, valores de outra ordem que se contrapõem aos valores e costumes próprios dos contextos mais tradicionais. Percebe que já não se é mais inteiramente dali, mas também sabe que não se é das terras onde está em busca de novos rumos por meio dos estudos e de qualificação profissional. Nestas, ele e todos os demais que procedem da África são, sobretudo, estrangeiros e depois, “africanos” e negros. Na África o que são: angolanos, moçambicanos, cabo verdianos, guineenses, são tomenses. São balantas, fulas, papel, quimbundos, ovibundos, crioulos, mestiços sem referência étnica e assim por diante. (GUSMÃO, 2013, p. 58)

Segundo Langa (2014, p. 116) o preconceito “se apresenta de maneira específica e diferenciada para os indivíduos, atingindo, de formas distintas, homens e mulheres.” Nesse aspecto, o comportamento das brasileiras é visto de forma preconceituosa por parte de alguns estudantes guineenses, assim como a conduta das estudantes africanas quando agem fora dos padrões do país de origem. A mulher negra é discriminada por ser mulher e negra. (CRENSHAW, 2002)

Um aspecto oportuno que foi apontado na pesquisa foi em relação ao ensinamento da língua crioula por alguns estudantes guineenses. Alguns estudantes brasileiros aprenderam o idioma e conversam em crioulo com estes estudantes. Nesse aspecto, as trocas culturais foram oportunas para o fortalecimento das redes de sociabilidade, na medida em que a cultura do outro é respeitada e encarada como aprendizado para a compreensão do modo de ser do outro que é diferente.

No princípio esse era o choque que os estudantes africanos tiveram ao chegarem a São Francisco do Conde, não se sentindo em casa e sim fora, mas com o tempo eles foram se integrando com a comunidade, fazendo amigos com os sanfranciscanos, e trocando experiências, hábitos e costumes e acabaram por adquirir novos comportamentos e postura, assim nem eles mesmos sabiam que não eram as mesmas pessoas, e que além de serem africanos já não possuíam uma só cultura e que eram seres híbridos. (BENDO, 2016, p. 52)

Em virtude de São Francisco do Conde ser uma cidade pequena, o Campus dos Malês se tornou um espaço de sociabilidade entre os (as) estudantes guineenses, uma “parte africana” nos processos de interação. É lá onde as diferentes nacionalidades se unem e compartilham ideias, trajetórias, perspectivas, o que contribui na ressignificação de uma africanidade em solo estrangeiro.

Os estudantes africanos em São Francisco do Conde não são unitários. Existe certo estranhamento entre eles, porque são estudantes africanos de países diferentes, como o caso de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné Bissau, países de língua oficial portuguesa, mas mesmo assim não lhes fazem unitário, cada país tem a sua história, hábitos e costumes diferenciados, e ao chegarem ao Brasil os estudantes não estranham só os brasileiros e o seu contexto, mas também eles olham para o outro africano e muitas das vezes não se reconhecem neles e surge certo estranhamento entre eles. (BENDO, 2016, p. 48)

Quando os (as) estudantes guineenses utilizam a língua crioula para se comunicar quando estão em grupo, quando usam suas roupas e adereços tradicionais, conseguem com isso, valorizar sua identidade, os costumes de sua terra natal e a afirmação de seu pertencimento étnico. Nos momentos de sociabilidade, os (as) estudantes de diferentes nacionalidades utilizam a quadra da universidade para práticas esportivas, culturais, eventos acadêmicos que reúnem as diferentes nacionalidades.

Além da língua existem outras expressões identitárias que os diferenciam como as músicas, danças e vestimentas, alimentação, hábitos e costumes etc. Durante as festas nota-se esse estranhamento entre os estudantes africanos quando tocam as músicas e ritmos o *gumbé* da Guiné Bissau, o *kuduro* de Angola, o *funaná* de Cabo Verde e a *marrabenta* de Moçambique. (BENDO, 2016, p. 50)

A partir dos processos de interação é que os (as) estudantes guineenses percebem que o elemento 'raça' na sociedade brasileira apresenta uma dimensão considerável, situação esta que eles desconheciam em sua terra natal. Com isso, os estereótipos e estigmas relacionados à população negra em geral condiciona num movimento constante de repensar a sua identidade, sobretudo, quando a pigmentação da pele influencia na forma como o indivíduo é tratado socialmente.

No que se refere à forma como a população brasileira trata os mais velhos e os (as) professores (as), um estudante guineense demonstrou estranhamento em relação à familiaridade com a qual as pessoas de mais idades são chamadas pelo primeiro nome, pois segundo os costumes da Guiné-Bissau, as pessoas mais velhas devem ser tratadas de forma respeitosa.

Nota-se um choque cultural entre as diferentes nacionalidades, no que se refere ao comportamento, ao modo de vida, à cultura local. Há uma agregação em grupos por nacionalidade e afinidade, embora esse fato não seja um entrave para a socialização entre brasileiros (as) e guineenses.

A experiência de ser estudante guineense no Brasil, e, em específico, em São Francisco do Conde, apresenta diferentes facetas, que envolve afirmar a identidade/nacionalidade, valorizar a trajetória de vida, reconhecer/valorizar a origem de seu povo, enfrentar situações de preconceito e discriminação. Tais aspectos corroboram com os estudos de Mourão (2016) sobre as experiências de preconceito e racismo vivenciadas pelos (as) estudantes no Ceará.

O interesse dos (as) entrevistados (as) ao terminar o curso é retornar ao país e contribuir na sua área de formação. Isso corrobora com os estudos de Gusmão (2013) e Freitas (2013) que discutem a possibilidade dos (as) jovens africanos (as) melhorarem sua condição social através da mobilidade e ascensão, atuando no campo profissional no país de origem. Por outro lado, há os que não pretendem retornar após a conclusão do curso, já que pretendem cursar a pós-graduação.

Os (as) estudantes guineenses desconhecem o racismo em sua terra natal, geralmente a identificação grupal se dá pelas etnias que compõem o conjunto

cultural de cada povo. A questão racial se apresentou como algo novo quando passaram a viver no Brasil. Vários estudos apontam para esse fato comum vivenciado pelos (as) estudantes africanos (as) no país. (GUSMÃO, 2013, KALY, 2001, MOURÃO, 2009, 2016)

O Brasil em seu discurso oficial de nação foi durante muito tempo considerado um país miscigenado. Por esse motivo nunca foi uma tarefa fácil saber quem são os negros do país. Ser negro no Brasil nunca foi motivo de orgulho para maior parte da sua população, e não é diferente para os munícipes de São Francisco do Conde, um município com quase 90% da sua população negra, e com uma história de escravidão muito forte e triste, se reconhecer negro é para sua maioria relacionada a coisas consideráveis “negativas”, a exemplo de pobreza, prostituição, ser o *outro* e ter uma história em comum com o continente africano. Se reconhecer num africano é o que a maioria dos brasileiros não desejam, porque todo mundo sempre cresceu ouvindo que o negro era feio, que o negro não servia para ocupar cargos de poder e prestígios, a exemplo de advogados, médicos, banqueiros dentre outros cargos de prestígios. A mídia nesse processo de assumir o papel de definir o que é belo ou feio tendo como parâmetro o *homem branco* e de reproduzir discursos pejorativos sobre o africano e o negro brasileiro. (BENDO, 2016, p. 17)

Desse modo, a representação negativa que boa parte da população brasileira tem em relação à população negra reforça discursos e práticas preconceituosas e interfere na vida social, mesmo quando há a presença de indivíduos de nacionalidades africanas, ainda assim, a discriminação ocorre tendo como base a origem e os traços físicos (cor da pele, cabelo crespo, nariz largo).

Os (as) estudantes guineenses demonstraram que a escolha para estudar no Brasil ocorreu em virtude do benefício do auxílio estudantil, da questão da língua, pois sem essa condição não haveria possibilidade de se manterem no país. Tal aspecto corrobora com os estudos de Muller e Silva (2016) que apontam como motivação para a escolha do Brasil para fins estudantis o idioma português oficial em comum aos países lusófonos.

Em outro aspecto, na perspectiva de um dos entrevistados, o (a) africano (a) que vem para o Brasil estudar, curte festas e praias, e por esse fato, o país não seria um lugar ideal para formação. O estudo de Mourão (2009, p. 89) corrobora com esse aspecto, indicando que “os pais dos estudantes faziam grande objeção a enviar seus filhos para o Brasil, pois havia uma crença de que o Brasil era um país de farra, muito informal”.

A imagem do Brasil disseminada no exterior reforça essa ideia, isto é, de

um país propício ao turismo por suas festividades, a exemplo do carnaval, o país do futebol, conforme aponta o estudo de Muller e Silva (2016). A imagem paradisíaca e multicultural do Brasil influencia na escolha do país para fins estudantis. Contudo, a realidade social vivida pelos estudantes dos PALOP contraria tal aspecto, na medida em que as experiências demonstram uma sociedade desigual marcada por conflitos relacionados à negritude.

Nesse aspecto, a entrevista aponta para a imagem do Brasil disseminada pelos veículos televisivos que ora apresenta um país paradisíaco com suas belas praias, ora propaga a dura realidade das grandes cidades brasileiras que convivem diariamente com a violência. Tal fato é apontado no estudo de Muller e Silva (2016) acerca de um lugar perigoso para se viver.

Do mesmo modo, pelo fato do Brasil ser majoritariamente composto por pessoas negras, a imagem que se tem lá fora é de um país onde há uma boa convivência social. Contudo, a realidade cotidiana expõe as desigualdades vivenciadas pela população negra, bem como o preconceito de cor revelado na forma com a qual os afro-brasileiros são tratados. Kaly (2001) e Muller e Silva (2016) apontam para tal fato quando expõem que nem mesmo o status social isenta o (a) negro (a) de vivenciar situações de preconceito e discriminação.

A entrevista revela a percepção de que a população negra no Brasil integra um grupo socialmente estigmatizado na sociedade brasileira, pois o (a) negro (a) é constantemente associado à condições de marginalidade, compondo os estratos sociais inferiores. Tal aspecto reforça o estudo de Muller e Silva (2016) quando expõem as diversas situações de preconceito que os (as) estudantes africanos (as) vivenciam quando confundidos com os (as) brasileiros (as) de cor preta em situações policiais.

3.2 SER MULHER NEGRA E AFRICANA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

Na sociedade brasileira recai à população negra, feminina, as contradições internas e desiguais características do patriarcalismo, machismo e preconceito. (GONZALEZ, 1988). Quando o ponto em questão é a situação das mulheres negras, observa-se um contexto de exclusão e de contradições sociais, econômicas e políticas historicamente elaboradas na conjuntura da sociedade, demarcando suas condições de vida.

Nesse aspecto, a luta da mulher negra se encontra no contexto da ideologia patriarcal que exerceu e exerce um poder dominante e opressor ao definir as relações e os papéis sociais cujas bases materiais e simbólicas se colocam acima de direitos, identidades e individualidades. Questões relacionadas à sexualidade, percepção sobre o corpo, direito reprodutivo (CARNEIRO, 2003, p. 117-118), entre outros aspectos, revelaram-se contextualizados nas relações tradicionalistas. Assim,

[...] As matrizes de dominação seriam caracterizadas, por um lado, por um arranjo específico de sistemas sobrepostos de opressão, tais como “raça”, estrato social, gênero, sexualidade, estatuto de cidadão, etnia e idade; e, por outro, por uma organização específica de suas esferas de poder. (KERNER, 2012, p. 56)

Todas essas questões políticas são definidoras das formas com as quais homens e mulheres constroem suas relações, práticas e percepções sobre papéis e funções de cada um dentro do conjunto social baseado na hierarquia e nas determinações biológicas relacionadas a sexualidade e a raça.

Ser mulher negra numa sociedade forjada sob a égide patriarcal branca implica numa luta cotidiana pela valorização em diferentes setores sociais. Contudo, ser mulher negra e africana amplia esse aspecto no sentido de que o processo de afirmação identitária aponta para a contextualização das dimensões históricas e culturais.

Nesse sentido, ao analisar o corpo da mulher negra e africana na cidade de São Francisco do Conde, Bendo (2016) busca em sua pesquisa de conclusão de curso identificar as representações sociais desse grupo e como são tratadas pela população masculina local, “os assédios diários sofridos por elas, por parte dos homens da cidade, vistas, na maioria das vezes, como objeto sexual, sendo reduzida e associada a sexo.” (BENDO, 2016, p. 15)

Entende que “a mulher africana no município é quase sempre sexualizada pelos homens da cidade, nunca são vistas como uma mulher estudante e africana, sempre vistas como objeto sexual e de prazer.” (BENDO, 2016, p. 42) Bendo (2016) aponta que a redução da mulher se dá em decorrência do sexo e de uma suposta inferioridade nata que a coloca abaixo do homem. Assim,

Os homens sanfranciscanos vêm à mulher africana como um objeto sexual, porque para a maioria deles a mulher africana é muito diferente da mulher brasileira, principalmente na sexualidade, pois eles demonstram certa “curiosidade” em relação à mulher africana, usando frases como: *ai que angolana linda, o que eu faço para ter uma angolana dessas lá em casa, se eu te pego...* E muito mais. O corpo da mulher africana sempre foi visto como um corpo só para prazer sexual desde a escravatura, quando os seus senhores tinham as esposas brancas para apresentar na sociedade e a mulher negra (escravizada) desejo sexual; de certa forma isso continua prevalecendo até os tempos atuais, quando um jovem seja ele negro ou branco idealiza que para casar e formar família tem que ser uma mulher branca, e a mulher negra ou africana para cama e pra ser a “outra”. (BENDO, 2016, p. 42)

Bendo (2016) aponta que as estudantes africanas entrevistadas relataram terem passado por situações de assédio em São Francisco do Conde, e que nos seus países de origem não tinham vivenciado tal experiência. Nesse aspecto, Bendo (2016) expõe a fala de uma estudante guineense que afirma não conseguir “andar de cabeça erguida na cidade por medo dos olhares dos homens sanfranciscanos.” (BENDO, 2016, p. 43)

Bendo (2016) expressa que os homens do município têm a percepção que “as mulheres africanas são metidas, e que elas não aceitam namorar com eles, que só namoram com o homem africano igual”. (BENDO, 2016, p. 43) Por outro lado, para as mulheres africanas os homens do Brasil “não levam nada a sério, que só gostam de ficar e não namorar; mas tem estudantes africanas que estão namorando com homens brasileiros.” (BENDO, 2016, p. 43)

Em decorrência dessas situações vividas por algumas mulheres negras africanas no contexto social do município de São Francisco do Conde, um grupo de estudantes africanas criou o Coletivo das Mulheres Africanas (CMA) para discutir “questões da própria mulher africana. Os problemas vividos por elas na cidade e na própria Universidade, entender e trocar experiências, porque são mulheres africanas de diferentes países, logo com realidades regionais também diferentes. (BENDO, 2016, p. 44)

Desse modo, o CMA tem como finalidade ampliar o conhecimento sobre os direitos das mulheres através de debates e leituras; proceder no resgate das trajetórias de vida, luta e resistência das mulheres africanas que remonta do período pré-colonial até os dias atuais; reformular os conceitos do feminismo e readequá-los às realidades africanas. (BENDO, 2016)

No que compete à ação do CMA, busca-se uma rede de apoio às mulheres que são vítimas de diferentes tipos de agressão, bem como a transformação da realidade social como um todo, levando em consideração os aspectos social, político, econômico, etc. visando a construção de uma sociedade justa. Além disso, atuar em parceria com outras organizações de apoio às mulheres vítimas de violência. (BENDO, 2016)

Um dos motivos que também contribuiu para a criação desse Coletivo no âmbito da UNILAB foi às falas que circulavam dentro da própria Universidade por parte de algumas estudantes brasileiras ao afirmarem que todas as mulheres africanas são *submissas e paradas*. Isso não afetou tanto as mulheres africanas porque elas sabem que nunca foram paradas nem submissas, dentro da sociedade africana e não só, mais mesmo assim isso contribuiu para que elas quisessem ocupar o seu lugar dentro da Universidade e ter a sua própria voz, e não ter mais ninguém a falar por elas, porque elas sabem que não são só as mulheres brasileiras que pensam assim, mesmo dentro de algumas sociedades africanas surgem comentários do tipo. (BENDO, 2016, p. 45)

Contudo, o CMA foi criado como uma maneira de conferir visibilidade à mulher africana no âmbito da universidade, cuja finalidade envolve dar voz àquelas que se calam por naturalizarem o tratamento recebido. Desse modo, tais mulheres unidas as outras em prol dos mesmos objetivos poderão reivindicar direitos coletivos (BENDO, 2016) isso porque a irmandade e a solidariedade são elementos cruciais no fortalecimento dos laços das mulheres negras para a luta por espaço igualitário na arena decisória, na conquista de lugares privilegiados e na construção de práticas e discursos coletivos. Assim sendo,

O objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil. (BRAH, 2006, p. 342)

Assim, o feminismo negro luta constantemente para a mudança das formas variadas de opressão, que se difunde seja na dimensão biológica, quanto no aspecto étnico. “O significado de ser mulher – biológica, social, cultural e

psiquicamente – é considerado uma variável histórica” (BRAH, 2006, p. 343), que é transformado ao longo do tempo. Isso porque, “questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais.” (BRAH, 2006, p. 371) Dessa forma, é importante pensar que a perspectiva de gênero incorporada à discussão racial busca

Focalizar a diferença em nome de uma maior inclusão, aplica-se tanto às diferenças entre as mulheres como às diferenças entre mulheres e homens. Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias diferenças que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. (CRENSHAW, 2002, p. 173)

Portanto, a inclusão do gênero na articulação com raça é pertinente na medida em que traz um conjunto de aspectos a serem analisados a fim de identificar as diversas formas de opressão e exclusão que as mulheres negras são submetidas numa sociedade baseada sob a égide do patriarcado e das relações reprimidas pelo machismo.

Segundo Bendo (2016) “muito antes da escravidão a mulher africana já ocupava lugares de prestígio dentro da sociedade, como rainhas que dirigiam uma sociedade, e até os dias de hoje a mulher africana continua se destacando dentro das sociedades.” (BENDO, 2016, p. 46) Por outro lado, Bendo (2016) reconhece os desafios da mulher africana em decorrência da desvalorização sofrida por ser mulher considerada como sexo frágil.

Para alguns homens africanos as mulheres não são capazes de falar por elas mesmas, e muitos estudantes africanos na Universidade vêm às reuniões do Coletivo como uma afronta contra eles e dizem que elas não vão arranjar maridos quando voltarem nos seus países de origem; alegam que elas estão simplesmente a copiar as mulheres brasileiras se fazendo de feministas, dizendo que essa não é uma realidade do continente ao ponto de proibirem as suas namoradas de participarem desses encontros, e muitas por medo de contrariá-los desistem de lutar pelos seus direitos, mesmo sabendo que elas podem e devem ter domínio sobre o seu corpo e suas vidas, ter voz própria e responder sempre por ela sem precisar de alguém que fale por ela. Mas as lutas das mulheres brasileiras

não são iguais às lutas das mulheres africanas, porque as realidades vividas por elas não são iguais, ambas as partes enfrenta todos os dias várias discriminações de gênero. Mas as mulheres africanas para além desse problema elas ainda enfrentam no Brasil o preconceito por serem mulheres africanas. (BENDO, 2016, p. 46)

Nota-se que as estudantes africanas em São Francisco do Conde enfrentam o machismo por parte de alguns estudantes que deslegitimam o CMA. O que ocorre é que no contexto das relações sociais os discursos e práticas não são rígidos e imutáveis, mas se modificam a partir de novas configurações.

Desse modo, as estudantes africanas que decidem participar do CMA não estão imitando as brasileiras, mas construindo um caminho de luta para suas demandas. Nesse sentido, nota-se que “o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil.” (CARNEIRO, 2003, p. 129) Com efeito, a existência do CMA se constitui como um coletivo representativo para as estudantes africanas se fortalecerem enquanto grupo social.

De fato, refletir sobre a condição da população negra, feminina, implica na percepção sobre as configurações históricas, econômicas, políticas, religiosas, culturais que contribuem/influenciam a forma como os indivíduos decidem sobre a própria vida, além de demarcar o modo de existir dos sujeitos sociais, de todo o movimento que é elaborado com a perspectiva de transformação, de luta, resistência, irmandade e solidariedade construída ao longo do processo de existência.

Segundo Bendo (2016), no contexto local, a mulher africana sofre diferentes tipos de agressões pelo companheiro africano, sendo que muitas se calam diante de tal situação. Nesse aspecto, um problema que envolveu um estudante guineense que queria agredir uma estudante angolana terminou na delegacia com um boletim de ocorrência feito pela estudante. Assim, vários conflitos têm marcado as relações entre os estudantes africanos, que se envolvem em namoros, amizades, e “como diz o ditado popular: se odiando e se amando.” (BENDO, 2016, p. 47)

Bendo (2016) relata outro conflito ocorrido, dessa vez entre um estudante de Cabo Verde e uma estudante brasileira, que mobilizou muitos estudantes africanos (as) e também brasileiros (as) manifestando pelo direito de serem

tratados como seres humanos, pelo fim das generalizações, contra o racismo no âmbito da UNILAB e no município, bem como com relação aos discursos de que a mulher africana é submissa.

Por outro lado, alguns estudantes se colocaram contra a manifestação considerando-a como “palhaçada” aquele movimento.

Essa não foi à primeira, nem a segunda briga entre um estudante africano e um brasileiro dentro ou fora da Universidade, já houve muitas outras, mas sempre que acontece um caso de briga o estudante africano é sempre o *vilão*, porque o brasileiro nunca é “culpado” sempre é o bonzinho, o mais *civilizado*, digamos a vítima, o africano não pode isso, o africano fez isso, e por aí vai. Sempre generalizando, se um Moçambicano se envolve numa briga ou outra situação qualquer, não será dito que o estudante Moçambicano fez ou não fez, mas sim o *africano*s, porque na realidade os africanos no Brasil nunca foram vistos como seres com personalidades diferentes, e sim sempre vistos como “seres humanos” unitariamente. (BENDO, 2016, p. 48)

Nota-se que a interseccionalidade apresenta uma maneira de combater as opressões, constituindo-se como um elemento de luta política. Compreende-se que a intersecção implica nas normas de gênero, normas que tem relação com àqueles que pertencem a uma determinada “raça” ou grupo étnico; às articulações institucionais que diferenciam grupos sociais, às formas pelas quais as identidades são formadas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Numa sociedade demarcada pelas contradições entre raça e gênero, há a pertinência de ampliar a participação da comunidade negra, de forma igualitária, entre mulheres e homens destituídos da ideologia do patriarcalismo, a partir de espaços universalizados de luta coletiva.

Nesse aspecto, torna-se relevante contextualizar a diferenciação de papéis entre homens e mulheres nas diversas sociedades e culturas, na medida em que as particularidades históricas de cada povo definem o seu olhar perante as condutas humanas. Assim sendo, o modo de ser da mulher brasileira difere do modo de ser

da mulher guineense, moçambicana e assim por diante. Da mesma forma, o modo que o homem brasileiro percebe e trata a mulher é diferente da forma como o guineense, o angolano e o moçambicano percebem e se comportam perante o sexo feminino.

Os costumes e as tradições influenciam nos discursos e práticas de cada povo. Por isso, quando culturas tão diferentes entram em contato, há um choque cultural em decorrência da representação social que os grupos têm em relação ao comportamento que se espera do homem e da mulher, especialmente quando se trata de grupos sociais marcadamente influenciados pelo patriarcado.

3.3 AS EXPERIÊNCIAS DOS(AS) ESTUDANTES GUINEENSES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

A realização das entrevistas com os (as) 13 estudantes guineenses ocorreu nas áreas interna e externa do Campus dos Malês, e numa instituição de ensino privada do município. Embora os (as) participantes não tenham demonstrado resistência em contribuir com o estudo, alguns fatores surgiram durante o procedimento de coleta de dados.

Pelo fato de não ter um espaço privado para o momento da entrevista, em alguns momentos houve a presença de barulhos externos, próprios do ambiente social. Mesmo tendo que fazer as entrevistas na área externa do campus, sobretudo, estando vulnerável à mudança do tempo, barulho de carro de som vindo da rua, som de instrumentos musicais tocados no evento da universidade e até jogos na quadra esportiva, pelo fato dos entrevistados se sentirem a vontade e longe das escutas dos (as) colegas, foi importante, uma vez que algumas falas ditas na entrevista com relação a aspectos específicos, tais como conflitos entre estudantes, divisão em grupos, isolamento, dentre outros fatores, poderia expor o (a) entrevistado (a) e esse não é o objetivo do estudo.

As entrevistas foram realizadas individualmente, com o prévio consentimento do (a) participante. Inicialmente foram feitas perguntas visando traçar o perfil sócio-econômico dos (as) estudantes guineenses. Posteriormente, seguiu-se para as questões voltadas às experiências vivenciadas com brasileiros (as) e as outras nacionalidades do continente africano; aspectos relacionados à visão de África; relação com os munícipes; situações de racismo/preconceito no Brasil e no país de

origem; adaptação; interação social com brasileiros (as); língua portuguesa; crioulo; afinidades/diferenças culturais entre o Brasil e a terra natal; ser negro (a) e africano (a) no Brasil. Para preservar o anonimato dos (as) entrevistados (as) os (as) participantes estão identificados no estudo a partir de letra e número.

Em alguns momentos da pesquisa foi possível observar as expressões faciais e a mudança no tom de voz quando o relato era sobre as situações de racismo e preconceito vivenciados em São Francisco do Conde. Este é um aspecto bastante difícil para os (as) estudantes guineenses entrevistados (as), em especial quando tiveram que narrar as primeiras experiências no território sanfranciscano.

De fato, resgatar as memórias de um período de difícil adaptação, cujo contato com a população local foi permeada por choque cultural e estranhamento, implica na reflexão de questões que envolvem identidade, costumes, respeito, solidariedade, enfim, dimensões próprias do contexto das relações sociais.

Desse modo, ao questionar sobre a percepção da população local sobre a África, foi predominante o reconhecimento por parte dos (as) entrevistados (as) que a mídia influencia negativamente no imaginário social sobre o continente, conforme o relato abaixo:

“Uma criança me perguntou: lá na África você era escravo? Eu disse: por que você me perguntou isso? A gente está tomando isso aqui na escola agora. Eu vi um livro, um detalhe, logo no livro do primeiro ano, na primeira parte do livro tem aquele detalhe. Eu disse: traga o livro. Ela me levou o livro, eu li tudo sobre coisas de escravidão, que os africanos foram escravizados, eu disse: vossa professora tinha que te dizer também que isso já passou há muito tempo, não é agora.” (F5)

Para além de uma visão exótica do continente africano, o passado colonial também se apresenta como marcador no imaginário social, sobretudo a partir da vinculação do indivíduo negro à condição de escravo. Nesse cenário, nota-se que embora as escolas ensinem este capítulo da História do Brasil (previsto no currículo escolar) torna-se oportuno a contextualização temporal dos fatos históricos, avançando no sentido de apontar as trajetórias de lutas e resistências da população negra na conjuntura abolicionista e pós-abolição. Romper com a vinculação do (a) negro escravizado (a) ao reconhecer os protagonistas da liberdade faz-se necessário para a desconstrução desse imaginário negativo sobre a África.

A visão da maioria da população brasileira acerca de um território continental reduzido a uma nação, demonstra o desconhecimento geográfico e multicultural da

África:

“Eles tem a percepção de que a África é um país, não um continente, aí a África que é mostrada pela mídia é também a que eles entendem que existe até agora, que a África parou no tempo, não teve nenhuma evolução, mas isso não é verdade.” (G7)

Um imaginário forjado pela mídia, tal qual folclorizado, exótico, destituído de realidade. É assim que o continente africano surge na percepção das pessoas:

“As vezes eles nos fazem pergunta: vocês dormem em árvore? [...] Lá em Angola vocês tem carro, vocês têm emprego? As vezes eles fazem essas perguntas.” (L10)

“A gente ia de vez em quando jogar baba entre os brasileiros com aquela energia quente [...] eles achavam isso estranho. Falavam: nossa, eles correm demais, na terra deles, eles correm junto com os leões.” (L11)

De fato, a visão reducionista do território africano como um local exótico, cujo povo vive no primitivismo, bem como a vinculação a doenças e miséria, reforça a ideologia eurocêntrica de que o atraso está naquele lugar.

“A gente não tinha noção do que era chikungunya, e o povo aqui falava que a gente que trouxe a chikungunya, zika...eu não fazia nem ideia o que era essas coisas, eu conheci aqui.” (E4)

“Tem um sociólogo guineense que é Carlos Cardoso, ele é bem conhecido no mundo das ciências sociais quando ele fala da possibilidade das ciências sociais na África, ele trata uma questão que ele chama de afro-pessimismo quando as pessoas resumem a África em miséria, fome, catástrofe e tudo mais. E hoje se fala de doença, de SIDA – AIDS, então o que fica preso nesse afro – pessimismo não tem como olhar outra parte da África. E quando chegamos aqui a percepção é dessa África miserável, mas quem nos vê assim não é culpado, é porque ele passou o maior tempo dele recebendo toda essa informação, todo esse anúncio dessa África pessimista. [...] Então, a leitura que faz por exemplo quando chegamos aqui eu lembro alguém perguntou ao nosso colega se é que lá nós dormimos sobre árvores. Só que esse meu colega, acho que ele foi infeliz, né, ele respondeu: sim, quando Lula ia pra África ele também dormia sobre a árvore. Eu acho que é uma pergunta que provocou meu colega que respondeu desse jeito. Mas a intenção não era essa, tomar pedra por pedra. Não, nossa missão aqui é demonstrar o outro lado que a mídia internacional, que a mídia brasileira não consegue mostrar. Eu acho que nesses anos o franciscano pode testemunhar a nossa forma de vestir, tudo o que nos caracteriza. [...] África também tem civilização, a África também é civilizada.” (N12)

Embora essa visão pessimista seja predominante nas representações sociais sobre o continente africano, a fala abaixo expressa que ao contrário do que a mídia expõe, o continente africano possui cenários que facilmente podem ser confundidos com o Brasil:

“Eu tirei uma foto num lugar e postei no Facebook e os colegas comentaram: que dia você voltou? Tem lugares que são muito idênticos assim tipo, do jeito que a cidade ainda é verde, sabe?” (E4)

Segundo Santos (2001, p. 3), o preconceito consiste numa “atitude negativa em relação a alguém, [...] uma atitude antecipada e desfavorável contra algo.” Assim, uma parcela da população brasileira percebe o continente africano como um local carente de recursos, com ausência de infra-estrutura.

“Saiu três meninos aqui na Baixa Fria, nos perguntaram: vocês vieram da África? Eu disse: sim, viemos da África. Vocês vieram de cavalo? Um colega respondeu: se vocês costumam andar de cavalo, nós não andamos de cavalo não. A gente veio de avião. O outro perguntou assim: vocês lá dormem em cima de uma árvore? Lá na África vocês tem carro? Lá na África vocês jogam bola? Lá tem televisão?” (N13)

Em contraponto a essa visão negativa da África, o relato abaixo expõe outro aspecto do continente:

“[...] a África tem outra parte bonita, maravilhosa, você vai ver outros países da África sem guerra, sem racismo, você vai poder viver a sua vida tranquila sem te roubarem na rua. Ainda tem outras partes bonitas e não só aquela parte ruim que a gente vê, você vai encontrar uns meninos bem bonitinhos com suas vidas tranquilas vivendo, não só aquelas pessoas de fome que a gente vê por aí na mídia.” (B1)

A partir de uma construção ideológica baseada na exploração e miséria como única realidade possível, os povos africanos são rebaixados à condição de seres inferiores. Assim sendo, há uma violência simbólica forjada nas bases do racismo, onde banaliza-se a imagem do negro em posições subalternas que são internalizadas como algo natural. Geralmente, em ocupações inferiores ou comparados a animais. (SILVA, 2001). Essa percepção negativa de ser negro influencia na formação de uma construção identitária.

“São Francisco do Conde, como dizem as estatísticas é o município com o maior número da população negra, mas que de qualquer forma eles não assumem essa identidade como sendo a negra.” (N13)

Diante do exposto, nota-se que não houve um trabalho prévio de preparação local para o acolhimento dos (as) estudantes internacionais, conforme expresso abaixo:

“Não foi promovida uma campanha cívica, porque na Guiné faz. Você deve conhecer a pessoa com o qual deve se relacionar, pra não ter dificuldade em lidar, mas aqui não aconteceu. A universidade foi implementada no município de forma prematura, as aulas aqui começaram de forma prematura, aqui o governo municipal não tinha desenvolvido uma ação social voltado a população [...] pra saber lidar com as pessoas que não são daqui [...] por outro lado entra também a ignorância.” (C3)

“A crítica que eu também fazia a Unilab que devia fazer uma campanha cívica dentro da cidade pra saber os alunos que estão vindo aqui, por que é que estão chegando os africanos e sabendo a história que a gente sabe da África era só coisas ruins, coisa de pessoas não inteligentes, pessoas que não tem capacidade de se fazer por si mesmos, guerra, fome, tudo mais. Isso que a mídia mostra para a gente. Precisavam fazer uma política dentro da cidade com a ex-prefeita pra passar informação pra explicar por que do projeto da Unilab, porque a gente estava chegando, mas não foi.” (B1)

Em outro aspecto, ao serem questionados sobre a relação dos (as) guineenses com os (as) brasileiros (as) fica explícito o estranhamento inicial por parte da população local:

“[...] criou um choque muito forte quando a gente veio para a cidade, o não reconhecimento e outra coisa é a questão do medo talvez de roubar o emprego, muitos não entendem que a gente veio para a universidade, a gente não veio para trabalho. Muitos falavam que a gente veio roubar o espaço dos brasileiros, de sanfranciscanos, aí falam os forasteiros. A questão de dizer que lá na África você pode se casar com duas mulheres, a questão de duas, três, quatro mulheres [...] são discursos muito complexos não levando em conta questões culturais, que cada sociedade tem a sua cultura, são coisas reproduzidas tão fortes para a gente, e que eu lembrei de um episódio depois que eu fui pra a rádio Baiana FM, que eu fui entrevistado lá, um colega foi para o hospital e estava conversando com uma moça uma atendente também que estava no hospital ai disse que os africanos vieram para tomar o espaço da gente [...] e também houve um outro episódio disseram que os africanos recebem cinco mil reais da prefeitura. São informações assim que cria problema. Estamos numa crise enorme aqui no Brasil, as pessoas estão desempregadas, famílias não tem emprego e passar essa informação que as pessoas ganham cinco mil reais, vai dar choque, vai dar raiva, dizer nós da cidade temos todo o direito e não estamos ganhando. Isso vai trazer problemas, isso é um choque que veio dentro da cidade, mas que depois eu comecei a ficar preocupado, ai marquei encontro com área da secretaria de segurança, de direitos, a Depir, marquei com muitas pessoas, com o prefeito

Evandro, pra conversar essas questões, que estão passando um discurso assim duro, que se não levar em consideração pode trazer briga, mas é bom esclarecer ao cidadão de São Francisco do Conde que nós não recebemos nem um centavo da prefeitura, tudo o que nós recebemos é do governo federal, o que a gente recebe daqui talvez seja a segurança dessa cidade porque a gente mora aqui [...] Fomos pra rádio pra tentar esclarecer isso. Eu fui explicar que nós não recebemos nada da prefeitura, que a prefeitura o que a gente pode agradecer é questão da segurança que a gente mora, tem luz, tem água que a gente bebe, mas essa questão de dinheiro a gente não recebe nada. Então esse discurso tem que acabar pra não trazer problemas pra dentro da gente. E a partir daquele programa que eu te falei do projeto que a gente criou que é da África em foco a gente começou se passando isso, dando palestra, explicando, que nós africanos estamos aqui por causa de um acordo internacional, não é um acordo municipal, estamos no acordo dos governos federais que nossos países fizeram [...]Então a partir dessas palestras que a gente estava dando aí as coisas começaram mudando, eu lembrei que quando os meninos passavam no ônibus gritavam a gente, xingavam a gente porque não sabiam, aí depois que começaram a ver que as pessoas que talvez eles acharam que não eram inteligentes começaram a falar as coisas que eles talvez eles nunca ouviram aí começaram a dar respeito, as coisas começaram a mudar, até os secretários principalmente me respeitando, porque assim certas coisas que eu falo pra eles que eles mesmo não sabiam também aí a gente começava falando e eu comecei a falar com criadores [...] que vocês como criadores de leis precisam discutir isso dentro da cidade porque eu lembrei até um vereador também acreditava que a gente recebia esse valor aí que eu falei pra ele, eu disse a ele isso é muito perigoso, você é criador da cidade quando essa palavra sai da sua boca que nós ganhamos cinco mil reais é perigoso para a cidade vai trazer guerra, vai trazer muito problema para a gente, você como criador de lei tem que saber que a gente não recebe nada e falar isso dentro da câmara de vereadores pra discutir isso.” (B1)

A presença de estudantes africanos (as) no município inicialmente provocou um cenário de estranhamento (reação ao diferente), de choque cultural, entre moradores e estudantes, na medida em que diferentes povos e culturas passaram a conviver no contexto local (espaços públicos, instituições privadas), em várias situações. O contato com o diferente não se deu de maneira harmoniosa, mas carregado de preconceitos e aversão.

“Quando eu cheguei aqui eu olhava para a cidade e me perguntava: será que eu vou ficar aqui mesmo por cinco anos para estudar? Eu mal cheguei aqui e já quis ir me embora.” (C3)

“Primeiro que eu não esperava uma cidade dessa, quando cheguei aqui a minha impressão era de voltar para a Guiné, só que os colegas conversaram conosco, vamos manter firme, vamos tentar conseguir nossos objetivos. Chegamos em uma terra que não conhecíamos ninguém, não tinha nenhum

africano nem guineense na UNILAB, só tinha dois técnicos administrativos, os professores ainda estavam chegando, e o processo de adaptação mal começou, quase não conseguia comer, para se adaptar ao horário foi difícil, e a comida também. Quanto a questão de recepção, eu digo que foi boa, a ex-prefeita que estava aqui na cidade nos deu todos os apoios necessários, mas o que acabou acontecendo foi que a relação com as pessoas da cidade tipo tinha uma má impressão sobre os africanos. Eu me lembro muito bem quando cheguei em 2014, andávamos pela rua muitos diziam “os africanos andam fedendo”, isso mobilizou e a prefeitura comprou sabão, hidratante, e muitos outros produtos de higiene para nos dar em uma sacola. A princípio eu não percebia qual era o propósito daquilo, porque eu não sabia sobre essas questões, mas depois que eu pesquisei sobre isso. Foi um processo de inferioridade.” (B2)

“Eu lembro que morava em São Bento e fui ameaçado duas vezes por um cidadão franciscano que me ameaçou de ter ganhado um auxílio da prefeitura ele falou que deveria repartir o dinheiro como ele, na primeira vez eu ignorei na segunda ele saiu armado eu tive que levar ele para minha casa para mostrar aos meus colegas, “olha se eu morrer aqui hoje saibam que foi ele que me matou”, levei ele no sentido tipo assim, aqui eu não tenho mas vamos para minha casa que tem dinheiro. Depois teve um engajamento, fomos a delegacia e fui obrigado a mudar de São Bento.” (B2)

As condições de moradia e comércio não foram suficientes para o novo público que chegou ao município, isso porque houve uma disparidade no preço dos imóveis e alimentos, fator que mobilizou os (as) estudantes na configuração de redes de ajuda mútua para diversos fins, como locação de imóveis, compra de utensílios domésticos, alimento, dentre outros.

“Quando você chega aqui você não vê aquela vivência, aquela ceitação das pessoas. Então as pessoas estranharam uma pessoa negra estarem com outras pessoas negras só pelo fato de não ser brasileiro, então nós pagamos caro por isso porque no começo antes de existir restaurante universitário aqui, nós tínhamos que fazer compras pra almoçar e jantar na nossa casa, então nós saíamos pra mercado pra fazer compra, sobretudo nas feiras [...] você chegava lá e a pessoa tem que te informar o preço de algo que ela tinha para vender. A pessoa já começa a falar, já entende que não somos de lá e com o sotaque obviamente diferente, não se pode esconder, a pessoa já dá um preço absurdo totalmente diferente [...] nós não conhecíamos a realidade local, nós pagamos. Aquilo foi muito difícil, só com o tempo que nós depois viemos a saber que as pessoas aumentavam os preços pelo fato de nós sermos estrangeiros. Nós paramos de fazer compras nos mercados informais, passamos a fazer compras nos minimercados que você já vai encontrar preço fixado no produto, que ali a pessoa não pode manipular isso. Então, na rua, a pessoa saía para a rua enfrentava visivelmente os olhares das pessoas muito distorcida [...]” (C3)

A experiência de ter na localidade pessoas de outros países, provocou inicialmente a curiosidade dos munícipes. Até então, a comunidade não havia vivenciado situações do tipo. Tal aspecto causou estranhamento até mesmo entre os (as) estudantes guineenses, que ficaram espantados com a situação.

Quando a gente chegou aqui [...] uma coisa muito assustadora, ninguém “sabia quem era nós, a gente morava lá na pousada, cada vez a gente recebia muitas pessoas na pousada pra visitar a gente, pra ter contato com africanos, e pra tirar foto, era uma coisa assim muito maravilhoso pra eles porque eles nunca tinham tido esse contato com africanos e ai depois passado alguns tempos a gente já se encaixou, a gente já se enquadrou na sociedade tipo assim agora nenhum africano aqui é surpresa para os sanfranciscanos porque eles já tem esse contato. Na rua, quando a gente passava eles chamavam angolano, ei angolano, mas agora pelo menos pelo trabalho de base que a gente fez eles deixaram de nos chamar angolanos, chamam a pessoa pelo nome ou pela nacionalidade. O cara é guineense, ah, você é guineense, você é santomense, você é angolano, ele é de Guiné-Bissau, ele é de Cabo Verde [...] Quando a gente chegou aqui na época chamavam todo mundo de angolano, disseram que Angola era capital de África, conhecia Angola mais do que outros países. Quando eu saí na rua e me chamavam de angolano eu ficava chateado porque eu não sou de Angola.” (L10)

O estranhamento não foi apenas pela presença dos (as) estudantes guineenses. Com o passar dos dias, a curiosidade foi sendo alimentada pelas diferenças nos modos de ser, de vestir, de falar e se comportar daqueles estudantes. A presença do outro que lhe parece distante culturalmente envolve aceitação ou aversão aos costumes e hábitos.

Desse modo, no cotidiano das relações sociais entre nativos e estudantes internacionais, surgem dilemas decorrentes da natureza do que pode ou não ser realizado pelo outro.

*“Nós temos a visão do Brasil de outro jeito, tipo assim, eu posso analisar o Brasil de dois jeitos: [...] eu posso pegar a imagem positiva que é a imagem, linda, imagem de grande cidade que foi projetada, Rio de Janeiro, São Paulo, também lá nós tínhamos esse contato com novela, telenovelas brasileiras, passa muito. Olhando a telenovela no Brasil você vai pensar que você vai chegar aqui no Brasil forjado, tipo assim, aquele Brasil fictício de novela, você nunca vai imaginar, você nunca vai pensar que você vai chegar no Brasil pra o interior, pra uma cidade do interior, a gente tem essa percepção lá, além disso tem também outra imagem de criminalidade, de violência, alguns programas, Cidade Alerta que passa nas redes televisivas, **ai você vai ficar com esse pensamento assustador, vou chegar lá, vou ser assaltado, vou***

ser assassinado, e são imagens assim que passa na mídia, você pode pensar nessa perspectiva, sempre tem esse enfrentamento cultural nós que viemos do outro lado, com a nossa cultura e tem que chegar aqui e as pessoas que moram aqui vai entender de outro jeito, tem essa imagem, enfrentamento cultural, sempre vai surgir esse conflito.” (L10)

*“[...] o município não tem nada de harmonioso, nada, nada, é mais conflituoso. Não sei bem dizer se é nós que não somos bem acolhidos no município ou nós que não sabemos lidar com eles. Muitas vezes aqui no município as pessoas não sabem lidar com as diferenças, acham que tudo que a gente faz é estranho, que não devia ser, **as vezes você encontra com um brasileiro fazendo isso, mas quando é o africano já é outra coisa, sabe, que tudo que não presta é o africano, o angolano, tudo que não presta, angolano é isso, angolano é aquilo. É muita confusão, não tem nada de harmonia.**” (S14)*

“A outra questão é a da convivência dentro da cidade, que é o que chamamos de choque cultural, e isso dá muita dor, é o momento de a gente ficar com aflição, sofrimento, assim as vezes a gente fica questionando até quando a gente vai ser reconhecido, entendeu, como pessoas. São Francisco do Conde é município com mais negros no Brasil. Então a gente fica questionando até quando isso vai acontecer? O que que a gente tem que fazer?” (B1)

Essa reação ao diferente pode ocorrer em diferentes situações (a depender do contexto) e se dá no âmbito das interações sociais. Contudo, a forma como os indivíduos sentem, agem e pensam a respeito dessas experiências têm relação com a formação, trajetória de vida, valores sociais herdados de seu grupo de pertença.

“Quando você chega no lugar pela primeira vez você estranha e o próprio que está no lugar também estranha. Então, o estranhamento é de ambas as partes.” (N12)

“Sair da pousada parecia como se fosse um trio de carnaval [...] as pessoas saiam assim no passeio olhando para a gente, você ficava assim, um estranhamento mesmo. Nossa, que coisa, ai você fala: será que isso é admiração?” (L11)

Imerso nessa nova realidade, o (a) estudante guineense passa a ser protagonista desse cenário social. Enquanto sujeito central dessa conjuntura, em diferentes espaços sociais as experiências vão sendo construídas e compartilhadas entre seus pares e com os (as) estudantes brasileiros (as). Assim sendo, as relações com os (as) colegas apontam para as seguintes situações:

“Com relação a colega de turma sempre tem essa estranheza, um pouco de estranhamento, vai achar que você está ocupando o espaço dele, você é privilegiado porque você recebeu auxílio, as vezes ele não recebe aí fica uma coisa assim, um bocado de conflito na sala. [...] e também a gente tinha essa limitação porque o Brasil tem a cultura deles, o que é que eu posso conversar que eu posso chegar até junto da minha colega que é guineense é diferente de como eu vou chegar junto do brasileiro, eu posso chegar agarrar, segurar, ela vai dizer que eu estou assediando, porque isso também aconteceu aqui, a partir desse momento, sentamos e conversamos com os professores e passamos a ter essa limitação dentro de sala de aula, mas quando surge esse debate, a gente discute. Com relação a trabalhos de grupos você vai ver mais africanos trabalhando juntos e você vai ver mais brasileiros trabalhando juntos. Se você me perguntar eu vou dizer que prefiro ficar no mesmo grupo que meu colega africano porque a gente pode se entender mais. [...] Uma coisa que eu percebo assim, você africano, quando chega um momento assim de um trabalho em grupo as vezes sempre tem esses que são de bloco, os brasileiros formam o bloco deles, nós africanos também forma o nosso bloco, mas se você é um aluno assim destacado na turma, eles vão querer se aproximar de você, sabe, na verdade, tinha essa dificuldade de comunicação, tipo de língua, de falar muito porque na verdade o sistema de ensino não nos preparou para isso e dentro de turma sempre acontece essa distinção, tipo assim, isolamento, você tem que ir até lá, chegar junto.” (L10)

“[...] a UNILAB diz que é a integração, mas isso não existe aqui. Você pode chegar no interior e ver mesa de guineense, cabo-verdianos, moçambicanos. [...] Na hora de fazer trabalhos fica brasileiros de um lado e africanos do outro.” (G7)

“Só a universidade não pode nos dar a integração. A integração deve ser um compromisso de cada. Imagine só quem chega aqui, é recebido pela universidade, é dado tudo para estudar e essa pessoa sai de casa para a faculdade e da faculdade para casa, não procura assim integrar, não é um papel da universidade, é um papel de todos nós. [...] A integração que seja de verdade deve ser um compromisso de todos nós. Em quatro anos, eu fazendo uma comparação entre aqui na Bahia e em Redenção/Ceará, presumo dizer que ainda estamos bem integrados, é diferente com Redenção que há mais fragmentação tanto entre os africanos, como africanos e brasileiros. Hoje em dia estamos tendo mais universidades abertas a outros saberes, cada vez mais os estudantes estão a desassociar-se dessa tradição hegemônica, europeia, racista, xenófoba [...] essa tradição que não reconhece o outro como sujeito que também tem seus conhecimentos [...] éramos obrigados a receber da Europa e reproduzir tudo isso, agora não.” (N12)

“Teve uma situação onde um colega disse que eu estava na casa dele e estava querendo tirar onda, aí eu disse que a casa dele é onde ele paga aluguel, a Unilab é nossa, se não fosse eu não estaria aqui. Eu sei que nem todo mundo consegue engolir a gente, porque aquela coisa né, acha que quanto mais gente tiver vai ter menos pra eles, mas é aquela coisa tem um valor estipulado do auxílio, pra todo mundo é o mesmo valor, aí já tem a política da universidade, ninguém pode culpar a gente se acharem que quem

está aqui com a família pode ganhar menos, eles tem família e a gente não.”
(E4)

Desse modo, algumas situações que ocorrem na universidade influenciam na configuração dos grupos, que podem ser formados a partir de interesses em comum, nacionalidades, dentre outros fatores. Em outro aspecto, nota-se as formas de tratamento docente em diferentes contextos:

“Eu vi essa diferença entre o professor com o aluno brasileiro e alunos africanos. [...] Os alunos brasileiros quando tiram 8 reclamam com o professor. A gente tira 8, ninguém reclama. Quando você tira nota maior do que eles é um problema na sala. Até hoje a sala está dividida no meio [...] Até hoje a nossa turma de ciências sociais está dividida.” (N13)

“No dia 11 de junho eu fui atropelado aqui próximo do cajá, fiquei duas semanas no hospital lá em Salvador [...] depois que eu sai do hospital fiquei na casa da professora [...]” (F5)

Nota-se que os conflitos estão presentes em sala, tanto no que se refere a percepção sobre o outro que ocupa um determinado espaço (caráter competitivo) e uma suposta divisão entre nacionalidades (seria afinidade? Proteção mútua?). De fato, os sujeitos que se encontram em situações de diáspora compartilham de diversas experiências, tais como a relatada abaixo:

“A gente sente mais preconceito as vezes é das próprias pessoas negras [...] a tristeza de não ser reconhecido por uma pessoa negra.” (B1)

Conforme Munanga (2001) “não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.” (2001, p. 7) Desse modo, a percepção sobre a identidade é formada no contexto de valorização dos saberes e valores europeus.

Isso reflete nas práticas e nos discursos dos indivíduos, sobretudo, nas experiências dos (as) estudantes guineenses no Brasil que apontam as seguintes situações, de acordo com os relatos abaixo:

“De racismo aconteceu em São Paulo que eu entrei no trem, ai eu fui sentar, tinha uma mulher do lado, eu sentei, ela levantou, e foi sentar no outro vagão, ai eu falei assim pro menino que foi me pegar no aeroporto: ué, o quê que foi isso? Ai ele: hum, bem vindo a São Paulo. Aqui não é Bahia que você só vê gente de sua cor. Ai eu falei: não, mas Brasil tem mais negro do que branco.

Você não vive isso muito na Bahia, mas aqui tem.” (E4)

“Aqui que vim a passar por questões de preconceito, pelo menos duas vezes. Visto que uma vez uma mulher correu de mim e meu colega, mas só iríamos perguntar onde conseguir o cartão do metrô, a segunda vez foi também em Salvador, fui perguntar à uma senhora e ela se distanciou de mim. Aqui em São Francisco não cheguei a sofrer isso.” (I8)

“Eu tenho uma experiência que eu passei em São Paulo. Tenho uma amiga, ela é da UFRB, encontrei com ela em São Paulo e depois convidei ela pra conhecer onde eu moro e nós fomos. Quando entramos no prédio onde eu moro e encontramos uma velha, ela estava a nossa frente, ela deve ter uns oitenta, noventa anos. Ela estava em nossa frente, ela chamou o elevador e nós ficamos atrás dela, podíamos até apressar [...] só que não fizemos isso. Quando chegou o elevador, deixamos pra ela entrar primeiro. Quando ela entrou, eu fui pra entrar e ela me impediu de entrar. Ela disse não. E minha amiga disse: vamos entrar, aí eu disse: não. Acho isso normal, mas pra ela não, pra ela é preconceito. São posições que nós tomamos, sendo certa ou errada tomando como base a raça. Eu acho que a atitude dela tem como base a raça. Eu acho que o racismo no Brasil, eu não vejo, é o racismo de inferioridade, de inferiorizar os negros eu acho que os brancos sabem que o negro é capaz tanto quanto o branco. O negro, se é dada a oportunidade ele faz direito. [...] É possível chegar onde o branco está se é dada a oportunidade. O racismo aqui no Brasil é o racismo do não pertencimento. [...] aqui no Brasil ninguém assume que é racista O Brasil é um país negro. O Brasil é o 1º país que tem mais negros fora do continente africano. Esses racistas [...] do jeito que eles pensam não deviam ter negro dentro do Brasil ou então negros podiam viver aqui enquanto estrangeiros, mas não cidadãos de plenos direitos. Eu acho que esse racismo é o racismo de não pertencimento, de dizer que negro não tem lugar no Brasil. O que passou comigo em São Paulo não dói tanto, eu acho que dói mais nessa minha amiga porque ela é brasileira, tem todos os direitos enquanto cidadã brasileira.” (N12)

“Outra situação que aconteceu comigo foi no Ceará, a minha irmã, ela mora no Ceará também, ela veio ao Brasil primeiro do que eu, desde 2010 ela está aí, eu cheguei em 2014, aí eu não coheço Fortaleza primeiro, sai com meu colega e me perdi, com a rua a casa onde fica a minha irmã. Encontrei uma menina lá que é cearense chamei só ela pra perguntar onde fica [...] a rua da minha irmã, quando eu chamei ela, ela correu, porque eu sou um negro, um africano, de pele escura, aí ela achou que eu sou um bandido, só que depois que eu chamei ela de longe: ah, eu tô perguntando porque eu tô perdido na rua, eu não sou daqui, aí ela voltou, ela ficou a uma distância assim uns 10 metros comigo falando afastada.” (N13)

“É complicado, muito difícil, eu nunca imaginava que iria enfrentar uma desigualdade social na minha vida, sobretudo, no município que tem pessoas negras como eu. Eu poderia estranhar isso no início se eu fosse estudar em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul ou em qualquer estado do Sul do Brasil que geralmente está repleta de pessoas brancas, mas aqui no

Nordeste, cheio de negros, que tem uma ligação histórica fortemente com o continente africano.” (C3)

Para Almeida (2010, p. 36) a discriminação àqueles que se esperam condutas criminosas ou comportamentos desviantes, atribuídas à cor da pele, baseia-se nas marcas sociais, na “aparência”, seja nos gestos, na fala e na vestimenta, marcadores sociais que influenciam consideravelmente a vida dos negros e negras. Isso porque “é a cor negra que define a visão cultural de raça.

“Pelos três anos que já fiz aqui eu percebo que quanto mais você tem a pele retinta você sofre, quanto mais você é preta mesmo você sofre mais. E eu no meu caso eu já sofri isso um monte de vezes. Aí você chega num ambiente e as pessoas ficam te olhando assim com aquela cara. Para além de você ser preta você também é estrangeira. Estrangeira como: estrangeira africana. Aí a situação piora mais ainda, né? Eu inclusive um dia uma criança me chamou de nega maluca. Porque nega maluca é daqui do município né? É porque eu deixei o meu cabelo assim black, estava assim solto, e ele encontrou comigo com uma [...] não sei se é a mãe ou a tia [...]: olha a nega maluca. E a tia nem repreendeu a criança. Fui lá, conversei com ele, falei não.” (S14)

“Quando uma pessoa está apegada a uma cultura e você chegar num dia pra dizer que aquilo que vocês fazem errado deve ser assim, num dia só, não é possível. Eu acho que o debate que se coloca na Nega maluca, se é que aquilo representa ou não, ainda cidadãos franciscanos estão habituados de ver aquela nega que lhe faz feliz e tudo mais e não estão preparados para olhar o outro lado, eu acho essa que é a missão da academia e essa que é a missão de nós estudantes de ciências sociais de fazer o outro entender onde está, a que destino está a seguir [...] É necessário um trabalho de base [...] Faltou uma parte dentro da academia e essa parte de criar um espaço de diálogo, de debate sério sobre esse tema. Eu acredito que com o tempo, a população franciscana vai entender sim, a prática é representativa, é boa pra cultura franciscana.” (N12)

Será que se esses (as) estudantes tivessem os caracteres físicos próximos da estética branca passariam por essas experiências? Como observado pela entrevistada S14, quanto mais a tonalidade da cor da pele for escura, mas o indivíduo sofre, principalmente se além de ser negro (a) ele for de origem africana. Tal aspecto corrobora com o estudo de Kally (2001) quando afirma que quanto mais escura a cor da pele, mas preconceito o indivíduo sofre.

Em outro aspecto, as discussões que envolveram a personagem da Nega Maluca (manifestação cultural sanfranciscana) mobilizaram de um lado, os defensores do personagem artístico, e de outro, aqueles que se colocaram contra

por considerarem uma prática racista. A personagem reflete a caricatura da mulher negra, cuja simbologia é carregada de estereótipos.

Quando questionados (as) sobre a existência do racismo no país de origem, dos 13 estudantes guineenses entrevistados, 12 relataram desconhecerem tal prática em seu país, embora exista o preconceito em relação as etnias, e apenas um afirma existir preconceito na Guiné-Bissau pela questão linguística e pela cor da pele.

“Apesar de termos as questões das relações entre as etnias, não temos essas questões raciais, a partir daqui que vim a saber um pouco sobre o racismo e preconceito, as vezes lá passava despercebido, mas essas questões não são discutidas, são tabus.” (I8)

“Na minha terra que é a Guiné-Bissau olha eu vou te dizer uma coisa aqui, existe uma coisa, quando você fala racismo, a gente não sabe o que é racismo, a palavra, o substantivo racismo a gente não conhece, lá a gente não luta a questão do branco e do negro, os nossos líderes são os negros, a gente não luta essa questão do branco ser superior. A gente conheceu aqui e se você for na Guiné-Bissau e falar sobre o racismo as pessoas não vão saber o que você está falando porque eles não vivem essa questão do racismo, agora, a questão de preconceito também existe lá, por exemplo grupos étnicos diferentes, como temos os multiétnicos [...]” (B1)

“[...] há coisas que eu não me preocupava na minha terra, essa coisa do racismo eu não sabia o que era. Fiquei chocado, mas a partir daí participando dos movimentos negros aqui do Brasil sempre me convidando pra discutir certas coisas [...] eu fico triste, o Brasil é um país com mais de sua população negra, mas ele é discriminado ele não é visto pela sociedade brasileira. Quando fica lá no estrangeiro você não acredita que o Brasil é um país negro, você não vai acreditar, você só vai pensar que o Brasil é um país dos brancos.” (B1)

“No meu país eu conhecia a palavra racismo, mas não percebia o racismo. E no nosso país não tem categoria de raça não, tudo é guineense e africano. [...] o que pode vir a tona pode ser essa questão étnica, então não é excepcional como é aqui. [...] lá não temos essa concepção de raça, o que pode ser dito é uma questão étnica [...]” (N12)

“Se eu falar uma coisa você não vai acreditar. O termo preconceito eu ouvi esse termo aqui no Brasil, racismo no Brasil, discriminação no Brasil.” (N13)

“Um pouco, mas nunca a gente usou o termo. Mas o ato eu conhecia, porque desde sempre dizia assim: quando você quer conseguir um emprego numa empresa lá de telecomunicações você vai precisar mudar a sua pele para ficar um pouco mais branco porque mesmo você lá para ser atendido chegava uma pessoa com a pele mais clara e atende primeiro, a gente fala. Lá o preconceito é mais por questão linguística, os que falam português fluente

quando chegam a algum lugar com fila nem precisam ficar na fila [...] logo você é destrutado por preconceito linguístico.” (F5)

Ao se deparar com o racismo no território brasileiro, os (as) estudantes guineenses questionam a pretensa superioridade de determinados povos/grupos, refletem sobre identidade negra, contextos de sociabilidade, visão de África. Enquanto uma parcela da população brasileira afro-descendente não valoriza suas origens ancestrais em virtude da preferência pela estética e valores dos grupos sociais reconhecidos socialmente, (SILVA, 2001) os (as) estudantes guineenses se auto-identificam africanos (as).

“Eu vejo em duas partes: se a pessoa me chamar de africano eu me sinto ótimo, me sinto bem, agora a questão é me chamar de angolano. Angola é um país; a África eu vou sentir que estou vivendo dentro de um continente. Eu não sou angolano, eu sou guineense. Em Brasília, Goiás eles não chamam de angolanos, mas de haitianos. Aí quando você vai para São Paulo aí eles chamam de senegalês. Não me importo em ser chamado de africano, a questão é chamar um guineense de angolano, um cabo-verdiano de santomense. Isso é questão de nacionalismo. Quando sou chamado de africano isso é ótimo porque eu pertencço a um continente no qual meu país faz parte.” (B1)

Nesse aspecto, o termo africano é entendido de forma simbólica, na medida em que denota o sentido de pertencimento histórico e cultural; de outro modo, se refere ao caráter geográfico na qual diferentes nações têm em comum.

“Ai, uma vez um cara perguntando, eles falaram: ah, você é mesmo africano? Como é lá? Ai, a gente falando, ai a gente vê a pessoa falar: africano, oh africano. O cara falou assim: se alguém te chamar de africano chame ele de argentino porque os brasileiros odeiam os argentinos, ai falei, ah, tá. Ai uma vez um cara falou: africano, eu falei argentino, ai ele: eu mesmo não que eu não sou argentino, ai falou angolana, ai eu falei, eu mesmo não que não sou angolana. Ai ele: você é o quê então? Eu falei: guineense. Ai ele: ah, eu não sou argentino, ai eu falei: então pronto não me chame de angolano que eu não te chamo de argentino. (E4)

O termo africano, quando utilizado de forma homogeneizadora, descontextualizada e pejorativa, tende a unificar negativamente as diferentes nacionalidades, etnias e culturas, destituindo o caráter plural do território e dos povos que compõem o lugar. Por outro lado, a força simbólica que o termo africano apresenta, em detrimento da palavra angolano, reforça a auto-identificação, conforme os relatos a seguir:

“É melhor chamar africano do que chamar de angolano, eu não sou de Angola, o meu país é na Guiné-Bissau, eu sempre falo.” (L10)

“O termo africano é melhor do que angolanos. Tenta dar exemplos: por que a gente não chama vocês de americanos?” (L11)

“Incômodo não, porque eu sou africano. Identidades são várias, eu posso me identificar como papel, mas posso olhar como papel e como guineense porque o que impera logo é a identidade nacional. Então quando é global, juntando os PALOP e tudo mais eu concordo com o termo africano e eu sou africano, só que é lamentável em outra parte perceber as vezes algumas questões que vem a nós [...]” (N12)

As categorias negro (a), africano (a) e guineense envolvem as dimensões racial, continental e nacional. Outras nomenclaturas elaboradas socialmente para anular a percepção de identidade da população negra mostram a negação dessa negritude na sociedade brasileira.

*“É um orgulho quando as pessoas me chamam de africano. Semana passada eu fui para a emergência aqui no posto de saúde [...] quando eu peguei a minha ficha, eu nunca dei conta da ficha colocaram lá pardo, **eu sinto mal quando a pessoa me coloca pardo, eu não sou pardo, nem moreno, nem nada, eu sou negro mesmo, africano mesmo**, eu sinto mal com esse termo que eles usam pra nós. Eu sei que aqui dificilmente encontra as pessoas que afirmam sua identidade, nesse caso, quando chama a pessoa de moreno, pardo no século XVIII é considerado branco sujo, mistura de cor, eu sou negro com orgulho.” (N13)*

A rotulação a partir do termo angolano, que utilizado de forma pejorativa pela população local, definia a todo (as) de forma estigmatizante.

“Africana isso não me incomoda, é que junta todos e fala que é angolano, eu prefiro ser chamada africana porque sou africana mesmo. Mas me chamar de uma outra nacionalidade [...] até porque o nome angolano aqui que as pessoas são atribuídas é um nome pejorativo porque quando falam de angolano é porque angolano fede, angolano faz isso, tudo assim que não é bom é angolano.” (S14)

As experiências dos (as) estudantes guineenses, em São Francisco do Conde, revelam mais um aspecto desse movimento de diáspora contemporânea para fins estudantis. Verifica-se que muitas dificuldades iniciais se tornaram um obstáculo à adaptação na localidade, bem como a preservação das tradições, conforme relatado abaixo.

“Digamos que estando fora da casa, fora do meu país, numa sociedade totalmente distinta, de qualquer forma, digamos direta, indireta, as coisas não parecem como as coisas dentro da nossa própria casa, eu tenho dificuldade sim, tanto para manter a minha tradição assim como para manter as minhas práticas religiosas, manter algumas tradições da minha etnia. A principal dificuldade que eu tive é de comunicar na minha língua que é uma língua que eu mais gosto de comunicar que qualquer outra língua que eu sei falar, mas aqui não tem muitas pessoas da minha etnia, tem outras pessoas que são da minha etnia mas que não sabem falar a língua mandinga, então isso é uma das grandes dificuldades que eu tenho pra manter a língua. Eu tenho outros hábitos tradicionais que eu costumo fazer no meu dia a dia, mas que aqui eu não consigo fazer porque eu olho para as pessoas da minha própria etnia, não são educados, não são aculturados dessa forma, e são pessoas também que não se olham pra essas coisas tradicionais, então não tem como se praticar uma coisa com alguém que não se vê nesse mundo, que não conhece essas coisas. Quanto a religião, eu tenho dificuldade porque na Guiné eu costumava ir fazer as minhas orações na mesquita, mas aqui não tem uma mesquita, existem mesquitas lá em Salvador, mas não tenho condições, mesmo se tivesse condições tem a distância e o compromisso de estudar para as minhas matérias para a aula, ai não ia dar pra eu me deslocar aqui pelos cinco horários da minha oração lá na mesquita.” (C3)

“Quando cheguei aqui em 2014 fiz questão de procurar por mesquitas, são igrejas muçulmanas onde é juntado as pessoas para fazer as orações, a princípio não tinha aqui em São Francisco. As primeiras dificuldades foram essas. Em junho temos o mês sagrado na religião islâmica, que é o mês de sacrifício, passamos ele sacrificando mesmo sabendo que a situação no Brasil não era boa, não era apropriada.” (B2)

Estando fora de seu lugar de origem os indivíduos sentem dificuldades em manter/preservar seus costumes, hábitos e práticas religiosas. Em meio ao processo de interação com outras culturas e nacionalidades, o sujeito necessita dar sentido às suas vivências, pois mesmo na ausência de espaços que lhe permitam professar sua fé, há outros elementos que ele pode utilizar para auto-afirmar sua identidade religiosa (adereços, vestimentas, penteados, turbante, etc.)

Em outro aspecto, as experiências iniciais dos (as) estudantes guineenses ao chegarem na localidade demonstram frustração, na medida em que o imaginário sobre um Brasil paradisíaco, retratado pelas telenovelas brasileiras no exterior, não condizem com a realidade social encontrada por estes discentes.

“O pensamento daquele Brasil de novela, sabe, que você vê tudo mais bonito, a cidade maravilhosa, linda, cheia de prédios, então uma infra-estrutura que convida todo mundo a conhecer. Chegando aqui você vê que era tudo um jeito de vender a imagem.” (E4)

Da mesma forma que o imaginário social brasileiro sobre a África é marcado por concepções deturpadas da realidade, a visão dos (as) guineenses sobre o Brasil é carregada de falsas representações.

“Se eu for contar essa história eu vou lembrar dos momentos mais tristes da minha vida. Primeiramente, quando cheguei aqui, pra mim é um lugar estranho, o lugar onde venho é a capital do meu país, eu moro no centro da capital, eu cheguei aqui vi a cidade, uma mata assim, eu chorei, eu fiquei três dias na pousada sem sair fora. Eu nunca bebi lá no meu país, eu não sei o que é ácool, aqui como eu fiquei na pousada, escondido, chorando, liguei pra meu pai que eu queria voltar mesmo, naquele mesmo período, ai ele dizia que não, você vai aguentar.” (N13)

“Quando o povo fala das coisas que não sabe da gente eu falo que a mesma coisa que a gente não esperava chegar aqui nesse Brasil que a gente está vivendo então é a mesma coisa que eles não esperavam conhecer os africanos que eles estão conhecendo porque eles esperavam conhecer um africano mais magro , mais desnutrido, aquelas coisas, né, aquelas imagens que passam, a África passa fome e tal, mas eles quando vão conhecer a gente a gente supera as expectativas deles.” (E4)

Com efeito, a falta de infra-estrutura local para acolher os (as) estudantes guineenses que vieram na primeira turma (em 2014) demonstra que a universidade não esteve preparada para atender aqueles discentes.

“Ser estudante africano aqui no Brasil, em São Francisco do Conde é muito duro, mas é uma forma de nos dar uma outra visão da convivência.” (B1)

“Nós quando chegamos no primeiro momento foi difícil. E eu lembrei que a gente não tinha janta, a gente tinha só almoço. A janta o que é que era: a dona da pousada [...] fazia uma sopa que dava no copo descartável. Isso era a janta para a gente, nós da primeira turma. A aula terminava 22h30. Ai os meninos tinham que sair 22h pra chegar cedo para conseguir o que comer. Os que chegavam por último não tinham o que comer. Fiquei chocado com isso. Isso me levou a criar uma bagunça na Unilab, pra chamar atenção para a gente. Vocês não podem ficar trazendo as pessoas pra aqui, não ter condições de dar a elas o que comer. A Unilab é uma universidade que para existir tem que possuir alunos, a Unilab tem mais financiamento do governo se tem mais alunos, agora você não pode ficar trazendo os alunos internacionais para uma universidade como essa e não ter uma política de poder criar uma forma de receber eles, isso é complexo. Isso foi a nossa primeira turma, essa disputa que a gente fez acabou por criar o projeto de recepção dos alunos quando chegarem e saber que durante todo o tempo que vão viver durante dois meses, três meses que vão ficar, antes de ganhar os seus auxílios a universidade vai ter que dar o dinheiro pra eles sobreviverem. Os que vem hoje ficam tranquilos, eles chegam já tem pessoas

aqui para orientar, nós quando chegamos não tinham pessoas para orientar, mas hoje os que vem tem orientação. Eu lembro os angolanos que vieram em 2016, eles não tinham dinheiro para fazer os documentos na polícia federal, então o que é que acontece, nós que já estávamos aqui tínhamos que fazer uma vaquinha pra dar pra eles, eles fizeram os documentos e ficaram tranquilos. É um princípio africano, a gente fica feliz quando a gente ajuda.” (B1)

As redes de solidariedades são fundamentais para fortalecer os (as) estudantes no processo de adaptação ao local, na formação de vínculos, no enfrentamento das adversidades.

“Eu me auto-fortaleci para me manter ativo estudando, foi difícil , tanto a comida, o clima aqui é muito quente, super quente mesmo, a Guiné tem clima quente, mas como daqui não se compara. A comida totalmente diferente , eu tenho dificuldades pra comer aqui porque eu sou muçulmano e não como nada de porco.” (C3)

“Conseguimos ultrapassar essa dificuldade, conseguimos construir esse grupo que a ASEA – Associação de Estudantes e Amigos de África e eu fazia parte da primeira direção, eu era responsável pelo esporte. Através do esporte a gente conseguiu assim, ter mais essa integração com o brasileiro, organizamos torneios, no Dia 25 de Maio que é dia de comemoração do continente africano, organizamos assim certos eventos para poder trazer pessoas assim perto da gente, temos algumas palestras, depois temos alguns assim parceria com secretaria de educação através de projeto Educa Chico, fomos até escola, tentamos desconstruir essa parte assim negativa sobre nós [...]” (L10)

A criação de grupos musicais (a exemplo do Bota a Fala), coletivos (Coletivo de Mulheres Africanas), associações (Associação de Estudantes e Amigos de África) é uma estratégia de resistência desses (as) estudantes, pois essas formas de organização criam redes de solidariedade e fortalecem as lutas diárias.

Nesse cenário emerge a língua, uma importante ferramenta de comunicação e interação social. Através dela os indivíduos afirmam sua identidade de grupo. Em outro aspecto, o idioma reflete as relações de poder quando é imposto como oficial, em detrimento de outras línguas (ex.: o Português em detrimento do crioulo).

Nesse sentido, a língua portuguesa apresenta variações, um rico vocabulário construído a partir das demandas internas, assim como os sotaques que modificam a pronúncia das palavras. Assim, apesar de terem o mesmo idioma comum, os países lusófonos apresentam peculiaridades com relação ao português.

“Eu não sei falar o português muito bem [...] na minha primeira aula aqui no Brasil os professores falavam muito rápido, nem consigo compreender tudo, mas sei que com o tempo vou conseguir.” (F6)

“Nós usamos o português de Portugal, ainda a questão do acordo ortográfico que está nos dificultando, tem muitas coisas ainda que a gente escreve o português de Portugal que nos complica as vezes com o português do Brasil, tem coisas que a gente não consegue escrever direito. Os professores entendem que a nossa escrita é mais próxima do português de Portugal do que o do Brasil, então eles levam em consideração essa questão de escrita. Então o que eles avaliam da gente é o contexto. O sentido do que a gente está escrevendo, não a questão própria do vocabulário.” (B1)

“Se for com guineense geralmente nós falamos o crioulo entre nós porque é uma língua nacional do nosso país e nos deixa totalmente confortável para se comunicar. Mas quando eu estou com algum colega de outra nacionalidade eu recorro a língua portuguesa.” (C3)

“A gente fala mais crioulo porque é a nossa língua , língua é cultura, língua é identidade, pelo fato de estar aqui no Brasil se eu olhar um guineense eu vou preferir falar crioulo com ele [...] a nossa língua facilita mais em termos de comunicação. Você vai ver mais cabo-verdianos usando crioulo, mas as outras nacionalidades como é o caso dos moçambicanos, são-tomeenses é muito difícil ver eles usando o crioulo. [...] eles usam mais o português quando ficam juntos. Nós guineenses, quando você encontra com algum guineenses, dois ou três , não tem como, é crioulo, porque na verdade muitos meninos aqui ninguém fala em português, português que é uma língua que se fala mais na escola. Você vai, aprende, mas quando você sai da escola fala mais crioulo.” (L10)

“Os guineenses falam crioulo, eu não gosto de usar esse termo crioulo, crioulo é um termo pejorativo, é um termo usado pelos colonizadores para os países que eles colonizaram ou invadiram, ai davam o nome aquelas pessoas que eles acham inferior a eles.” (L11)

Com efeito, a língua enquanto elemento identitário deve ser compreendida no âmbito cultural e nos contextos de sociabilidade. Na terra de origem, a língua materna (crioula) era a principal ferramenta comunicativa nos espaços informais e familiares. Embora no Brasil o uso do crioulo facilite a interação entre guineenses, por outro lado acaba restringindo apenas aos falantes da língua.

Muitas são as diferenças e afinidades entre o Brasil e a Guiné-Bissau que ocasionam no choque cultural , tais como os relatados abaixo:

“[...] havia uma movimentação na orla [...] ai eu ví um vestuário feminino indecente, de acordo com a minha realidade tipos de traje bem curto que dá pra ver parte do bumbum de uma mulher de fora [...] eu acho que estou no lugar errado . No dia seguinte eu acordei de imediato [...] chegou um técnico

da universidade e automaticamente eu fui falar com ele, como é que isso é possível evitar, porque na Guiné não se pode ver isso, embora agora as pessoas estão imitando muito as coisas do Brasil, assistindo novela, as pessoas já me informaram que isso está a se tornar muito comum lá. Você imagina como é que é a influência mesmo com grande distância tem poder né? Isso foi muito difícil pra mim, até agora as meninas africanas se vestem de short que a pessoa não é nunca pra vestir, nem em casa na Guiné e vestem pra vim na universidade. Essas pessoas terão um problema de inserção social quando retornar, eu não sei quais são as perspectivas dessas pessoas que pensam retornar pra viver na Guiné ou se pensam morar aqui no Brasil. Se pensam morar aqui é fácil, se pensam voltar pra Guiné terão que se desacostumar essas realidades porque é inevitável que uma pessoa viva numa sociedade por muito tempo e não adquira nada dessa sociedade, não é possível. Mas essas coisas de costume tem consequências, porque quando ela chega lá, a pessoa pode não chegar diretamente e dizer: Michele, você não pode se vestir assim, mas moralmente você já sente que eu não posso fazer isso devido as regras de ordem social .” (C3)

Ao se deparar com os costumes e práticas do Brasil, nota-se que o indivíduo pode apresentar rejeição ou assimilação da cultura. As identidades vão sendo auto-afirmadas ou o indivíduo pode se adaptar à realidade sem dela fazer parte/compactuar. Tais diferenças/afinidades podem ser de caráter:

Afetivo/sexual:

“Eu quando cheguei a Fortaleza [...] cheguei no aeroporto, depois que saí no desembarque eu já deparei com um gay , eu não tinha conhecido, eu não sei o que era aquilo. [...] eu via ele trajado de uma mulher, eu não conseguia me conter, eu já me explodia em termos verbais. Eu falei: mas o que é isso? Já até me veio um palavrão, que é comum lá na Guiné, por aquela exclamação, não por má fé, mas por ver uma coisa que nunca tinha visto pela primeira vez faz uma explosão interna que a gente não conseguimos controlar . Havia um técnico, um servidor da Unilab do Ceará que me disse imediatamente: jovem, se acalme, eu falei: mas não pode, isso não se faz, um homem não pode se vestir desse jeito. Ele disse: você já se encontra no Brasil, tenta se acalmar e você vai ver ainda mais coisas. [...] ai eu fiquei totalmente incomodado ai fui sentar de imediato no meu canto porque já não me sentia a vontade com aquilo.” (C3)

“A gente vive no país que eu não sei se as pessoas têm medo de se apresentar que é essa coisa de gay e lésbicas, eu nunca vivi isso, nunca conheci uma pessoa como essa. Quando eu cheguei aqui foi um choque pra mim. Quando cheguei na pousada tinha uns meninos que estavam me abraçando, eu vi que estava querendo me beijar, aí eu entendi que eles gostavam de homens.” (B1)

“Ver duas pessoas, homens namorando, né, e ver também duas meninas namorando, é uma coisa que pra mim, pessoalmente eu nunca tinha tido essa

experiência lá eu ouvia por alto mas nunca havia vivenciado de perto. [...] a minha amiga , estava conversando com ela , de repente ela falou: a minha namorada chegou, por favor daqui a pouco a gente se vê. Eu fiquei assim...eu falei: namorada, como assim? Ela falou: é minha namorada. Eu falei: mas como você é menina está namorando com menina? E ela falou: sim, aqui acontece. Eu fiquei um pouco assim estranho, era uma coisa assim estranha pra mim, eu respeitei, com o tempo a gente vai se conhecer mais , alguns casos são estranheza como o caso de homossexual , o caso de duas pessoas, homem namorando, meninas também namorando. Na nossa cultura não tem , não quer dizer que como não tem você vai ficar contra ou não , simplesmente respeitar porque é orientação, é opção sexual dele ou dela. São coisas que me estranhou muito , mas agora acabei me acostumando.” (L10)

Vestimenta:

“Uma maneira é como o povo anda sem camisa, no meu país quando uma pessoa anda sem camisa é falta de educação, você não pode andar na rua sem camisa, sem sandália, essas danças que tem baixaria, que vai até o chão, lá não tem não, usando esse shortinho [...] você vai ser associado como uma prostituta.” (N13)

Religioso:

“Quando cheguei aqui as diferenças que eu notei foi a religião do Candomblé, que diziam que era africana e eu não conhecia, não sabia desse conceito. Em Guiné a religião do Candomblé é vista, me desculpe pelo nome, mas uma religião do demônio, porque nós fomos colonizados como vocês foram. Agora tudo que os portugueses levaram era tido como religião enquanto o que nós tínhamos era do demônio, uma coisa que não presta. Assim como a língua, o português é visto como uma língua, mas o que falamos lá é visto como dialeto.” (B2)

“O culto também é diferente, o jeito que eles dão a missa dentro da igreja é bem diferente com o de lá, mas dá pra se acostumar. A única coisa que é mais ou menos igual é o candomblé não exatamente do jeito que acontece aqui , nunca fui no terreiro mas pelo que eu vejo o povo falando algumas coisas são idênticas é por exemplo essa coisa de consulta que falam, fazer consulta, lá também tem essas coisas.” (E4)

Valores:

“Tem coisas aqui que eu vejo pela minha cultura, pela minha educação eu fico chocada assim tipo o jeito de alguns responder em os seus pais, gritar, essas coisas, ai se eu gritasse com a minha mãe eu tinha que estar a mil metros de distância porque ela jogava tudo o que estava perto e tem gente aqui que fala que antigamente aqui era assim também, mas eu me adaptei

fácil porque é meu jeito de ser.” (E4)

“Essa coisa de um querer ajudar o outro nesse bairro aqui que eu moro na Baixa Fria eu vejo muito isso aqui se você não tiver um sal em casa você chega pede o vizinho dá. Coisas que eu passei, fui no Ceará e não ví. Fui para São Paulo, pior ainda. Eu me identifico muito com aqui, isso me fez apaixonar por essa cidade. Eu gosto muito porque o povo é muito humilde, a humildade, a união, todo mundo briga né ? Eu acho que aqui comparado a outros estados, outras cidades é super incrível. (E4)

“A gente não conhece a pessoa e você leva para sua casa [...] por mais que você seja pobre você não dorme na rua , eu posso ver um colega sem teto, eu pego e levo para minha casa e a minha mãe acolhe, considera essa pessoa como eu [...] ele não precisa pagar A dança que eu considero igual a da minha etnia mesmo é o samba, samba de roda. É uma dança e ao mesmo tempo tem questões improvisadas A maioria que cantava são as mulheres, os homens entravam, as mulheres também cantam, as mulheres batem palmas. [...] vestem mesma roupa parecida, a gente usa também e os instrumentos a gente já usa a cabaça grande.” (L11)

Culinária:

“Alguns ingredientes aqui as vezes botam a mais do que a gente bota mas é muito, muito idêntico. A culinária... eu gosto de comida baiana. Eu gosto, amo mesmo. Por exemplo caruru a gente faz caruru e a gente chama de subucândia. Quiabo a gente chama de cândia, moqueca de peixe, por exemplo, também é idêntico , marisco essa mariscada , é mariscada que fala, né? Aquela moqueca com marisco. Tem coisas até que eu não esperava que ia conhecer. A pasta de amendoim a gente faz um prato chamado caldo de mancara porque amendoim a gente chama de mancara. Eu não esperava que eu fosse achar pasta de amendoim aqui pra fazer a comida, mas aqui tem dendê, por exmplo então.” (E4)

Música:

“Quando eu cheguei aqui eu me apaixonei logo pelo samba e capoeira também eu me apaixonei porque na comunidade, sociedade da etnia que eu pertença que é balanta tem alguns princípios iguais da capoeira, muito embora a luta deles já é diferente. Mas o que passam aqui como principio da capoeira, essa questão do respeito tem lá isso.” (F5)

Se nos aspectos culturais há aproximação e distanciamento entre Brasil e Guiné-Bissau, ao se deparar na terra alheia, os (as) estudantes guineenses passam a refletir sobre as implicações de ser estudante africano (a) no território brasileiro:

“Eu me definiria aqui como um laboratório e cobaia ao mesmo tempo por causa da história do Brasil e da história do município. Quando cheguei em Santo Amaro, porque foi lá que a gente chegou primeiro antes de chegar aqui algumas pessoas mesmo negros como eu ficavam de pé me olhavam por muito tempo e eu ficava pensando mas por quê?” (F5)

“Eu gostaria de deixar bem claro para qualquer estrangeiro no Brasil, imigração não é nada fácil não, você acaba por engolir muitas coisas que no seu país isso nunca vai acontecer com você, mas pela questão da imigração você acaba por sofrer muitas coisas [...] mas é assim, quando a pessoa quer algo você tem que aceitar tudo porque um dia você vai voltar. Já pra mim é uma experiência para a vida porque eu nunca sai fora do meu país, eu nunca sai, pela primeira vez que eu sai do meu país para outro país. Ai eu vi como é a vida de um imigrante é difícil num país onde o preconceito, o racismo, ainda é tão forte. A África faz parte do Brasil. A vossa presença aumentou a economia local vocês pagam aluguel, compram, vocês fazem despesa mais do que o próprio franciscano.” (N13)

Assim, pensar a condição dos (as) guineenses no Brasil, em específico, em São Francisco do Conde, envolve compreender os dilemas gerados pelas relações sociais, e como os sujeitos imersos nesse processo ressignificam sua identidade. O (a) estudante guineense no contexto da diáspora, se transforma, na medida em que não se percebe mais da mesma forma que saiu de seu país de origem. Os aprendizados decorrentes das experiências, de certo modo ampliam a percepção de mundo do indivíduo. Nesse aspecto, reproduzo o relato de uma estudante guineense que problematiza sua experiência no Brasil a partir de suas experiências como mulher negra:

“Eu falo que eu não preciso ser feminista. Eu vivo brigando as vezes com as meninas que falam: ah, você não disse que não é feminista e quando um menino faz alguma coisa você quer ir na polícia. Eu falo: o meu direito enquanto ser humano, independentemente de ser mulher ou ele ser homem, existe lei que proibe, eu tenho os meus direitos enquanto ser humano, eu tenho o direito de ir e vir, circular onde eu quiser, ninguém pode me impedir, seja ele homem, seja mulher. Mas assim, essas coisas no nosso país ainda está em processo, ou seja, essa questão de feminismo, machismo, é uma coisa que poucos conhecem, é um termo que na verdade nem conhecia lá, eu fui conhecer aqui quando eu estava estudando e tal, era tudo novo, aliás foi novo pra todo mundo que chegou.

Agora, hoje em dia, de 2017 pra cá é que as coisas estão mudando, a internete ajuda, mas lá é muito forte o machismo. Então eu falo pra elas: eu sei que é bom se preparar desde já, que tem o coletivo, que tem até movimentos se for preciso pra lutar contra o machismo, mas assim, as vezes acontecem casos que vocês são usadas pra resolver outros problemas, não o problema que vos interessa, por exemplo, já aconteceu muitos casos de

ditos estupros, de alguns africanos acusados de estuprar brasileiras, lá no Ceará, por exemplo, no outro campus, então tem uns que vão pra defender, tem uns que vão pra prejudicar, mas assim, eu falo que **não preciso ser feminista no Brasil porque no Brasil eu não posso fazer o trabalho pra minha terra, por exemplo, aqui é muito mais liberal comparado a lá.**

Aqui também já se tem um debate muito forte sobre isso, muitos grupos, muitos coletivos, e aqui na Unilab elas tentam ampliar o coletivo, sair pra participar das atividades e tal, apresentar para a cidade, **eu incentivo no sentido de começar aqui e terminar lá**, mas se elas forem trabalhar, por exemplo, esse coletivo criado acontecer alguma coisa chegar na justiça não pode ter tanta força quanto um brasileiro dentro, então, essa é minha ótica, eu falo assim: **se eu voltar um dia pra minha terra, aí eu posso me auto-afirmar feminista, eu posso brigar quando necessário, tentar mostrar essas coisas**, as vezes até quando eu converso com os meninos, sabe, os meninos gostam de apunhalar as mulheres no facebook, principalmente a gente que tem uma cultura muito reservada ainda, essa de que mulher tem que ser submissa, por exemplo, a mulher não pode nada que a sociedade já vem apontar o dedo.

Teve um dia que eu tive até uma discussãozinha com um colega: não, eu não sou machista, mas as mulheres que estão acabando com a nossa cultura. Ai eu falei: você disse que não é machista e quer culpar as mulheres pelo que está acontecendo hoje em dia. Esse mundo liberal também é novo na minha terra, entendeu? De mulheres terem sua auto-independência, quer dizer, mulher sempre tem que ser dona de casa, e trabalho doméstico não é remunerado, então ninguém pode dizer que trabalho de mulher é ser dona de casa porque aquilo não é um trabalho remunerado e homem sempre ganha mais, qualquer que seja a instituição. Então eu acho que essa questão de feminismo, de participar, eu não participo por causa disso, eu falo: a gente tem sim alguma coisa pra debater, porque a gente tem que ler sobre isso pra poder ter argumentos, ter base e fundamentos pra discutir, pra debater. Mas, na prática mesmo a gente vai fazer o quê, se a gente for pensar e ser sincero com a gente mesmo a gente não tem nada pra fazer. Se acontecer um caso aqui com uma mulher africana nesse sentido ou de uma mulher africana que namora um africano que bateu nela, aí sim pode juntar o coletivo com calma, tentar conversar, levar na delegacia se for preciso.

Eu sempre falo isso: eu não preciso ser feminista no Brasil, porque aqui eu tenho a liberdade que lá não tinha, na verdade aqui eu posso fazer o que eu quiser, aprendi a gostar mais de mim aqui, aprendi a me aceitar. Na minha terra você nasce, cresce, sendo ensaiado, mostrado um caminho só, um caminho único, sendo educada de um jeito e você vai se culpar porque a sociedade está te culpando, independente de você ser inocente ou não. Guiné-Bissau precisa de grupos assim, de debates, hoje em dia está até mudando, está tendo mulheres na política. Mas antes, aquela coisa, né, aparece uma mulher pra uma coisa: hum, porque ela não vai cuidar dos filhos, lavar um prato, aquela coisa, né que os homens falam. Eu falo: se vocês voltarem com esse coletivo lá, com certeza eu vou estar na frente, aqui a gente vai brigar pelo quê? Nem tudo isso acontece com a gente, as coisas que acontecem com as mulheres daqui não acontecem com a gente.

Uma coisa é você ser mulher, aprender os trabalhos domésticos, por

exemplo para o seu benefício. Por exemplo, hoje minha mãe me liga, preocupada pra saber se eu tenho dinheiro pra comer, porque ela sabe que me educou bem, ela sabe que eu sei cozinhar comida, eu não vou passar fome porque não sei cozinhar, eu não vou ficar doente porque minha casa está suja, esses são os treinamentos básicos que todo ser humano precisa ter, não só mulher. Na minha casa, por exemplo, lá eu fazia os trabalhos sim, mas os meus irmãos também, os meus irmãos todos sabem cozinhar. Os trabalhos de casa a gente dividia: se eu for lavar o prato o meu irmão ia limpar o chão, o outro ia no mercado comprar as coisas para cozinhar, a gente dividia os trabalhos de casa, a única coisa que eu poderia dizer é que os meninos eram mais livres, eles poderiam sair e voltar quando quiserem e nós nem sempre tinha um horário pra voltar em casa porque você era menina, entendeu?

Os meninos dizem: eu vou cozinhar com tanta mulher que tem aqui em casa? Tanto que muitos chegam aqui sem saber fazer nada. E chegando aqui eles: realmente, a gente precisava, e tem muitos agora que estão apoiando, se desconstruíram também, que começam a apoiar essas ideias e até discutir entre eles que não, o que eles foram ensinados na verdade não era certo.

Quando eu voltar pra Guiné, ai sim, eu posso até criar um coletivo. Hoje eu posso dizer que eu sinto muito orgulho da mulher que eu me tornei, agora eu não uso especulações pra falar de uma coisa, eu tenho base das coisas que eu já li, cada texto... a Unilab tem como base desconstruir o currículo ocidental que a gente tem, a nossa educação é toda voltada ao ocidentalismo, a gente sempre vai ter aquela admiração pros brancos, portugueses em específico, porque é o que a gente vê, a gente nunca aprende a dar valor ao que a gente tem até sair. Hoje em dia, vivendo aqui no Brasil, tem muitas coisas que aqui acontecem que eu poderia dizer que lá é o paraíso, por exemplo, na questão de assalto, não que lá não tem, tem, claro que tem, mas só que o meu povo é medroso, por exemplo, **hoje eu tenho outra visão sobre a política, tenho outra visão sobre a sociedade, [...] hoje em dia eu sou uma outra pessoa. Eu tenho uma dívida com Lula, porque tudo isso é graças a ele, eu sei que a política tem sido um caos aqui, tem sido uma guerra, a gente tem que agradecer, não importa o que a pessoa foi, o que a pessoa é, tem que agradecer pelo que a pessoa é com a gente, foi com a gente, foi para a gente. Tudo isso eu devo a Lula, porque ele criou esse projeto na época dele, conseguiu colocar ele em pé e a gente está aqui hoje. **Eu digo sempre que a gente tem que agradecer porque a gente é sim um privilegiado, o que a gente não via lá a gente está vendo aqui, a educação que a gente não tinha a gente está tendo, então, isso é um privilégio, nem todo mundo teve essa chance. Então, eu só posso agradecer ao Brasil, aos professores, a Unilab, e a Lula que é o cabeça desse projeto.****

Os brasileiros falam que os meninos africanos pegam todas as meninas que quiserem, que eles não conseguem pegar nenhuma de nós, o que não é verdade porque os brasileiros namoram algumas de nós. Eu digo que geralmente a gente sente aquele medo pelo que a gente vê, aquele feminicídio por exemplo, é muito forte aqui, então eu não vou dizer que os meninos africanos são perfeitos, não, na África também tem homem que bate em mulher, mas assim, a gente tenta evitar ao máximo porque você nunca

sabe com que pessoa você vai se relacionar, tudo o que passa na tv as mulheres nunca esperavam aquilo do homem, entendeu, eu particularmente, no meu caso, tenho medo disso, eu tenho medo que eu vá conhecer alguém e um dia querer fazer mal a mim, entendeu?

Esse é um dos motivos que faz a gente evitar, mas já os meninos não, os meninos se jogam. Também acho que é pela curiosidade por parte das brasieliras porque aqui umas conhecidas falam: ah, eu queria pegar um africano pra ver como é, entendeu? Diferente de nós, que a gente não tem muita essa curiosidade tipo , eu não sei porque a gente não via Brasil tão distante ou via brasileiros tão distantes , você pode até sentir atração por alguém, mas não fala assim por curiosidade não vou ver como é, entendeu?”
(E4)

A fala da entrevistada foi bastante incisiva ao defender sua percepção sobre o feminismo na localidade, ao mesmo tempo em que entende que os contextos de vivências são diferentes, as demandas são outras. Contudo, apresenta a noção de que é preciso lutar em sua terra, pois a realidade da mulher guineense ainda é permeada por discursos e práticas machistas. Por outro lado, a se perceber como indivíduo em processo de mudança, acredita que os motivos de luta não são os mesmos quando colocamos os dois países – Brasil e Guiné-Bissau em questão.

Em contraponto a essa percepção sobre ser feminista ou não, a representante do Coletivo de Mulheres Africanas apresenta sua visão sobre o movimento promovido pelo coletivo e sua importância para o fortalecimento da sororidade.

“Sabemos que na sociedade brasileira só ser negra já é um problema e quando você é negra e africana a situação piora mais ainda porque tem aquele estereótipo criado na cabeça das pessoas de que mulher africana é mulher só pra sexo, é mulher gostosa [...] e a gente já entende disso e eu não vou negar que pra nós tem aquela coisa de dizer: pronto já não vou namorar com brasileiro porque temos consciência disso, porque eles as vezes falam que eu quero pegar uma africana pra saber como que elas são. A mulher africana é o quê: é pra sexo. E principalmente aqui no município eles têm aquela visão. Por isso que muitas meninas africanas ou a maioria, ninguém se envolve.

E em relação ao assédio eles acham até que não somos assim pessoas pra reivindicar que somos assediadas, não sei o quê, inclusive organizamos a Semana da Mulher Africana aqui na Unilab, fizemos uma marcha até no globo protestando, mas tem outros que fala: ah, esse povo também é chato, já estão reclamando de que são assediadas. É mas se elas são gostosas, não sei o quê, cada um fala, as vezes você escuta: oh, que africana gostosa e quanto mais você tem um pouco de bunda como eu... não tem como, você tem problema em usar roupas que você quer usar mesmo porque vai tirar o seu corpo assim, vão começar assediando: oh, que gostosa.

E pra piorar eu já passei um tipo de assédio [...] e meu deus se até essas pessoas que deveriam manter a nossa segurança estão nos assediando imagine ... será que vou ter coragem de ir lá no outro centro de proteção de mulheres falar que eu sou assediada? Quem é que vai cuidar disso? Não tem, não existe.

Esse coletivo foi criado nesse intuito de tentar aquele laço de sororidade, não só solidariedade, mas também sororidade entre mulheres, né? Não só, por exemplo, se tiver mulher brasileira, então pode, inclusive temos algumas no coletivo que tenta dar força, apoiar uns aos outros porque sabemos em que conjuntura estamos vivendo, né? Porque quanto mais a gente se unir, melhor ainda. Vamos tentar discutir, conhecer os nossos lugares, não é só aqui, nós também vamos levar esse conhecimento até para o nosso país.

Ainda são assuntos poucos debatidos que as mulheres já estão engajadas nessa luta, mas que ainda precisam de mais assim, mais força, mais pessoas, quanto mais quem já estudou, já leu, inclusive a gente lê textos de vários escritores e feministas que defendem a causa de mulheres. É claro que por meio que essa discussão vai ser colocada em nosso país vai ser diferente, do mesmo jeito daqui do Brasil porque contextos são diferentes. Então o CMA nasceu nesse propósito de tentar unir esse laço entre as mulheres, entre mulheres africanas e também com mulheres brasileiras que tá aqui e principalmente mulheres negras que a gente sempre conversa, brasileiras. E tentar assim mostrar qual é o nosso lugar na nossa sociedade, no nosso país e também aqui. Porque aqui não somos só pelo que a gente parte somos aqueles objetos sexuais, não, somos mulheres como outras mulheres, também somos sensíveis, né, igual a outras mulheres que muitas vezes isso não passa na cabeça de muitas pessoas.” (S14)

Essa reflexão aponta o lugar de onde se fala, na medida em que as experiências individuais e coletivas das mulheres africanas e brasileiras são consideradas como referências para organização e mobilização social pela causa feminista. Apesar de ser aberto a todas as nacionalidades, atualmente poucas brasileiras participam do coletivo.

“Umás 3 meninas brasileiras, temos alí no coletivo. Duas que entraram agora, tinha uma menina que participava com a gente bem ativa assim só que nessas atividades ela não atuou, ela está viajando, mas não tem aderência de meninas brasileiras.

Não tem critério assim de seleção, o coletivo é aberto a todas as mulheres que querem aderir e também não é obrigatório não porque se a pessoa é africana que não, se você não quiser fazer parte, de boa. Mas sempre tantamos assim dialogar, incentivar as mulheres para conhecer esse espaço e um espaço não só assim acadêmico, mas um espaço também de poder de empoderamento do corpo da mulher, então tem outras meninas que estão muitos engajadas, têm umas que estão mais engajadas, é claro que vai ter porque estamos no campo acadêmico, cada um assume um cargo político,

uma ideologia. (S14)

Sobre a reação masculina à criação do coletivo, a representante do CMA expõe que há uma certa resistência por parte do público masculino:

“Tem homens que, inclusive participam do coletivo, mas a maioria olha esse coletivo como se fosse a coisa [...] que estamos em luta contra eles, que vocês estão formando o feminismo daqui, que vocês não vão se casar lá no vosso país... um grande susto e uma grande luta pra eles. Não é nosso objetivo nem a nossa intenção. O nosso objetivo é conquistar o nosso lugar que foi negado há muito tempo, então para os homens não é nada fácil, tem uns que negam redondamente. Os brasileiros tentam esconder essa aceitação, é a mesma coisa dos homens de modo geral. Para os africanos eles têm ainda essa dificuldade, essa aceitação [...] você nasce numa sociedade que é machista, você nasce numa sociedade que diz que é assim mesmo e isso que você tem que ser, mulher tem que lavar prato, mulher tem que cozinhar e você não. E ao chegar aqui vai ser um grande choque, mas temos que pegar esse choque e transformar numa coisa mais ideal, porque sabemos que na verdade não é nada ótimo e não é nada bom. Outros já aceitaram, já estão discutindo [...]” (S14)

Nota-se que uma parcela do público masculino tende a resistir ao movimento criado pelas estudantes africanas, porém tal aspecto não deslegitima o coletivo, sequer se coloca como entrave à luta feminina.

Por fim, observa-se que as experiências dos (as) estudantes guineenses em São Francisco do Conde mobilizam os sujeitos na configuração de formas de organização social que contribuem nas redes de sociabilidade e nos movimentos coletivos de luta.

A afirmação identitária e a problematização sobre ser negro(a) e africano (a) permitem formas diferenciadas de resistência:

“Enquanto negro saber que o meu conhecimento não é valorizado então eu preciso escrever a partir disso [...] Quando negro, qualquer espaço que você está você tem que saber que você é sempre negro, tem que saber escrever pra você mesmo. Tem que acreditar que você é inteligente, só que sua história foi escrita de uma forma ruim pra fazer você não acreditar que você é inteligente. [...] Precisa de negros na América, negros na Europa escrevendo a nossa história sem medo. Nós precisamos escrever a nossa história e fazer os nossos filhos acreditarem na autoestima. Eu fico muito feliz quando alunos dizem olha [...] hoje eu consigo descobrir que eu sou negro, eu sou negra. Eu lembro uma aluna do 9º ano que já se mudou para estudar em Santo Amaro, disse: olha, eu fiquei muito feliz por me fazer entender que eu sou uma negra empoderada, uma negra inteligente, uma negra com capacidade, minha história veio por meio de reis e rainhas do mundo.” (B1)

Portanto, a partir da reflexão sobre as experiências fora do lugar de origem, os (as) guineenses mobilizam formas de luta, transforma-se nesse processo e constrói estratégias de resistência cotidiana. Suas vozes repercutem de forma expressiva, expondo os dilemas vivenciados na Terra do outro, a partir das vivências com pessoas de diferentes nacionalidades e diversas culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível identificar que a categoria africano (a) é vista de forma positiva por parte dos (as) entrevistados, que mantêm um sentimento de pertença quando se reconhecem fazendo parte do continente africano. Observa-se que as formas de organização social que incluem formação de coletivo, grupo musical, associação, bem como outras configurações contribuem na medida em que fortalecem as interações entre os sujeitos e possibilitam as formas de sociabilidade no contexto social.

As identidades (racial/nacional/continental) são ressignificadas, isto é, transformadas a partir das trocas culturais e dos processos de estranhamento/adaptação, sobretudo, os modos de sentir, pensar e agir vão sendo modificados no contexto relacional. Sendo assim, indivíduos e grupos ao se verem confrontados em suas diferentes particularidades, utilizam de novas formas de lidar com os conflitos e dilemas que surgem no decorrer das experiências de vida.

Ao compartilhar socialmente de experiências com outros indivíduos, os sujeitos se fortalecem na medida em que problematizam as situações vivenciadas, seja no que tange as questões de cunho étnico-racial, sejam aquelas que envolvem os aspectos relacionados à sexualidade, ao feminismo. Os sujeitos em contextos de diáspora reconhecem o choque cultural oriundo do enfrentamento social e do estranhamento.

Os sujeitos entrevistados reivindicam um trabalho de base social visando a desconstrução dos estereótipos relacionados à população negra/africana, de modo que a visão sobre a África seja reconstruída no imaginário social a partir de referenciais positivos. Do mesmo modo, a percepção sobre um povo primitivo e selvagem seja desmistificada e substituída pela verdadeira história africana. Seguindo essa lógica, a desconstrução da imagem da mulher negra, africana vinculada à figura caricatural de personagens que ridicularizam e objetificam o corpo

feminino.

Portanto, o presente estudo que apresenta as experiências dos (as) guineenses em São Francisco do Conde, consiste numa contribuição ao tema no sentido de evidenciar que embora várias pesquisas desenvolvidas apontem para caminhos parecidos, não se pode unificá-las como se fossem trajetórias únicas, mas sim respostas às questões de pesquisa colocadas pelos pesquisadores de diferentes formações e contextos.

É oportuno ressaltar a necessidade do presente estudo posteriormente avançar no sentido de desvelar o que não ficou explícito pelas limitações que surgiram ao longo do processo. Assim sendo, torna-se oportuno ampliar o estudo a fim incluir outros aspectos que poderão desdobrar em futuras pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. P. **Quem tem medo da dez?** Um estudo de caso de duas escolas públicas municipais e os desafios encontrados para a implementação da legislação no ensino. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. São Francisco do Conde, 85 f, 2010.

BRAH, Avtar (2006). **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu 26, p.329-365.

BATHILLON, Aldine Valente. **Estudantes guineenses**: da educação secundária na Guiné-Bissau à educação superior na Unilab, Brasil. Monografia (Graduação) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 101 f, 2016.

BENDO, M. D. L. **Estranhamento e convivência dos estudantes africanos em São Francisco do Conde. 2016**. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2016.

CANDÉ, A. **Professora Artemisa Candé fala sobre identidade e movimento negro, racismo e luta contra o preconceito**. [Entrevista concedida a] Assecom - Unilab, Ceará, 19 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2015/11/19/entrevista-professora-artemisa-cande-fala-sobre-identidade-e-movimento-negro-racismo-e-luta-contra-o-preconceito/>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, 17(49), 2003, p. 117-132.

CEREIJIDO, F. B. **O olhar sobre o estrangeiro**. Psicanálise e cultura, São Paulo, 2008, 31(47), 61-65.

CÓ, J. P. P. **Experiência dos estudantes bissau-guineenses do PEC-G em Fortaleza/Ceará, Brasil**. Scientia. vol. 2, n. 3, p. 73-88. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé (2002). **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Estudos Feministas. Vol. 10, n.1, pp. 171-188.

CUNHA, Lázaro. **Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal**. In: Implementação da Lei 10.639/03 no ensino. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador, 2010.

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. (Orgs.). **Unilab: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação sul – sul**. Redenção: UNILAB, 2013. 120 p.

ESPÍRITO SANTO, J. J. **São Francisco do Conde**: resgate de uma riqueza cultural. Antares Comunicação, 1998. 184 p.

FREITAS, R. B. **Identidade e diáspora**: a redefinição identitária de estudantes africanos no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 145. Jun./ 2013.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. 15ª Ed Petrópolis: Vozes, 2015. pp. 64-89.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, jan. 2003.

_____. VIEIRA, S. L. **Construindo uma ponte Brasil-África**: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afro-brasileira (UNILAB). *Revista Lusófona de Educação*, n. 24, p. 81-95, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. *Revista Isis International*, vol. IX, jun./1988, p. 133-141.

GUESSE. **A etnometodologia e a análise da conversação e da fala**. Adalto H. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168.

GUSMÃO, N. M. M. **Africanos no Brasil, Hoje**: Imigrantes, Refugiados e Estudantes. (2012) Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/895>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. **África, Portugal e Brasil**: um novo Triângulo das Bermudas? *Cadernos Ceru* v. 23, n. 2, 2013, p. 51.

_____. **“Na terra do outro”**: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil hoje. *Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 191-204.

HIRSCH, O. N. **A gente parece um camaleão**: (re)construções identitárias em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 65- 81, jan./abr. 2009.

IANNI, O. **Dialética das relações raciais**. *Estudos Avançados*. p. 21-30. 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso em: 19 mai. 2018.

KALY, A. P. **O ser preto africano no paraíso terrestre brasileiro**. In: *Lusotopie 2001*: 105-121.

KERNER, Irna. **Tudo é interseccional?** Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos CEBRAP*, 93, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

LANGA, E. N. B. **Diáspora africana no Ceará**. Representações sobre as festas e as interações afetivossexuais de estudantes africano(a)s em Fortaleza. Revista Lusófona de Estudos Culturais, vol. 2, n.1, p. 102-122. 2014.

MACIEL, W. **Usos de uma cidade da liberdade**: estudantes africanos em Redenção. Caderno CRH, Salvador, v. 30, n. 79, p. 189-201, Jan./Abr. 2017.

MORAIS, S. S.; SILVA, K. **Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos PALOP em duas universidades brasileiras**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 163-182, jan./abr. 2012.

MOURÃO, D. E. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**: identidades e nacionalidades em construção. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 83-101, jan./abr. 2009.

_____. **Entre Palmares e Liberdade**: reconfigurações identitárias de estudantes africanos na UNILAB. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB, 2016.

MÜLLER, M. L. R.; SILVA, A. G. S. **A experiência de estudantes africanos no Brasil**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 55-70, jan./abr. 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 128 p.

MUNGOI, D. M. D. C. J. **Ressignificando identidades**: um estudo antropológico sobre experiências migratórias dos estudantes africanos no Brasil. Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília, Ano XX, Nº 38, p. 125-139, jan./jun. 2012.

OKAWATI, J. **Estudantes africanos, interculturalidade e os (des)encantos da vinda e da vida no Brasil**. Kadila: culturas e ambientes. 2015

PEIXOTO, M. D. S. **Estudantes guineenses na Universidade Federal de Uberlândia**. Sociabilidade e identificações em Terras do além mar. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

Prefeitura de São Francisco do Conde. História. Disponível em: http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/?page_id=171. Acesso em: 04 out. 2015.

SANTANA, J. **São Francisco do Conde e o enigma da riqueza e pobreza no Recôncavo baiano**. Salvador: UCSAL/PPG - Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, 2011. 159 p.

SANSONE, Lívio. **Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidades no Recôncavo**: o caso de São Francisco do Conde. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 234-251, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SANTOS, H. **A busca de um caminho para o Brasil**. A trilha do círculo vicioso. 2ª

edição, Senac, São Paulo, 2001.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará.** *Interfaces Brasil/Canadá.* Canoas, v. 16, n. 1, 2016, p. 256–293.

SUBUHANA, C. **A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil:** entremeando histórias. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 103-126, jan./abr. 2009.

SUMBA, JULIO QUINTINO CAM-NATE. **ESTUDANTES AFRICANOS NA UNILAB CAMPUS DOS MALÊS (SÃO FRANCISCO DO CONDE) ENTRE OS ANOS 2014 – 2018.** Monografia (Graduação) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 67 f, 2019.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1991.

UNILAB. **Diretrizes Gerais.** Julho de 2010. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. **Dia da África.** <http://www.unilab.edu.br/noticias/2016/06/01/dia-da-africa-foi-comemorado-no-campus-dos-males-com-participacao-da-comunidade-local/>

_____. **Inauguração do Campus dos Malês.** <http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/05/13/campus-dos-males-e-inaugurado-em-sao-francisco-do-conde-na-bahia/>

APÊNDICES

Apêndice A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada/ Prezado participante,

Você está sendo convidada/convidado a participar do estudo cujo objetivo é identificar como os estudantes dos PALOP percebem as experiências em São Francisco do Conde – Bahia. A entrevista levará, em média, 40 a 60 minutos e não traz nenhum prejuízo para o (a) participante, além de contribuir com dados que possibilitarão um maior entendimento sobre a temática em questão.

Fica assegurado ao(à) participante (1) participar da pesquisa de livre e espontânea vontade; (2) caso participe, o horário e local de aplicação será combinado de acordo com a disponibilidade do (a) participante; (3) Ter a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, no que será prontamente atendido (a); e (4) Caso o (a) participante deseje receber resposta a qualquer dúvida, será atendido (a) prontamente; (5) Ter ciência de que a privacidade será respeitada, ou seja, o nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificar o (a) entrevistado (a), será mantido em sigilo. (6) Autoriza a gravação da entrevista, sendo seu uso restrito à análise dos dados pertinentes ao estudo em questão.

Todos os dados coletados serão tratados de modo confidencial, sendo utilizados nomes fictícios. Coloco-me inteiramente a disposição caso necessite de qualquer informação e/ou esclarecimento.

Atenciosamente,

Michele Santana Pacheco de Almeida - Mestranda em Ciências Sociais – PPGCS/UFBA.

Li as informações acima e concordo livremente em participar dessa pesquisa.

Assinatura: _____

Data: _/_____/_____

Apêndice B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PERFIL SOCIAL DO ENTREVISTADO

- ✓ Identificação do (a) entrevistado (a) (ou anônimo):
- ✓ Idade:
- ✓ Estado civil:
- ✓ Etnia:
- ✓ Religião:
- ✓ Qual a sua nacionalidade?
- ✓ Angola () Cabo Verde () Guiné-Bissau ()
- ✓ Moçambique () Portugal () São Tomé e Príncipe () Timor-Leste ()
- ✓ Escolaridade:
- ✓ Curso na Unilab: Graduação - Presencial () Distância ()
- ✓ Ano de ingresso na UNILAB
- ✓ Fala outras línguas? Se sim, qual (quais)?
- ✓ Como você se mantém na universidade? Recebe algum tipo de bolsa/auxílio?

QUESTÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS NO BRASIL

1. Por que escolheu estudar no Brasil? Ele foi sua primeira opção?
2. Como soube da seleção?
3. Qual é a sua percepção sobre a visão da população local sobre a África?
4. O que você pensa sobre a população local chamar vocês de africanos?
5. Vocês sentem dificuldades ao usarem a língua portuguesa?
6. Como os professores lidam com a variação do uso da língua portuguesa?
7. E o crioulo?
8. Você vivenciou alguma dificuldade em São Francisco do Conde?
9. Se sim, o que fez para enfrentar? Recebeu apoio de alguém?
10. Recebeu apoio dos órgãos municipais?
11. Já se adaptou ao local?
12. Você acha que a Unilab cumpre a proposta de integração?

13. Como é a relação dos professores brasileiros com os estudantes africanos?
14. Como é a relação da população local com vocês?
15. Como é a relação entre os estudantes africanos e brasileiros?
16. Já vivenciou ou presenciou alguma situação de discriminação ou de preconceito por ser africano (a)?
17. Conhece alguma situação de racismo ou preconceito vivenciada por algum colega?
18. Se sim, poderia mencionar?
19. Você conhecia o racismo em seu país/cidade de origem?
20. Quais são as semelhanças e diferenças culturais que você percebe entre o Brasil e o seu país de origem?
21. Como é ser estudante africano no Brasil, e, em específico, em São Francisco do Conde?
22. Você frequenta festas na localidade?
23. Se frequenta, costuma sair mais com os brasileiros ou africanos?
24. O que pretende fazer ao se formar?
25. Suas expectativas ao estudar no Brasil estão sendo atendidas?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

COLETIVO DE MULHERES AFRICANAS

1. Quando o CMA foi criado?
2. Quem faz parte do CMA?
3. Por que o CMA foi criado?
4. Como se dá o ingresso no CMA?
5. O CMA recebe apoio de alguma instituição?
6. Quais são as ações desenvolvidas pelo CMA?
7. Como os estudantes brasileiros e internacionais percebem o CMA?
8. Onde o CMA se reúne?
9. O CMA se reúne quando?
10. Há um tratamento diferenciado por parte dos homens brasileiros e internacionais com relação as mulheres africanas e brasileiras?